



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Naylane Araújo Matos

Estudos Feministas da Tradução no Brasil: Percursos históricos, teóricos e metodológicos
na produção científica nacional (1990-2020)

Florianópolis

2022

Naylane Araújo Matos

Estudos Feministas da Tradução no Brasil: Percursos históricos, teóricos e metodológicos na produção científica nacional (1990-2020)

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina, como cumprimento dos requisitos para obtenção de título de Doutorado em Estudos da Tradução.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréia Guerini.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Matos , Naylane Araújo

Estudos Feministas da Tradução no Brasil : Percursos
históricos, teóricos e metodológicos na produção científica
nacional (1990-2020) / Naylane Araújo Matos ;
orientadora, Andréia Guerini , 2022.

172 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Estudos da Tradução. 2. Estudos Feministas da
Tradução. 3. Tradução Feminista Transnacional. 4. Feminismo
Classista. 5. Feminismo Anticolonialista. I. , Andréia
Guerini. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. III. Título.

Naylane Araújo Matos

Estudos Feministas da Tradução no Brasil: Percursos históricos, teóricos e metodológicos na produção científica nacional (1990-2020)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Monique Pfau
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof.^a Dr.^a Rosario Lázaro Igoa
Universidad de la República Uruguay (UdelaR)

Prof.^a Dr.^a Meritxell Hernando Marsal
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a Dr.^a Andréia Guerini.
Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho a todas as mulheres trabalhadoras rurais
iletradas da minha família

AGRADECIMENTOS

Às mulheres da minha família, cujas raízes me sustentam, na linhagem da minha mãe Ana, vó Daia, vó (bisa) Nêga e vó (trisa) Iaiá.

Às mulheres que seguiram comigo nessa trajetória, tornando possível a materialização desta tese, em especial, à minha orientadora Andréia Guerini, à companheira Amália Catharina, à grande amiga e camarada de luta Adriana D'Agostini, à parceira Daiane Oliveira, às colegas de pesquisa e às professoras com quem aprendi a ser pesquisadora.

Às mulheres trabalhadoras feministas que abriram caminho para que eu, mulher pobre nordestina, ocupasse meu lugar como pesquisadora.

Ao CNPq por financiar esta pesquisa.

Aos companheiros que me apoiaram.

Às mulheres de dimensões outras, que guiam e regem meus caminhos.

É impossível dizer alguma coisa exatamente da maneira como foi, porque o que você diz nunca pode ser exato, você sempre tem de deixar alguma coisa de fora, existem partes, lados, correntes contrárias e nuances demais; gestos demais que poderiam significar isto ou aquilo, formas demais que nunca podem ser plenamente descritas, sabores demais, no ar ou na língua, semitonalidades, quase cores, demais.

(ATWOOD, Margaret, 2017. Tradução de Ana Deiró)

RESUMO

Este trabalho analisa o desenvolvimento dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil, por meio de um mapeamento dessa recente área de estudo no contexto da produção científica nacional, desde seus primórdios na década de 1990 até 2020, tendo em vista as especificidades históricas das lutas das mulheres no Brasil e sua articulação com as lutas internacionais, a institucionalização do feminismo e políticas feministas de tradução que visam forjar alianças transnacionais na luta pela transformação social. Foram mapeados trabalhos e grupos de pesquisa que versam sobre gênero e tradução no âmbito da produção científica nacional na pós-graduação – com 58 teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET: 2003-2020), da Universidade de Brasília (POSTRAD: 2011-2020), da Universidade de São Paulo (TRADUSP: 2012-2020) e da Universidade Federal do Ceará (POET: 2014-2020); trabalhos publicados em periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução, dossiês temáticos e *e-books* em Estudos da Tradução, sendo 46 artigos científicos, 2 entrevistas, 9 resenhas e 15 traduções; 20 trabalhos publicados na Revista Estudos Feministas (REF); e 6 grupos/linhas de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A seleção e delimitação dos *corpora* de pesquisa pautaram-se na definição conceitual de Estudos Feministas da Tradução e de feminismo tradutológico, conforme apresentada por Olga Castro e María Laura Spoturno (2020), e nos meios de difusão da produção científica nacional sobre a temática pesquisada: pós-graduação, revistas científicas, publicações acadêmico-científicas e grupos/linhas de pesquisa. O feminismo apresenta-se neste trabalho enquanto paradigma epistemológico, com abordagens classista e anticolonialista, e a tradução é compreendida em sua relação com outros elementos da totalidade social. Como ferramentas metodológicas para processamento dos *corpora*, foram utilizados o *software* de análise de *corpus* AntConc e a linguagem de programação e ambiente de desenvolvimento R (R CORE TEAM, 2021). Os resultados corroboram com as reflexões acerca das línguas hegemônicas e elaborações teóricas que refletem assimetrias entre Norte-Sul Globais; os Estudos Feministas da Tradução no Brasil são marcados por especificidades do contexto colonial; as articulações feministas no Brasil apontam para a luta das mulheres em meio à disputa de classes; a tradução feminista apresenta elementos para o reconhecimento da divisão global do trabalho; as novas formas de organização dos feminismos, em sua articulação com a produção científica brasileira, refletem contradições frente à institucionalização do feminismo encampada por políticas neoliberais a serviço do capital.

Palavras-chave: Estudos Feministas da Tradução. Tradução Feminista Transnacional. Feminismo Classista. Feminismo Anticolonialista. Produção Científica Brasileira.

ABSTRACT

This work analyzes the development of Feminist Translation Studies in Brazil by mapping such a recent area of study in the context of national scientific production from its beginnings in the 1990s to 2020. It considers the historical specificities of women's struggles in Brazil and its articulation with international struggles, as well as the institutionalization of feminism and feminist translation policies that aim to forge transnational alliances in the struggle for social transformation. Works and research groups which deal with gender and translation within the scope of national scientific production in postgraduate studies were mapped: 58 dissertations and theses defended in the *stricto sensu* Postgraduate Programs in Translation Studies at the Federal University of Santa Catarina (PGET: 2003-2020), at the University of Brasília (POSTRAD: 2011-2020), at the University of São Paulo (TRADUSP: 2012-2020) and at the Federal University of Ceará (POET: 2014-2020); works published in online journals specialized in Translation Studies, thematic dossiers and e-books in Translation Studies, encompassing 46 scientific articles, 2 interviews, 9 reviews and 15 translations; 20 works published in Revista Estudos Feministas (REF); and 6 research groups/lines registered in the Directory of Research Groups in Brazil of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The selection and delimitation of the research corpora were based on the conceptual definition of Feminist Translation Studies and translational feminism, as presented by Olga Castro and María Laura Spoturo (2020), and on the means of dissemination of national scientific production on the researched topic: postgraduate programs, scientific journals, academic-scientific publications and research groups/lines. Feminism is presented in this work as an epistemological paradigm, with classist and anti-colonialist approaches, and translation is understood in its relationship with other elements of the social totality. As methodological tools for processing corpora, the corpus analysis software AntConc and the programming language and development environment R (R CORE TEAM, 2021) were used. The results corroborate with the reflections about the hegemonic languages and theoretical elaborations that reflect asymmetries between Global North-South. Specificities of the colonial context mark Feminist Translation Studies in Brazil; feminist articulations in Brazil point to the struggle of women amid class disputes; the feminist translation presents elements for the recognition of the global division of labor; the new forms of organization of feminisms in their articulation with Brazilian scientific production reflect contradictions in the face of the institutionalization of feminism embraced by neoliberal policies at the service of capital.

Keywords: Feminist Translation Studies. Transnational Feminist Translation. Class Feminism. Anticolonialist Feminism. Brazilian Scientific Production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução no Brasil	21
Figura 2 – Primeiras Escritoras do Brasil.....	71
Figura 3 – Um canto no meu ateliê, Abigail de Andrade (1884)	73
Figura 4 – Trabalhos que mencionam Nísia Floresta	78
Figura 5 – Referências iniciais para os Estudos Feministas da Tradução nos contextos anglo-americano e brasileiro	95
Figura 6 – Histórico das primeiras publicações dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil.....	98
Figura 7 – Ocorrências do vocábulo “voz” nos títulos dos trabalhos.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações da POET	99
Quadro 2 – Dissertações da TRADUSP	100
Quadro 3 – Dissertações da POSTRAD	101
Quadro 4 – Teses e Dissertações da PGET	102
Quadro 5 – Artigos publicados em periódicos <i>online</i> especializados em Estudos da Tradução	105
Quadro 6 – Entrevistas publicadas em periódicos <i>online</i> especializados em Estudos da Tradução	108
Quadro 7 – Artigos publicados em periódicos <i>online</i> com edições temáticas em Estudos da Tradução	108
Quadro 8 - Artigos publicados em outros periódicos e <i>e-books</i> na área de Letras	110
Quadro 9 – Resenhas de obras sobre tradução e gênero publicadas em periódicos <i>online</i> especializados em Estudos da Tradução e outros periódicos de Letras	112
Quadro 10 – Traduções publicadas em periódicos <i>online</i> especializados em Estudos da Tradução	113
Quadro 11 – Trabalhos publicações na REF – Revista Estudos Feministas (UFSC).....	115
Quadro 12 - Grupos de pesquisa em tradução e gênero certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).....	117
Quadro 13 - Referências sobre Nísia Floresta encontradas nos <i>corpora</i>	79
Quadro 14 – Trabalhos sobre feminismos e tradução no Fazendo Gênero 2017	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de publicações por ano	57
Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos que mencionam Nísia Floresta.....	77
Gráfico 3 – Palavras-chave mais recorrentes nos <i>corpora</i>	118
Gráfico 4 – Terminologia (<i>Corpus 2</i>).....	124
Gráfico 5 – Terminologia (<i>Corpus 5</i>).....	125
Gráfico 6 – Categoria mulher (<i>Corpus 1</i>).....	132
Gráfico 7 – Categoria mulher (<i>Corpus 2</i>).....	133
Gráfico 8 – Influências teóricas para os trabalhos dos <i>corpora</i>	136
Gráfico 9 – Mapa do contexto geográfico dos trabalhos sobre tradução e gênero no Brasil	139
Gráfico 10 – Línguas das obras resenhadas.....	146
Gráfico 11 – Línguas das traduções	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Terminologia (<i>Corpus</i> 1)	121
Tabela 2 – Colocações à esquerda e à direita dos termos-chave “tradução” e “traducción” (<i>Corpus</i> 5).....	125
Tabela 3 – Escritoras mais presentes nos <i>corpora</i>	126
Tabela 4 – Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave “raça”	133
Tabela 5 – Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave “gênero”...	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EFT – Estudos Feministas da Tradução

ET – Estudos da Tradução

FMI – Fundo Monetário Internacional

FTS – *Feminist Translation Studies*

ONU – Organização das Nações Unidas

PGET – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina

POET – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará

POSTRAD – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília

TRADUSP – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de São Paulo

REF – Revista Estudos Feministas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: A PESQUISA FEMINISTA EM TRADUÇÃO NO BRASIL NO BOJO DA SOCIEDADE CAPITALISTA	14
1.1. A SELEÇÃO DOS <i>CORPORA</i> : FEMINISMOS EM TRADUÇÃO E TRADUÇÃO EM FEMINISMOS: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	25
1.2. O PARADIGMA FEMINISTA	31
1.2.1. Por uma linguagem não sexista	34
2. MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISMOS NO BRASIL NO PALCO DA LUTA DE CLASSES: BREVES PERCURSOS HISTÓRICOS	39
2.1. A LUTA DAS MULHERES NO BRASIL	39
2.2. NÃO ESTAMOS TODES NO MESMO BARCO	44
2.3. A LUTA ORGANIZADA	51
3. OS ESTUDOS FEMINISTAS NO BRASIL: PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	59
3.1. A TEORIA FEMINISTA COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO E EMBATES ..	61
3.2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FEMINISMO NO BRASIL.....	63
3.3. NÍSIA FLORESTA: PRECURSORA DA TRADUÇÃO FEMINISTA NO BRASIL	71
3.3.1. Nísia Floresta nos Estudos Feministas da Tradução no Brasil.....	76
4. OS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO	87
4.1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DE TRADUÇÃO	89
4.2. TRADUÇÃO FEMINISTA: ELABORAÇÃO TEÓRICA	92
4.2.1. Tradução Feminista Transnacional: perspectivas de transformação social.	96
4.3. OS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO NO BRASIL.....	98
4.3.1. Terminologia	119
4.3.2. Escritoras literárias, tradução e reivindicações feministas	126
4.3.3. Categorias analíticas, referências e correntes teóricas.....	129
4.3.4. O contexto geográfico dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil	138
4.3.5. Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução.....	141
4.3.6. As obras sobre <i>Feminist Translation Studies</i> resenhadas no Brasil	145
4.3.7. Traduções.....	147
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: RUMO A UM PROJETO DE TRADUÇÃO FEMINISTA ANTICAPITALISTA E ANTICOLONIALISTA	152
REFERÊNCIAS	159

1. INTRODUÇÃO: A PESQUISA FEMINISTA EM TRADUÇÃO NO BRASIL NO BOJO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

As condições histórico sociais colocadas para o atual momento em que escrevo esta tese moldam seu próprio percurso. Esse grande elemento vivo que é um texto não escapa de interagir com as circunstâncias de sua produção, tampouco se isenta de fazer ecoar o seu contexto, por mais esforço que façamos por considera-lo neutro. Ou por mais que os diversos fatores externos impilam a quem escreve a manter-se neutre, digo neutro, diante de uma pesquisa de doutorado, sob o risco de que esta não seja considerada suficientemente científica por parte da sociedade acadêmica que se ampara em jargões de neutralidade absolutamente questionáveis.

Entretanto, tenho que advertir: este não é um texto neutro. A mulher que o escreve não é neutra, sua sexualidade não é neutra, sua classe social não é neutra, seu lugar não é neutro, seu corpo não é neutro, seu país não é neutro, seu continente não é neutro. A linguagem que escreve este texto/tese não é neutra, como também não o é a sociedade patriarcal capitalista de supremacia branca na qual ela se insere.

Pesquisar sobre os Estudos da Tradução – marcados por políticas linguísticas e culturais imperialistas a serviço do capital –, especialmente sob uma ótica político-feminista, demanda, portanto, um paradigma que insira o objeto de pesquisa na realidade estrutural do modo como se organiza a sociedade capitalista. Do contrário, nossos esforços em construir ferramentas de luta, pela via da tradução, para uma sociedade verdadeiramente emancipatória para todes¹ serão implodidos.

Primeiro, porque o modo de produção capitalista é mais amplo que um sistema econômico. Ele molda a realidade que estrutura a vida das pessoas, na qual me incluo como mulher migrante nordestina da classe trabalhadora contemplada com uma bolsa estudantil para realizar o doutorado. Segundo, porque a agenda feminista que dá sustentação a esta tese considera o fim do patriarcado capitalista da supremacia branca para efetiva emancipação de todas as mulheres. Terceiro, porque a tradução tem um papel central na circulação transnacional de perspectivas feministas que podem forjar a solidariedade entre as mulheres na luta pela transformação social.

¹ Defendendo uma linguagem inclusiva, adiro ao uso de “e” em substituição às vogais “a” e “o” em palavras marcadas para o gênero. No tópico “O paradigma feminista”, insiro a discussão sobre linguagem sexista e justifico a minha escolha.

O modo de produção capitalista, via relações sociais, estrutura a realidade da vida das pessoas e precisa da assimetria de gênero, bem como a assimetria racial, dentre outras, para se manter hegemônico. Portanto, uma agenda feminista que busque possibilidades de transformar a realidade da sociedade patriarcal, deverá ser necessariamente anticapitalista e antirracista. Na consolidação e difusão de tal agenda feminista, está a tradução, quer seja em seu sentido literal da tradução interlinguística (JAKOBSON, 2007)², quer seja em seu sentido metafórico da tradução cultural (BHABHA, 1998)³.

Logo, não poderia me deter sobre meu objeto de pesquisa de doutorado, sem inseri-lo no contexto em que a desenvolvo. Vivemos um cenário de retrocessos sociais e políticos agigantados nos últimos anos – especialmente desde o golpe jurídico parlamentar que destituiu a primeira mulher presidenta do Brasil Dilma Rousseff (2016)⁴ – que assolam os direitos das trabalhadoras e trabalhadores deste país e que se acentuaram drasticamente com a pandemia do Covid-19, cujas políticas de isolamento refletem marcadamente divisões raciais, de classe, de gênero e geopolíticas.

Em *Um feminismo decolonial*, François Vergès (2020)⁵ demonstra como o isolamento social para conter a pandemia, em uma estrutura capitalista que divide Norte e Sul Globais, se dá pela diferenciação das vidas que importam e das vidas tornadas vulneráveis, sendo estas as que garantem o isolamento para as primeiras. Dito de outro modo, para que algumas pessoas possam permanecer em confinamento, outras milhares precisam arriscar-se para manter o mundo funcionando, são elas: coletores e coletoras de lixo, trabalhadores e trabalhadoras que organizam os estoques das prateleiras nos supermercados, motoristas de transportes públicos, mulheres responsáveis pela limpeza de hospitais, babás, dentre outras tantas profissões, em sua maioria ocupadas por mulheres não brancas. Nas palavras de Vergès (2020, p. 22), “o confinamento é uma política dos ricos” e expõe o desprezo do Estado para com vidas de quem cujo trabalho é precarizado, sob o regime neoliberal do século XXI.

Do mesmo modo, projetos neoliberais que acentuam as assimetrias de classe, raça, gênero, sexuais, geopolíticas, dentre outras, no mundo inteiro, tornam-se evidentes na situação

² Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes.

³ Tradução de Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves.

⁴ Ainda que os avanços específicos para a agenda feminista tenham sido pífios nas gestões dos governos Dilma, conforme analisam Miguel e Biroli (2014), é importante que reconheçamos o efeito simbólico da eleição da primeira mulher à Presidência da República, bem como o golpe que a destituiu, especialmente considerando o baixo número de mulheres na política parlamentar no Brasil. Análises do golpe sob diferentes perspectivas podem ser lidas no livro *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto e publicado pela editora Boitempo, em 2016.

⁵ Tradução de Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo.

atual da educação pública brasileira. Desfinanciamento da educação pública, privatizações, parcerias público-privadas, desregulamentação de leis trabalhistas, responsabilidade pessoal como alternativa para solucionar problemas sociais fazem parte de um conjunto de políticas neoliberais implementado na América Latina, onde, conforme analisa Nancy Fraser (2019, p. 36)⁶:

a neoliberalização foi imposta usando as dívidas externas como ameaça, como um programa forçado de “ajuste estrutural” que subverteu todos os princípios centrais do “desenvolvimentismo” e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrir seus mercados e cortar gastos sociais.

Assim, na transição do capitalismo de variante “organizada pelo Estado” – na qual os Estados pareciam possuir capacidades necessárias à direção social – para o neoliberalismo, em lugar dos Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas vemos imergir um “Estado competitivo enxuto e mesquinho” (FRASER, 2019, p. 36).

Situar, portanto, as condições da educação pública brasileira para o atual momento e as pesquisas financiadas por ela é refletir a relação entre a superestrutura político social e a estrutura econômica que sustenta relações sociais desiguais. É na superestrutura da sociedade capitalista que se evidencia a opressão de gênero, sabendo-se, contudo, que esta não se dá de maneira isolada, mas articulada a outros vetores sociais que determinam diversas hierarquias de poder.

Ao falar da minha condição de mulher migrante nordestina da classe trabalhadora, beneficiada com bolsa estudantil para realizar o doutorado em Florianópolis, trago aqui categorias interseccionais de análise que moldam a minha subjetividade e que estão inseridas em um sistema econômico que estrutura as condições objetivas da minha realidade. Sou a primeira e única de uma família pobre de onze filhos e dezoito netos que acessou a pós-graduação e a universidade pública e gratuita. E se não fosse a feliz exceção de uma prima a cursar a graduação, seria a única a acessar o Ensino Superior.

Venho de uma região do Brasil, nordeste, historicamente marginalizada em que há uma demanda reprimida de acesso aos programas de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, e que se retroalimenta com a lógica de avaliação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e distribuição dos recursos à educação. Ainda assim, reconheço que minha condição de migrante em Florianópolis foi diferente da de

⁶ Tradução de Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcanti.

inúmeras trabalhadoras e trabalhadores que migram para o sul do Brasil em busca de uma vida melhor, tendo de viver em condições de trabalho precarizadas⁷.

Também sei que o meu privilégio de cor, bem como o fato de acessar tal nível de escolaridade, me isentam de opressões em que vivem tantas mulheres não brancas e iletradas. No entanto, eu não poderia ter me dedicado integralmente à pesquisa se não fosse a bolsa de doutorado do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). No atual contexto, bolsas de fomento à pesquisa, especialmente nas Humanidades, têm sofrido cortes significativos e apoiados por políticas neoliberais, pelo negacionismo à ciência e pela ideologia ultraconservadora bolsonarista que fomenta um novo modelo de “caça às bruxas” no Brasil. Temos clareza de quem esses cortes afetam diretamente: estudantes pobres, pretes, indígenas e quilombolas.

Os cortes da educação afetam toda a classe trabalhadora e interessam principalmente as classes dominantes que sempre promoveram a exclusão, a discriminação e o autoritarismo neste país (SANTOS, 2018). As políticas de redução à pobreza e políticas afirmativas que buscam reparar desigualdades históricas são vistas pelo atual presidente e seu núcleo ministerial como “coitadismos” e a educação como restrita a poucos, a uma elite intelectual, a qual sabemos ser branca, burguesa, cisgênera e heterossexual.

O cenário da educação brasileira nesse contexto, portanto, se relaciona às condições de opressão de mulheres e diversos grupos sociais pelos fatores econômicos capitalistas que regem a ordem mundial. Nesse sentido, o capitalismo deve ser entendido não apenas como “um sistema econômico, e sim algo maior: uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantêm a economia oficial” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 102)⁸. Significa dizer que, por trás das instituições oficiais que gerem o sistema econômico capitalista, há outros constituintes para dar suporte e possibilitar tal economia, como por exemplo a expropriação, via exploração do trabalho não assalariado que, em sua maioria, é executado por mulheres.

Para sustentar essa economia oficial, o capitalismo também é constituído pela reprodução social, na qual depende e se beneficia do trabalho não remunerado de produção de pessoas. Reposicionarmos o problema da reprodução social, bem como reconceitualizar o

⁷ Conforme podemos ver em pesquisa coordenada pela professora Célia Regina Vendramini, intitulada “Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores”, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁸ Tradução de Heci Regina Candiani.

trabalho que a envolve, é urgente e necessário para uma análise feminista que aponte direcionamentos concretos para a transformação social.

A reprodução social, conforme definem as autoras do manifesto *Feminismo para os 99%*, diz respeito à

necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos que chamamos de *produção* de pessoas. [...] Abrange atividades que sustentam seres humanos como *seres sociais corporificados* que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças para o futuro. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 106)

O trabalho com a produção de pessoas – reforço: de que depende e se beneficia o sistema econômico capitalista – foi feminizado e despejado sobre as mulheres em função da divisão do trabalho pela diferença sexual, embasada em “uma visão naturalista e essencialista das potencialidades de homens e mulheres” (TIBURI, 2018, p. 18). No capítulo quatro, veremos como essa mesma visão naturalista define conceitos essencialistas para os Estudos da Tradução, bem como define uma divisão sexual para o trabalho de tradução, tal qual a divisão sexual do trabalho.

Desde crianças, as mulheres são submetidas a escravidão naturalizada em relação ao trabalho de cuidar da casa, dos irmãos, dos pais, dos maridos, dos filhos, o que também resulta na escravidão emocional e psicológica, como argumenta Marcia Tiburi (2018). Me recordo de quando trabalhei em espaços masculinizados, como uma loja de materiais de construção e um depósito de uma loja de móveis, em que o trabalho de limpeza dos banheiros recaía sobre mim de forma “naturalizada” por eu ser a única mulher nesses espaços. Além de vender a minha força de trabalho – o que impactava diretamente na minha educação, pois precisava estudar à noite, em escola pública, com ensino rebaixado para atender trabalhadores cansados de sua jornada diária de trabalho –, era responsabilizada pelo trabalho historicamente feminizado, beneficiando tanto os meus colegas de trabalho quanto os meus patrões – nas ocasiões, dois homens brancos.

Naquela época, ainda que sentindo que o peso do trabalho formal recaía desproporcionalmente sobre mim em relação aos meus colegas homens, não tinha consciência deste fator como resultante da sociedade patriarcal. Para parafrasear a máxima de Simone de Beauvoir, não se nasce feminista, torna-se. E tornei-me feminista à custa de muita opressão vivida em uma cidade cristã e conservadora. Tornei-me feminista vendo mulheres da minha família sendo violentadas por seus companheiros. Tornei-me feminista constatando que o

trabalho de cuidado com meus avós recaia sobre as filhas e netas (mulheres). Tornei-me feminista ouvindo comentários depreciativos sobre a maternidade de minha mãe, que precisou migrar em busca de melhores condições de trabalho, enquanto ninguém responsabilizava o abandono de meu pai. Tornei-me feminista pressionada pelo preceito cristão de que “a mulher sábia edifica sua casa” e que estava na hora de parar de estudar para “providenciar” filhos. Tornei-me feminista por medo de me tornar a mulher presa ao papel de parede amarelo, como a protagonista de Charlotte Perkins Gilman (2016)⁹. Tornei-me feminista ouvindo que deveria escolher entre ser esposa ou ser doutora. E eu escolhi ser doutora, porque já havia me tornado feminista. Quanto a ser uma feminista classista/socialista/revolucionária, não foi escolha, mas uma necessidade de atuação imposta às mulheres da minha classe. Enquanto limpava a privada em que também urinavam os meus colegas de trabalho, não me dava conta de que muitas mulheres haviam lutado e seguem lutando para transformar essa realidade social, mas sabia que nem todas as meninas precisavam limpar privadas.

A divisão sexual do trabalho tornou-se uma reivindicação de grupos de mulheres, especialmente brancas de classes dominantes, que acreditaram/acreditam que o fim da divisão social do gênero e a emancipação feminina poderiam ser alcançadas com o acesso das mulheres ao trabalho formal. No entanto, a presença cada vez mais massiva de mulheres no mercado de trabalho é mais uma demanda do capitalismo, sob reivindicações do feminismo reformista liberal, do que do feminismo revolucionário propriamente dito, como melhor veremos no capítulo a seguir.

Adoto a definição de bell hooks (2018)¹⁰ no uso de feminismo revolucionário, ou seja, aquele que busca uma transformação radical e efetiva da sociedade, em oposição ao feminismo reformista, cujas manifestações baseiam-se em reformas que atendem aos interesses políticos, conservadores e liberais. Defendo uma perspectiva feminista socialista revolucionária que rompa completamente com o modelo do feminismo liberal e do feminismo civilizatório. As pautas do feminismo liberal centram-se nas demandas relativas à liberação sexual e analisa as opressões das mulheres em termos de gênero, sem considerar outros níveis de opressão entre as próprias mulheres e andam de mãos dadas com o feminismo civilizatório, sendo este “uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam

⁹ Tradução de Diogo Henriques.

¹⁰ Tradução de Ana Luiza Libânio.

A autora bell hooks usa a grafia do seu nome com iniciais minúsculas e, por isso, assim mantenho ao longo do trabalho.

políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas” (Flávia RIOS, 2020, p. 8).

Compreendendo, pois, a tradução como uma via necessária à comunicação/interação de mulheres de diferentes línguas e suas formas de ler o mundo, além de potencial ferramenta de solidariedade feminista que pode desafiar lógicas hierárquicas de poder colonial consolidadas ao longo dos séculos (TISSOT, 2017), este trabalho tem o objetivo de *analisar o desenvolvimento dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil*, por meio de um mapeamento dessa área de estudo no contexto da produção científica nacional. Para tanto, toma-se o recorte histórico da década de 1990 – sendo esta a década de consolidação do feminismo na academia brasileira e verificação de primeiras publicações sobre tradução e gênero no Brasil – até 2020. Considera-se as especificidades históricas e das lutas feministas brasileiras e uma práxis feminista de tradução que vise forjar alianças transnacionais na luta pela transformação social.

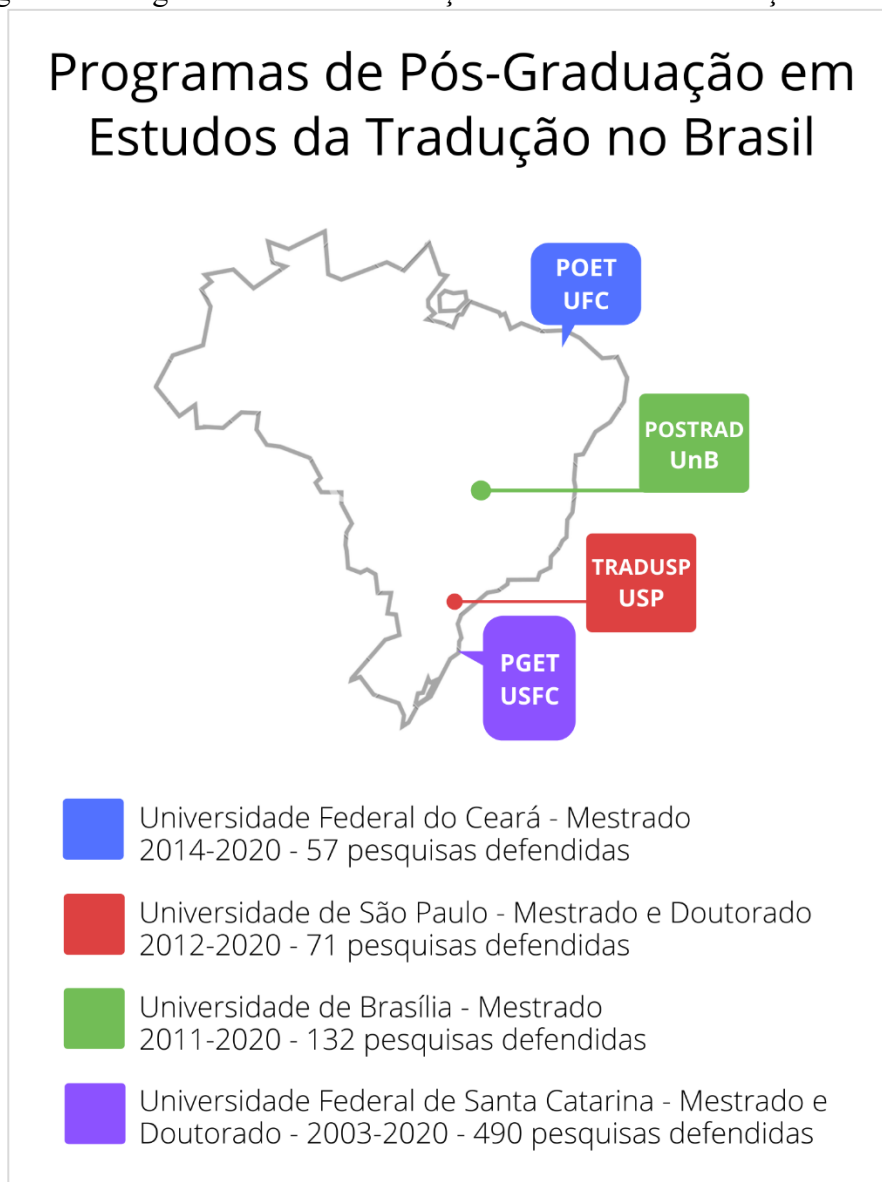
O mapeamento que aqui apresento envolve trabalhos que versam sobre gênero e tradução no âmbito da produção científica nacional e grupos/linhas de pesquisa sobre a temática, os quais dividimos em seis *corpora*, descritos a seguir:

Corpus 1: Teses e Dissertações

- 58 teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução *stricto sensu* existentes no Brasil¹¹, distribuídos nas seguintes localizações geográficas e cujas informações estão ilustradas na figura abaixo:

¹¹ No *corpus*, consta o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da USP, no entanto, entre 2018 e 2019, este programa foi fundido aos programas: Estudos Linguísticos Literários e Tradutológicos em Francês, Estudos Judaicos e Árabes e Literatura e Cultura Russa, resultando na criação do Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução (LETRA).

Figura 1 – Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução no Brasil



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Corpus 2: Artigos Científicos e Entrevistas

- 48 trabalhos, sendo 46 artigos e duas entrevistas sobre tradução e gênero publicados em periódicos brasileiros *online* e *e-books* na área de Letras, dos quais, 23 artigos e 2 entrevistas publicados nos seguintes periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução¹²:

¹² Foi tomado como referência para identificação dos periódicos o artigo “A formação de tradutores em periódicos acadêmicos brasileiros *online* sobre Estudos da Tradução (1996-2016): mapeamento e descritores”,

- Revista Belas Infiéis (UnB)
 - Cadernos de Tradução (UFSC)
 - In-Traduções (UFSC)
 - Revista Translatio (UFRGS)
 - Transversal (UFC)
 - Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores (Anhanguera Educacional)
 - TradTerm (USP)
 - Scientia Traductionis (UFSC)
- 14 artigos publicados nos seguintes periódicos *online* com edições temáticas em Estudos da Tradução¹³:
 - Alfa: Revista de Linguística (UNESP), v. 44, 2000.
 - Ártemis (UFPB), v. 27, n. 1, 2019.
 - Fragmentos (UFSC), v. 21, n. 2, 2010.
 - Gragoatá (UFF), v. 29, n. 49, 2019.
 - Graphos (UFPB), v. 11, n. 2, 2009.
 - Ipotesi (UFJF), v. 13, n. 1, 2009.
 - Letras Raras (UFCG), v. 7, n. 2, 2018.
 - Revista Brasileira de Linguística Aplicada (UFMG), v. 2, n. 2, 2002.
 - Trabalhos em Linguística Aplicada (UNICAMP), v. 57, n. 1, 2018.
 - Revista Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), v. 20, n. 34, 2018.
 - Nove artigos publicados nos seguintes periódicos *online* e *e-books* de Letras:
 - Revista Estudos Linguísticos, v. 48, n. 3, 2019.

de Patrícia Rodrigues Costa e Andréia Guerini, In: *Tradução em Revista*, n. 28, 2020, disponível em <https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.48160>, em que são identificados 14 periódicos dedicados aos Estudos da Tradução no Brasil: 1) *Belas Infiéis* (UnB), 2) *Cadernos de Literatura em Tradução* (USP), 3) *Cadernos de Tradução* (UFSC), 4) *Cadernos de Tradução* (UFRGS), 5) *In-Traduções* (UFSC), 6) *Non-Plus* (USP), 7) *Rónai* (UFJF), 8) *Scientia Traductionis* (UFSC), 9) *TradTerm* (USP), 10) *Traduzires* (UnB), 11) *Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores* (Anhanguera), 12) *Tradução em Revista* (PUC-Rio), 13) *Translatio* (UFRGS) e 14) *Transversal* (UFC).

¹³ Foi tomada como referência a pesquisa sobre periódicos especializados e números temáticos em Estudos da Tradução, apresentada por Fabiano Seixas Fernandes, no Blog Fabiano Sei, disponível em: <https://fabianosei.com/estudos-da-traducao/>. Acesso em 28 ago. 2020.

- POMPEU; FELIX (Orgs.). Desescritas e Desleitura Contemporâneas e O Jogo do Texto: O Autor e o Leitor nas suas Práticas na Contemporaneidade. Série e-books ABRALIC, 2018.
- Revista de Direito, Arte e Literatura, v. 2, n.2, 2016.
- AMORIM; RODRIGUES; STUPIELLO (Orgs.). Tradução: perspectivas teóricas e práticas [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- Revista Criação & Crítica, n. 8, 2012.
- Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores, n. 21, 2010.
- Sínteses, v. 15, 2010.
- Escrita. PUC-Rio, s/d.
- Textos de História, v. 8, n. ½, 2000.

Corpus 3: Resenhas

- Nove resenhas de obras sobre tradução e gênero publicadas nos seguintes periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução e outros periódicos:
 - Revista Belas Infiéis (UnB)
 - Cadernos de Tradução (UFSC)
 - Revista da Anpoll, v. 1, n. 44, 2018.
 - Revista de Letras (UFC), v. 1, n. 39, 2020.

Corpus 4: Traduções

- 15 traduções feministas e/ou anticolonialistas publicadas nos seguintes periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução:
 - Revista Belas Infiéis (UnB)
 - Cadernos de Literatura em Tradução (USP)
 - Cadernos de Tradução (UFSC)
 - Cadernos de Tradução (UFRGS)
 - In-Traduções (UFSC)
 - Translatio (UFRGS)
 - TradTerm (USP)

Corpus 5: Revista Estudos Feministas - REF

- 20 trabalhos que versam sobre feminismos e tradução publicados na Revista Estudos Feministas – REF (UFSC)

Corpus 6: Grupos de pesquisa

- Cinco grupos/linhas de pesquisa que abordam gênero e tradução cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹⁴:
 - Linha “O olhar e a voz do outro: questões de gênero e etnia nas literaturas de língua inglesa” do grupo Discurso e Estudos da Tradução (UERJ) – 2000.
 - Linha “Tradução de textos medievais de autoria feminina” do Grupo Christine de Pizan (UFPB) – 2007.
 - Grupo de Estudos Feministas na Literatura e na Tradução – GEFLIT (UFSC) – 2016.
 - A tradução como prática decolonial: questões de gênero e etnia (UERJ) – 2018.
 - Linha “Tradução, feminismo e estudos negros: história e novos desafios”, do grupo A tradução como ferramenta de resistência e inclusão (UnB) – 2019.

A partir da análise desses *corpora*, cuja metodologia e critérios de seleção descrevo a seguir, buscarei perquirir a seguinte problemática: *Como se desenvolvem os Estudos Feministas da Tradução no Brasil?* Tal problemática será respondida a partir do seguinte arcabouço de questões: *Quais as aproximações entre gênero e tradução na produção científica nacional? Quais tendências seguem os Estudos Feministas da Tradução no Brasil? Quais perspectivas de feminismo são encampadas pelos trabalhos da área? Quais concepções de tradução permeiam esses trabalhos? Como o trabalho precursor de Nísia Floresta incide sobre a produção feminista da tradução no Brasil? Em qual momento histórico esta área de estudo ganha força no cenário nacional? Como os Estudos Feministas da Tradução se articulam com a luta nacional das mulheres? Quais categorias de análise suportam as*

¹⁴ <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

pesquisas dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil e suas relações com as lutas feministas transnacionais?

1.1. A SELEÇÃO DOS *CORPORA*: FEMINISMOS EM TRADUÇÃO E TRADUÇÃO EM FEMINISMOS: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A seleção e delimitação dos *corpora* de pesquisa pautaram-se nos dois seguintes critérios: 1) definição conceitual dos Estudos Feministas da Tradução e de feminismo tradutológico, conforme apresentada por Olga Castro e María Laura Spoturno (2020) e 2) a expressão e meios de difusão da produção científica nacional sobre a temática pesquisada: pós-graduação, periódicos nacionais e grupos de pesquisa.

Os Estudos Feministas da Tradução são apontados por Castro e Spoturno (2020) como uma área dos Estudos da Tradução cuja análise/reflexão e práxis pautam-se em perspectivas feministas. Ou seja, lançam um olhar feminista sobre o fenômeno da tradução e seus/suas agentes, bem como os fatores sócio-históricos, políticos, culturais e econômicos que os envolvem. Há de se considerar, entretanto, que, tais quais os feminismos, os Estudos Feministas da Tradução não são hegemônicos nem universais, e suas práticas e correntes teóricas se diferem nos mais diversos contextos linguísticos e geopolíticos.

A perspectiva de Estudos Feministas da Tradução, tal qual apresentada por Castro e Ergun (2017), expande uma consciência exclusivamente gendrada para uma consciência interseccional e heterogênea sobre a construção de significados além das fronteiras. No caso desta pesquisa, como já expressei, a perspectiva de feminismo defendida é classista e anticolonialista e visa lançar luz sobre a produção científica nacional em Estudos da Tradução, nas limitações do recorte apresentado para a pesquisa, no período de 1990 a 2020, tomando os trabalhos de pós-graduação em Estudos da Tradução, periódicos em Estudos da Tradução e grupos de pesquisa em tradução e gênero como representantes da produção científica nacional legitimados institucionalmente. No capítulo três, veremos como se dá a institucionalização do feminismo na academia brasileira e suas implicações para a luta encampada pelo feminismo revolucionário.

Somam-se a esses *corpora*, trabalhos publicados na *Revista Estudos Feministas* (REF). A justificativa para contemplar esse campo de investigação envolve a definição de feminismo tradutológico apresentada por Castro e Spoturno (2020) e a escolha da REF restringe-se ao fato de esse periódico ter sido pioneiro na difusão de pesquisas de gênero no

Brasil, tendo recebido apoio de organizações internacionais para a consolidação do feminismo na academia brasileira, conforme veremos no capítulo terceiro.

O feminismo tradutológico diz respeito à elaboração teórica por parte dos feminismos acerca do fenômeno da tradução. Claudia de Lima Costa e Sonia Alvarez (2013) apontam esse aspecto da reflexão teórico-feminista como a “virada tradutória” do feminismo, em que o conceito de tradução é ampliado e tomado como metáfora para o deslocamento e atrito das diferenças entre sujeitos, línguas, culturas, políticas. Dito de outro modo, a tradução transbordaria os limites linguísticos de transferência de significados, sendo compreendida em termos de ato de enunciação.

Esta perspectiva de tradução já havia sido abordada por um dos teóricos mais influentes dos Estudos da Tradução, George Steiner, em *After Babel* (2005 [1975]). No entanto, conforme aponta Costa (2019), seu aspecto metafórico se difunde com Estudos Pós-Coloniais na academia norte-americana, na década de 1980, a partir da elaboração de tradução cultural desenvolvida por Homi Bhabha, e é a partir dessa perspectiva que se valem os Estudos Feministas da Tradução. A virada tradutória então, intimamente ligada com a virada cultural, favoreceu a outras áreas do conhecimento a reflexão acerca de como alteridade e identidade estão amalgamadas no ato tradutório e no estudo sobre tradução:

A identidade e a alteridade se misturam, tornando o ato tradutório um processo de des-locamento. Traduzir significa ir e vir (‘world’-traveling para Maria Lugones, 1987), estar no entrelugar ou na fronteira (Gloria Anzaldúa, 1987). Nesses deslocamentos também estão incluídos os feminismos, que viajam através de lugares e direcionalidades diversos para se tornarem paradigmas interpretativos para ler/escrever sobre classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros eixos da identidade. São, portanto, práticas teóricas e políticas invariavelmente tradutórias, que sinalizam a mutabilidade de palavras e conceitos, explorando suas ressonâncias, bem como seus movimentos no espaço e no tempo. (COSTA, 2019, p. 170)

É nesse sentido que a tradução, enquanto zona de contato epistemológico (Patricia Hill COLLINS, 2017), torna-se elemento central à práxis feminista em seus tensionamentos, ampliações, reformulações e construção da solidariedade feminista transnacional e, por isso, levanta importantes discussões para a teoria feminista.

Dada, pois, a centralidade da tradução na discussão feminista, convém investigar qual espaço se destina à tradução na produção científica feminista no Brasil, entendendo que os Estudos Feministas da Tradução compreendem tanto os Estudos da Tradução desde vieses feministas quanto o feminismo tradutológico, ou seja, as análises feministas que se voltam para o fenômeno da tradução. Considerando os limites da pesquisa, a análise limita-se aos

trabalhos publicados na *Revista Estudos Feministas* (REF), tendo em vista seu importante papel para a consolidação dos Estudos Feministas na academia brasileira (GROSSI, 2016).

Tendo definido tal campo de investigação, a coleta dos dados deu-se da seguinte maneira:

- Das teses e dissertações – a partir dos repositórios institucionais dos programas de pós-graduação, pela leitura de títulos, palavras-chave e resumos das pesquisas, sob os seguintes critérios: indicação de abordagem feminista ou *queer*, foco em tradutoras, tradução de obras de mulheres, abordagem de obras revisitadas pela crítica feminista. Foram selecionados sete trabalhos da POET, nove da TRADUSP, 11 da POSTRAD e 31 da PGET, totalizando 58 teses e dissertações defendidas desde o ano de início de cada programa até 2020;
- Dos trabalhos publicados em periódicos – a partir do mecanismo de busca dos periódicos, utilizando os descritores “gênero”, “gender”, “femini*”¹⁵ e “tradutora”, no caso dos periódicos e número dedicados aos Estudos da Tradução, e “tradução”, “translation”, tradução feminista” e “feminist translation”, no caso do periódico REF. Quando encontrados resultados para a busca, foram lidos títulos, palavras-chave, resumos e referências bibliográficas para certificação de abordagem ou possibilidade de abordagem da temática estudada;
- Dos trabalhos publicados em periódicos *online* e *e-books* de Letras – foram utilizados os descritores de busca “gênero e tradução”, “tradução e gênero”, “Estudos Feministas da Tradução” e “tradução feminista”, no Google Scholar.
- Dos grupos e linhas de pesquisa – foram utilizados os descritores “Estudos da Tradução”, “tradução + gênero” e “tradução + femini*” no mecanismo de busca do Diretório do CNPq de Grupos de Pesquisa no Brasil. Quando encontrados resultados para a busca, foi feita a leitura dos espelhos de identificação dos grupos e suas linhas de pesquisa para certificação de abordagem ou possibilidade de abordagem da temática estudada.

¹⁵ O asterisco (*) é utilizado como caractere curinga. Neste caso, na busca por femini + *, seria possível encontrar textos com palavras como feminino/a, feminismo, feminista, *feminist*.

Selecionados os trabalhos, foram feitas planilhas eletrônicas em suas devidas categorizações e agrupamentos, sintetizadas nos quadros que se apresentam no capítulo quatro. As análises dos trabalhos apoiam-se nos Estudos Feministas da Tradução e feminismo tradutológico, tendo como base os apontamentos de Castro e Spoturno (2020), Costa (2019; 2003), Castro e Ergun (Org., 2017), Castro (2017)¹⁶, Costa e Alvarez (2013), Simon (2005), Chamberlain (1998)¹⁷, Flotow (1991; 2013), e do feminismo classista e anticolonialista, conforme defendidos por bell hooks (2020; 2019; 2018), Nancy Fraser (2019; 2018), Marcia Tiburi (2018), Silvia Federici (2017; 2019; 2021)¹⁸, Angela Davis (2017; 2016)¹⁹, Heleieth Saffioti (2013), Maria Amélia Teles (2017), dentre outras. Como ferramentas metodológicas para processamento dos *corpora*, foram utilizados o *software* de análise de *corpus* AntConc²⁰ e a linguagem de programação e ambiente de desenvolvimento R (R CORE TEAM, 2021)²¹.

Importante destacar que os *corpora* não estão isentos das exclusões involuntárias que podem ocorrer nas metodologias de pesquisa, conforme ressaltam Alves e Vasconcellos (2016) especificamente sobre a pesquisa em Estudos da Tradução. Embora a leitura cuidadosa de títulos, palavras-chave, resumo dos trabalhos e referências bibliográficas se apresente como um modo de assegurar a seleção dos *corpora*, existe a possibilidade de que determinados trabalhos possam não ter sido localizados pelos mecanismos automáticos de busca. Também vale salientar que nem todos os trabalhos selecionados apresentarão abordagem feminista, conforme poderá ser constatado na análise de dados.

Do mesmo modo, é importante ressaltar que esta pesquisa apresenta um recorte da produção científica nacional que se limita aos programas de pós-graduação em Estudos da Tradução atualmente existentes no Brasil, aos periódicos e edições temáticas especializados em Estudos da Tradução, aos trabalhos que atenderam aos mecanismos de busca no Google Scholar e grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq e à REF. Outras pesquisas como esta poderão ser desenvolvidas e ampliadas para outras pós-graduações que pautem os Estudos da Tradução, bem como outros espaços de produção científica e difusão do conhecimento que versam sobre feminismos, tradução e gênero.

¹⁶ Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza.

¹⁷ Tradução de Norma Viscardi.

¹⁸ Traduções do Coletivo Sycorax (2017; 2019). Tradução de Heci Regina Candiani (2021).

¹⁹ Traduções de Heci Regina Candiani.

²⁰ <http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>

²¹ O pacote tidyverse (WICKHAM et al., 2019) foi utilizado na construção dos scripts de processamento textual, o pacote pdftools (OOMS, 2021) foi utilizado para extrair as informações de texto dos arquivos pdf e o pacote igraph (CSARDI; NEPUSZ, 2006) foi utilizado na construção dos gráficos de rede. A execução do processamento de dados com esse recurso foi feita por Davi Alves Oliveira.

Esta pesquisa é, sobretudo, de cunho bibliográfico que, de acordo com Severino (2007, p. 122), se dá “a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores”. A partir do mapeamento e análise das pesquisas e trabalhos anteriores, almejo alcançar o objetivo acima proposto, articulando a produção científica em Estudos Feministas da Tradução ao histórico de lutas feministas no Brasil que dão sustentação ao campo teórico-feminista na produção científica nacional, bem como compreender de que forma as hierarquias construídas no campo da tradução refletem e perpetuam desigualdades sociais que justamente o feminismo enquanto teoria política visa desconstruir. Dessa maneira, conjurar a tradução feminista como um potente elemento para a construção de forças revolucionárias é articulá-la a um contexto social mais amplo, tendo em vista que os feminismos, no seu entrecruzamento com diversas áreas de conhecimento, se constroem de forma situada, não sem conflitos e contradições e nem apartado de outras lutas sociais e políticas.

Busco traçar uma genealogia dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil, partindo da revisão histórica das especificidades das lutas das mulheres articuladas à luta de classes no contexto nacional e internacional; da institucionalização do feminismo na academia brasileira, suas terminologias, conceitos e embates; das reivindicações feministas por meio da atividade de escrita, na qual se insere o trabalho de Nísia Floresta, precursora da tradução feminista no Brasil; do desenvolvimento dos Estudos de Gênero articulados aos Estudos da Tradução e suas proposições transnacionais para a tradução como ferramenta na luta pela transformação social.

Para tanto, a tese estrutura-se em quatro capítulos, incluindo a introdução e finalizados com as considerações finais. No capítulo “Movimentos de mulheres e feminismos no Brasil no palco da luta de classes: percursos históricos”, apresento um percurso histórico dos feminismos atrelado às diversas lutas das mulheres brasileiras em sua articulação com lutas internacionais pelos direitos das mulheres. Destaco as ações das mulheres trabalhadoras na busca por melhores condições de vida, a resistência das mulheres ao regime ditatorial, portanto, associada à luta classista e politicamente organizada. Relaciono as lutas das mulheres brasileiras (e suas especificidades) com a luta internacional das mulheres, situando os contextos de luta histórico e politicamente e buscando compreender as pautas atuais dos movimentos feministas no Brasil em sua relação transnacional, na qual a tradução ocupa um papel central.

No capítulo “Os Estudos Feministas no Brasil: percursos teórico-metodológicos”, me detenho na reflexão acerca da consolidação dos Estudos Feministas como campo teórico-

metodológico na academia brasileira, discutindo seus embates e revisões críticas, enfocando a atividade de escrita para a difusão dos ideais de emancipação da mulher – na qual se insere o importante trabalho de Nísia Floresta. Este capítulo tem foco nos feminismos enquanto elaboração teórico-metodológica para compreensão da realidade social na qual perpetua o patriarcado, diferindo-se do segundo capítulo, cujo foco está na organização e atuação política dos movimentos de mulheres e feministas.

No capítulo “Estudos Feministas da Tradução”, discuto a intersecção dos Estudos da Tradução com os Estudos de Gênero, a gênese da tradução feminista iniciada com as tradutoras e teóricas canadenses e as perspectivas transnacionais favorecidas pela crítica às limitações das categorias universalizantes que balizaram o início dos Estudos Feministas da Tradução enquanto campo teórico-metodológico. Do mesmo modo, a virada cultural e tradutória que abriram espaço para novas concepções de tradução e tornaram-se centrais à discussão feminista. Insiro a discussão da tradução em meio à divisão sexual do trabalho socialmente construída e me respaldo na revisão histórica e elaboração teórica apresentadas ao longo dos quatro capítulos para sustentar a análise dos *corpora*. Ao focar “Os Estudos Feministas da Tradução no Brasil”, saliento as questões terminológicas, as tendências teóricas, tempo histórico, as categorias analíticas, suas línguas e seus contextos geográficos.

Este trabalho de tese se insere nos campos, conforme categorizados por Rosvitha Blume (2010): *histórico* – à medida que retorna ao contexto histórico de luta das mulheres e consolidação do feminismo enquanto campo teórico na academia brasileira; *teórico* – ao investigar as correntes teóricas que influenciam o campo de pesquisa em Estudos da Tradução no Brasil, ao passo que visa contribuir com a elaboração teórica que vem sendo construída nacionalmente, mas que ainda é restrita; *crítico/político* – uma vez que almeja olhar criticamente os *corpora* de pesquisa a luz dos critérios de análises feministas classistas e anticolonialistas, relacionando os Estudos Feministas da Tradução a outros elementos da totalidade social, como forma de construir possibilidades de luta pela transformação de uma sociedade justa e igualitária.

Os dados poderão auxiliar futuras pesquisas, podendo também ser acessado pelos cursos de Estudos da Tradução, grupos de pesquisa e núcleos de tradução, para que sejam (re)pensados seus currículos, práticas pedagógicas e tradutórias, tendo em vista que a tradução feminista é uma potente ferramenta pedagógica para repensar a diferença e fomentar igualdade e justiça social (Emek ERGUN & Olga CATRO, 2017). Ademais, contribui para a construção da elaboração teórico-metodológica dos Estudos Feministas de Tradução desde uma

perspectiva não hegemônica no que concerne à produção intelectual feminista nas relações Sul-Norte globais, apontando possibilidades de ferramentas de luta e solidariedade entre mulheres na América Latina, cujo paradigma epistemológico é o feminismo em suas abordagens classista e anticolonialista.

1.2. O PARADIGMA FEMINISTA

O feminismo, além de objeto desta pesquisa, é também o paradigma que dá sustentação à prática científica aqui encampada. Portanto, os recursos metodológicos e técnicos utilizados nesta pesquisa, incluindo o modo como o texto é construído, estão alinhados ao paradigma feminista. O feminismo, enquanto paradigma epistemológico, conforme define a filósofa Marcia Tiburi (2018), possibilita retirar o véu dessa sociedade e sua forma de organização, lançando luz sobre seus dispositivos de poder e operando, portanto, como um contradispositivo capaz de analisar e desestabilizar toda a engrenagem que sustenta a distribuição desigual de poder do patriarcado²². Analisar, porque o feminismo é uma teoria política, e desestabilizar, porque essa teoria está atrelada a uma prática que reivindica e constrói possibilidades para a transformação social.

Sobre o caráter político do feminismo, Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014, p. 7) explicam que:

em certo sentido, toda teoria feminista é “política”, na medida em que é fundante, no feminismo, a compreensão de que os limites convencionais da política são insuficientes para apreender sua dinâmica real. Assim, a história, a sociologia, a antropologia ou a psicologia feministas têm inegável caráter político.

Do mesmo modo, os Estudos Feministas da Tradução inegavelmente apresentam-se enquanto teoria feminista de caráter político e, como tal, questiona, ou deveria questionar, os limites de teorias políticas tradicionais que perpetuam a distinção entre esfera pública e esfera privada na tradução.

²² O feminismo, enquanto contradispositivo, opera em sentido contrário aos dispositivos da sociedade patriarcal. Giorgio Agamben (2005) explica que dispositivo deriva do termo latino “dispositio”, sendo esta a tradução utilizada para o termo grego “oikonomia” na teologia. Grosso modo, a “oikonomia”, de acordo com o argumento teológico, corresponderia ao modo como Deus administra sua casa, sua vida e o mundo que criou, por meio de “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2005, p. 12). Nesse sentido, um dispositivo é compreendido como algo que pode capturar, orientar, determinar, modelar as condutas, opiniões e os discursos sociais.

A distinção entre esferas pública e privada tornou-se fundamental para manutenção do poder patriarcal em todas as esferas sociais, incluindo a produção do conhecimento e, por isso, é cuidadosamente analisada e criticada pelas teorias feministas. Nos Estudos da Tradução, por exemplo, Lori Chamberlain apresenta uma das primeiras análises feministas de como a distinção entre o público e o privado subsidia a manutenção do poder patriarcal na tradução e teorias da tradução, como veremos adiante.

A reflexão crítica sobre a dualidade entre o público e o privado é para Biroli (2014) o que notadamente identifica o pensamento feminista. Para a autora:

Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados e, como tal, não políticos. [...] O destaque para as exclusões implicadas na conformação de *uma* esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros. (BIROLI, 2014, p. 31)

Em outras palavras, a sociedade patriarcal capitalista de supremacia branca elege as experiências eurocentradas do “homem branco”²³ para definir parâmetros e tópicos “universais” como concernentes à esfera pública, enquanto invisibiliza experiências da vida de parte dos indivíduos e as delegam à esfera privada. Para Biroli (2014), princípios sobre universalidade, razão e impessoalidade embasam a esfera pública na modernidade.

A partir desses princípios define-se também um modo de fazer ciência galgada na dualidade público/privado que consolida e valida uma epistemologia dominante, a do homem branco colonizador. Esse modo de pensar a ciência também atrela-se à sua invenção pelo Ocidente, logo, a suposição de que, como indaga Aimé Césaire (2010, p. 70)²⁴:

somente o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, o qual, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o protótipo mesmo do falso pensamento.

Nesse sentido, uma pesquisa que se pretenda feminista demanda, portanto, uma epistemologia feminista. Isso significa questionar a epistemologia dominante e a construção do saber, valorizando as experiências vividas pelas mulheres enquanto sujeitas sociais, o que implica, pois, uma nova construção argumentativa que permite que as mulheres se coloquem

²³ Homem branco apresenta-se aqui como uma metáfora do poder para designar “o sujeito do privilégio, da figura autoritária alicerçada no acobertamento das relações que envolvem os aspectos de gênero, sexo, classe, idade e corporeidade” (TIBURI, 2018, p. 41).

²⁴ Tradução de Anísio Garcez Homem.

no texto tendo em vista as suas mais diversas experiências e particularidades. Isso, no entanto, não isenta os feminismos de reproduzirem a lógica mesma do pensamento ocidental, no qual, o protótipo do falso pensamento, como expõe Cesáire, por vezes recai sobre o pensamento de mulheres do Sul Global, daí a demanda por um feminismo decolonial, focado nas experiências de mulheres de países colonizados.

A epistemologia feminista, conforme aponta Miguel (2014), foi favorecida pelo estilo ensaístico de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*, obra que marcou a segunda onda do feminismo, cujo *slogan* defendeu que “o pessoal é político”. Ressalvo que a perspectiva de “ondas do feminismo” neste trabalho está sendo usada a título de periodização. No entanto, compreendo que essas divisões em “ondas” mascaram as vias múltiplas, para usar as palavras de Vergès (2020, p. 36) dos movimentos das mulheres, segmentam e promovem apagamento de produções feministas periféricas, fora do centro do Norte Global.

A reivindicação de que o pessoal é político diluiu as fronteiras entre público e privado, especialmente na década de 1970, como aponta Simone Schmidt (2015), de tal modo que esta virada epistemológica mudou tanto a forma de ler quanto de escrever das mulheres. Como resultado, ao adotar o paradigma feminista na escrita:

[...] todas as feministas, de um modo ou de outro, quando escrevem, falam de si mesmas. Aprenderam que o feminismo lhes devolve a biografia roubada. Nesse sentido, o feminismo tem como base ético-política a construção de si, que deve dar às mulheres outro lugar, no campo das decisões. (TIBURI, 2018, p. 94)

No contexto do feminismo latino-americano, essa perspectiva se renova no pensamento feminista decolonial e pós-colonial do século XXI, em que o ponto de vista das mulheres do hemisfério Sul é privilegiado (MIGUEL, 2014) e a distribuição de poder nas relações Sul-Norte é questionada, uma vez que a epistemologia feminista não garante reproduções de privilégios e distribuição de poder entre as próprias mulheres. Na América Latina, como um todo, vê-se a insurgência de movimentos feministas decoloniais, ou seja, lutas feministas que questionam a colonialidade do poder constituída ao longo de séculos de colonização no continente.

A perspectiva decolonial opera em oposição ao padrão de poder eurocentrado e global que, de acordo com Aníbal Quijano (2005), sociólogo peruano membro do Grupo Modernidade/Colonialidade²⁵, se organiza sobre os eixos da colonialidade do poder.

²⁵ O Grupo Modernidade/Colonialidade emergiu na América Latina, no final da década de 1990, como um movimento de resistência política e epistemológica à lógica colonial.

Colonialidade, na conceitualização do grupo, difere-se do conceito de colonialismo – o qual envolve uma dominação colonial pautada na relação político-econômica –, referindo-se a

um padrão de poder que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial. (HOLANDA, 2020, p. 16)

Há de se considerar, entretanto, como aponta Maria Lugones (2020), que esse sistema de dominação não se pauta apenas na classificação racial empreendida pelo colonialismo, ele amplia-se e controla as subjetividades, as forças de trabalho e a produção do conhecimento, da mesma forma que é fundamentalmente moldado pelo gênero. Daí decorre a necessidade de pensar relações de gênero pelo prisma da decolonialidade, imbricadas nas questões raciais e desde um ponto de vista latino-americano.

Pautada neste paradigma feminista, portanto, coloco-me no texto em primeira pessoa, com as minhas vivências de mulher nordestina da classe trabalhadora e bissexual, que escreve, traduz, pesquisa e milita almejando uma transformação social radical, inclusive desafiando o fazer científico eurocentrado que deslegitima as subjetividades de sujeitas desviantes das normas estabelecidas pelo “homem branco”. Como defende Tiburi (2018), mulheres com suas experiências heterogêneas falando de si mesmas em todos os espaços de poder é parte do projeto feminista.

Coloco-me no texto enquanto uma ser corporificada pela minha experiência social de ser mulher, para retomar *O riso da Medusa*, de Hélène Cixous (2017 [1975])²⁶. Não posso deslocar o que sou e o que molda a minha realidade do meu fazer científico. A objetividade exigida pela ciência é também uma forma de perpetuação do poder patriarcal nos espaços públicos, à medida que naturaliza a presença masculina nos espaços de expressão da sociedade, estabelecendo-a como neutra. Do mesmo modo, isso se dá na linguagem, em que o uso do masculino universal foi socialmente construído como neutro e sinônimo de humanidade, implicando, pois, em uma exclusão das mulheres que se dá também no campo da linguagem enquanto representação simbólica e expressão da organização social. Nesse sentido é que reivindicamos uma linguagem não sexista.

1.2.1. Por uma linguagem não sexista

²⁶ Tradução de Luciana Eleonora Deplagne.

A discussão em torno da linguagem e do gênero tornou-se bastante saliente na década de 1970, sobretudo a partir de reflexões teóricas de feministas francesas, a exemplo de Cixous, que desafiaram os conceitos binários masculino/feminino no campo da linguagem como uma representação da divisão social binária do gênero. Paralela a esta discussão fomentada pela teoria feminista, surgia também a disciplina Estudos da Tradução, nos quais os conceitos binários que geravam hierarquias em torno da tradução passaram a ser igualmente questionados (BASSNETT, 2020)²⁷.

Considerando o caráter gendrado da linguagem, que perpetua o patriarcado e reforça a discriminação de gênero, o paradigma feminista defende que a língua não é estática e, dessa forma, reivindica o questionamento de uma linguagem que, sob o controle masculino, serve aos interesses patriarcais heterossexuais. Se a linguagem reflete o modo como uma sociedade se organiza, um projeto que almeje a transformação social não poderá negligenciar as potencialidades políticas do uso da língua. Nesse sentido, para pensar a construção de alternativas não sexistas e binárias no português brasileiro, tomo como referência a discussão linguística levantada por Ana Pessotto dos Santos (2019), cujas estratégias de neutralização do gênero na linguagem são apresentadas a partir da visão estruturalista da língua e da teoria do uso. Dos Santos (2019, p. 161) aponta que:

Primeiro, a mudança inerente a qualquer língua não se dá por imposição, além de levar anos para ser consagrada pelo uso. Segundo, a fala é um contínuo organizado de sons, cuja sequência segue regras internas à língua. Terceiro, nosso sistema de escrita é regido pelo critério fonológico, ou seja, procura representar aproximadamente os fonemas pelas letras, de modo que, quando chegamos à escola, associamos o conhecimento internalizado sobre a língua oral ao processo de aprendizagem de escrita e leitura. Essas preocupações legítimas, no entanto, não devem entravar o compromisso científico do linguista de observar seu objeto de estudo e descrever os fenômenos que surjam ao longo do seu desenvolvimento.

Pautada nesses argumentos, a autora justifica, então, a impossibilidade estrutural do uso de “x” e “@”, no qual “x” se limita ao fato de as regras em português não admitirem encontros consonantais com mais de duas consoantes e o “@”, enquanto símbolo, não corresponder a um fonema, portanto, inexistente na oralidade. Fatores estes que comprometem a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, por exemplo.

Dos Santos defende a admissão da vogal “e” para a linguagem inclusiva, uma vez que esta “pode figurar como núcleo de sílaba e compor uma palavra não marcada para gênero, como “alunes””. Nas palavras em que a vogal final aparece como vogal temática, a exemplo

²⁷ Tradução de Naylane Matos.

de “especialista” e “assistente”, e não como marca de gênero, não é necessário realizar alterações (DOS SANTOS, 2019, p. 171). Assim, neste trabalho, altero palavras marcadas para gênero, adotando o uso da vogal “e” ao me referir às pessoas de uma forma geral, mantenho o uso do feminino nas situações em que me refiro especificamente às mulheres (cis ou trans) e, muitas vezes, marco propositalmente para o gênero masculino a fim de demarcar uma referência aos homens cisgêneros e aos símbolos da sociedade patriarcal.

Linguagem, nessa perspectiva, poderia ser compreendida como um dispositivo de manutenção do poder patriarcal, ao mesmo tempo que esta mesma linguagem sustenta e orienta outros dispositivos. Enquanto contradispositivo, o feminismo, portanto, deve questionar a linguagem e seu papel social, uma vez que esta, por meio de mecanismos linguísticos e através de atitudes e práticas linguísticas, como apontam Ana Gabriela Macedo e Ana Luisa Amaral (2005), representam relações de gênero desiguais. Assim, erradicar o sexismo passa necessariamente pela desconstrução das suas ressonâncias na linguagem, tanto em termos lexicais quanto em termos semânticos:

A forte carga androcêntrica que muitas palavras têm (como, por exemplo, termos ligados a certas profissões, graus, funções ou títulos oficiais) não se deve propriamente tanto ao sistema linguístico quanto aos contextos, aos hábitos instalados que orientam e desorientam interpretações. É a tradição, ainda de forte caráter patriarcal, a principal responsável pelo sexismo na linguagem. (MACEDO & AMARAL, 2005, p. XXX)

A crítica feminista, por sua vez, atua denunciando opressões de gênero expressas na linguagem e busca propor alternativas, reformas linguísticas e normas não sexistas. Essa faceta da crítica feminista torna-se especialmente frutífera no ato tradução, no qual o encontro entre línguas pode acentuar representações sexistas na linguagem ou operar criativamente no sentido de construir novas possibilidades não sexistas para língua. E, nesse sentido, vemos emergir na variante brasileira do português uma série de traduções feministas engajadas em romper com as tradições patriarcais responsáveis pelo sexismo na linguagem,

Alguns exemplos de livros traduzidos no Brasil que, por meio de estratégias lexicais, tensionam o *modus operandi* da língua e começam por fortalecer um movimento de transformação na e pela linguagem no mercado editorial, são: *A leitora incomum*, de Virginia Woolf (Emanuela Siqueira, 2017), *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici (Coletivo Sycorax, 2017), *Desglac/Degelo*, de Maria-Mercè Marçal (Meritxell Hernando Marçal e Beatriz Regina Guimarães Barbosa, 2019), *Um feminismo decolonial*, de Françoise Vergès (Jamilé Pinheiro

Dias e Raquel Camargo, 2020), *Crítica da colonialidade em oito ensaios*, de Rita Segato (Danú Gontijo e Danielli Jatobá 2021).

Entre as décadas de 1970 a 1980, a linguagem tornou-se um importante campo de estudo e análise da manutenção do poder patriarcal e exclusão das mulheres na esfera pública e espaços de decisão. Gostaria de lembrar o então ato transgressor de Flora Tristan já em 1843, na França, quando, ao reivindicar direitos para as mulheres e a união operária, marcou o gênero na linguagem frisando os direitos dos operários e das operárias.

É importante ressaltar, no entanto, que reivindicar uma escrita que inclua e exponha as experiências das mulheres não passa única e exclusivamente pela feminização da linguagem adotada pelas feministas da “segunda onda”, a exemplo das práticas de tradução de feministas canadenses que adotaram estratégias de feminização da linguagem no ato tradutório. Por vezes, a feminização da linguagem pode reduzir e limitar a perspectiva do que é concernente à escrita de mulheres, como aponta Alinne Fernandes (2019, p. 8):

[...] não falamos de escrituras “femininas”, como há muito se interpretou equivocadamente, ao meu ver, o ensaio “La rire de la Méduse” (1975) de Hélène Cixous. Falamos de escrituras de mulheres porque entendemos que a concepção de feminino seja limitante e reducionista — os escritos de mulheres não são necessariamente femininos no sentido ainda hoje socialmente compreendido como algo que parte do tradicional binômio homem/mulher. Eu sequer compreendo exatamente o que seja feminino, um adjetivo tão carregado de mazelas históricas, preconceitos e achincalhamentos. Falamos aqui de textos escritos por mulheres; mulheres cujo lugar na história da literatura, do teatro e da tradução, na história dos grandes pensadores, foi negado. Estamos aqui, aos poucos, ajudando a escrever e registrar essa história. Estamos aqui reivindicando-lhes (nos) um lugar de fala sempre muito necessário.

Essa distinção nos ajuda a identificar e a evitar incorrer no erro de hegemonizar a escrita de mulheres e seus lugares de fala, invisibilizando determinados conhecimentos situados. Esse lugar de fala deve ser entendido como um lugar de solidariedade onde direitos são exigidos e, por isso mesmo, o lugar de fala é também um lugar de escuta, um espaço político e dialógico, no qual lutar por direitos igualitários não diz respeito a direitos individualizados, mas envolve direitos para todas, todos e todes, como defende Tiburi (2018) em *Feminismo em comum*.

Portanto, reivindicar direitos para as mulheres implica reivindicar direitos para mulheres negras, mulheres trans, mulheres indígenas, mulheres trabalhadoras, mulheres com deficiência física. É escutar essas mulheres em suas demandas gerais e específicas. É utilizar do paradigma feminista não como um fim, mas um meio para alcançarmos uma sociedade

justa e igualitária em que todas as mulheres possam ser verdadeiramente emancipadas. Sob esse paradigma, em suas abordagens classista e anticolonialista, é que elaboro este trabalho.

2. MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISMOS NO BRASIL NO PALCO DA LUTA DE CLASSES: BREVES PERCURSOS HISTÓRICOS

Para compreender a consolidação dos Estudos Feministas no Brasil enquanto campo teórico-metodológico é necessário nos determos sobre a própria luta das mulheres. A perspectiva teórica dessa área de estudo, ainda que restrita ao espaço acadêmico, forja-se na atuação política de cidadãs brasileiras que se engajaram na luta pelos direitos das mulheres. Essa luta se deu em diversos campos de atuação, tendo destaque as ações das mulheres trabalhadoras na busca por melhores condições de vida, a resistência das mulheres ao regime ditatorial e, atualmente, a luta feminista transnacional, na qual a tradução ocupa um papel central.

Neste capítulo, apresento um breve percurso histórico dos feminismos, relacionando as lutas das mulheres brasileiras (e suas especificidades) com a luta internacional das mulheres, situando os contextos de lutas desde uma perspectiva histórico-política e buscando compreender as pautas atuais dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil em sua relação transnacional. Ressalvo a importância de analisarmos como a luta das mulheres no Brasil está atrelada à luta internacional de mulheres, e como esta apresenta-se no âmbito da luta de classes. No entanto, não menos importante é observarmos como as especificidades do contexto brasileiro e sua história colonial moldam as táticas dos movimentos de mulheres e qual relação se constrói entre a prática dos movimentos e a elaboração teórico-feminista, conforme poderemos adentrar no capítulo seguinte a este.

2.1. A LUTA DAS MULHERES NO BRASIL

Reivindicar uma perspectiva feminista em tradução a fim de compreender seu percurso na produção científica brasileira é também olhar para a história de luta travada pelas mulheres ao longo de séculos. A prática de tradução feminista na atualidade ancora-se em um campo teórico, no entanto, ela emerge de uma demanda substancial de emancipação das mulheres em uma sociedade patriarcal. Não se consolida no abstrato, mas galgada no anseio por uma transformação social que compreenda as mulheres como seres dignas de gozar dos direitos de que dispõem os homens enquanto referências de seres humanos.

Nesse pressuposto, manifesta-se uma questão central e definidora dos feminismos contemporâneos: quais direitos e quais homens? Devemos perquirir tal questão nos detendo sobre a luta histórica das mulheres e a considerando como parte constitutiva da luta de classes.

No caso específico do Brasil, com seu passado (ainda presente) colonial, não podemos deixar de evidenciar que a luta das mulheres, travada no palco da luta de classes, está atravessada pela luta antirracista, protagonizada sobretudo pelas mulheres negras. Desse modo, as categorias gênero, raça e classe se entrecruzam de forma contundente na construção feminista nacional, demonstrando na prática histórico-política o que viria a ser desenvolvido posteriormente enquanto conceito de interseccionalidade.

A interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta analítica desenvolvida por feministas negras dos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, para compreender as desigualdades sociais globais para além do gênero. Isto é, compreender de que forma as desigualdades sociais atingem, a partir de marcadores como gênero, raça, classe, idade, estatuto de cidadania, as diferentes mulheres em escala mundial, em que alguns grupos apresentam-se mais vulneráveis às mudanças econômicas globais, enquanto outros se beneficiam delas de forma desproporcional (COLLINS e BILGE, 2021)²⁸.

No contexto de lutas por igualdade social, portanto, vale salientar que as lutas das mulheres não se apresentam de forma linear e hegemônica, tampouco estão isentas de contradições. Igualmente, indicam a presença de uma força dominante, a qual as mulheres têm resistido com diferentes táticas de luta: o patriarcado. A força dominante do patriarcado subjugava as mulheres à condição de procriadoras e mantenedoras da vida, seres resilientes às opressões geradas pela estrutura de poder que organiza a sociedade e favorece aos homens (TIBURI, 2018). Assim, o feminismo se apresenta como uma força resistente ao patriarcado, operando como um campo analítico e crítico, mas também político e prático.

Nos interessa historicizar que, no caso brasileiro, o feminismo como tal tem suas raízes em lutas populares travadas pelas mulheres trabalhadoras, negras, indígenas e quilombolas, o que significa dizer que, muitas vezes, a luta pelos direitos das mulheres não se deu de forma especificamente atrelada às especificidades do gênero, mas às demandas colocadas para todes que viviam (e ainda vivem) marginalizadas em diversos segmentos da sociedade.

Nesse sentido, retomo a *Breve história do feminismo no Brasil*, de Maria Amélia de Almeida Teles (2017, p. 23), e diferencio as expressões “movimento de mulheres” e “movimento feminista”.

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista”, refere-se às ações das mulheres dispostas a combater a

²⁸ Tradução de Rane Souza.

discriminação e subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.

Note-se que o movimento feminista, cuja organização política contrapõe-se ao patriarcado, questionando as relações de poder e opressão que se instauram sobre as mulheres, é constituído pelas lutas dos movimentos de mulheres, mas não necessariamente os movimentos de mulheres reivindicam questões ligadas ao gênero, embora as reivindicações girem em torno de questões que acometem a vida das mulheres. Entretanto, a trajetória do movimento feminista nem sempre marca uma atuação atenta às especificidades dos diferentes grupos de mulheres. Do mesmo modo, os movimentos de mulheres nem sempre estiveram conscientes das opressões que acometem restritamente as mulheres por sua condição de gênero.

Sobre as condições que impunham a luta às mulheres no Brasil, Teles (2017) argumenta que, sobre o período colonial, há pouquíssimo registro, especialmente pelo fato de as mulheres não terem tido acesso à educação e, como consequência, estavam impossibilitadas de escrever a própria história. Evidentemente, não podemos colocar a condição de todas as mulheres do período colonial – e assim o é nos dias atuais – em pé de igualdade. As mulheres indígenas, assim como as mulheres negras, eram acometidas por sucessivos tipos de violência e, diferentemente das mulheres brancas, passaram por um cruel processo de desumanização. As mulheres brancas, por sua vez, embora isentas de certas opressões que viviam as mulheres indígenas e negras, também eram vítimas do sistema patriarcal que se fortalecia com o capitalismo. Com a educação a cargo da Igreja Católica e seus preceitos conservadores, as mulheres brancas eram imprescindíveis na manutenção do *status quo* do período colonial, inclusive, tendo sua participação política limitada. Poucas foram as esposas brancas legítimas que participaram das revoltas populares que ocorreram nesse período.

A manutenção do status de inferioridade da mulher no período colonial é apresentada por Jacqueline Pintanguy e Branca Moreira Alves (2022) como parte dos costumes trazidos da Europa – apoiados nos grandes mitos ocidentais da origem da história da humanidade – e implantados no Brasil, no quais, de acordo com as autoras, tinha-se:

De um lado, a mulher branca, membro subalterno da classe dominante, cuja castidade era condição essencial para cumprir sua função de procriadora no casamento; de outro, a mulher negra, indígena ou mestiça, explorada como braço escravizado e objeto sexual. (PINTANGUY; ALVES, 2022, p. 60)

A dominação patriarcal na colônia no Brasil, vide exploração econômica, colocou seu jugo violentamente sobre as mulheres negras e indígenas. Se por um lado, elas eram escravizadas e exploradas da mesma forma que os homens enquanto força de trabalho, por outro, eram encarregadas de serviços domésticos e dos cuidados nas casas dos senhores, ou seja, do trabalho de reprodução social, além de sofrerem com recorrentes situações de estupro. Essa situação foi similar para as mulheres negras em países edificados com exploração de pessoas escravizadas, conforme aponta Angela Davis (2016) sobre a condição das mulheres negras nos Estados Unidos.

É importante destacar a condição das mulheres no período colonial em meio a motivação econômica da exploração colonial. Para Aimé Césaire (2010) a colonização deve ser entendida, sobretudo, pelo prisma da acumulação capitalista em escala mundial. O autor martinicano ressalva que a colonização não foi:

evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania; nem a expansão de Deus, nem a extensão do Direito; admitir de uma vez por todas, sem titubear por receio das consequências, que na colonização o gesto decisivo é do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial. (CÉSAIRE, 2010, p. 17)

Considerar a colonização em termos de empreendimento econômico nos auxilia a compreender a forma como o atual modo de produção capitalista, em sua fase neoliberal, perpetua a exploração de mulheres racializadas em países colonizados.

Tal exploração não se dá nem nunca se deu de modo pacífico. Ao contrário, deparou-se com a resistência dos povos negros escravizados, embora ela tenha sido silenciada pela história colonial branca ocidental, ou seja, a história “oficial”. O engajamento das mulheres negras na luta contra a escravidão é conspícuo desde as primeiras organizações dos quilombos brasileiros, como se pode constatar hoje pelo trabalho de resgate histórico de muitos pesquisadores. Aqualtune, avó de Zumbi dos Palmares é um dos exemplos primários de lideranças negras que participaram nas organizações políticas dos quilombos. Outras mulheres negras foram igualmente importantes para organização de revoltas anticolonialistas, dentre elas Dandara e Luiza Mahin (TELES, 2017; ARRAES, 2017; ASSIS & TRISTÁN, 2021).

A organização do povo negro na luta pelo fim do regime escravagista, pela liberdade de expressões culturais e religiosas e pelo fim da opressão colonialista, deve ser compreendida

inserida no palco da luta de classes, uma vez que tomamos a perspectiva econômica da colonização, conforme exposta por Césaire. E, nesse sentido, como defendem Odete Assis e Jennifer Tristán (2021), a luta das mulheres negras no combate ao racismo e ao patriarcado no Brasil é também a luta pela ruptura de todo um sistema econômico.

No campo da produção literária, embora a história da literatura brasileira seja marcada por silenciamentos e invisibilidades, desde o século XIX, contata-se a presença da mulher negra enquanto agente produtora e reivindicadora na luta antiescravagista. Em 1859, Maria Firmina dos Reis, mulher negra maranhense e também tradutora, reivindicou a abolição da escravidão escrevendo o primeiro romance abolicionista brasileiro: *Úrsula*. Nesse mesmo período, os ideais feministas começaram a circular no Brasil e as mulheres, que enfrentavam diferentes tipos de opressão com a legitimidade que o capitalismo conferira ao regime patriarcal de dominação, tiveram intensa participação na imprensa, onde reivindicavam direitos políticos e sociais, influenciadas pelo feminismo liberal emergente na Europa (TELES, 2017).

No Brasil, emergem as reivindicações das mulheres pelo direito básico de aprender a ler e a escrever (Constância Lima DUARTE, 2019), sendo Nísia Floresta uma das precursoras na luta pela educação das mulheres no Brasil, além de inaugurar uma práxis de tradução feminista ao publicar, em 1832, a tradução *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, como veremos no capítulo a seguir.

Em diversas frentes de luta, as mulheres brasileiras engajaram-se na busca por emancipação. Tal engajamento não se deu de forma hegemônica e linear, por isso, não poderíamos estabelecer uma ordem cronológica dos fatos e de como eles marcaram o desenvolvimento das lutas feministas no Brasil. Foi um movimento dialético, que ocorreu de diferentes formas para as mulheres de diferentes segmentos sociais. Essas diferenças, ainda hoje, marcam as pautas e táticas de luta, geram conflitos e contradições e, ao mesmo tempo, demonstram a força do movimento feminista enquanto organização política que está em constante processo de revisão. Desde a luta antiescravagista das mulheres negras, passando pelas reivindicações do direito ao voto, pela luta do trabalho assalariado à teoria da interseccionalidade e Estudos Queer, constatamos o esforço das mulheres para estabelecer políticas igualitárias. No entanto, não significa que, no histórico de lutas, todas as mulheres estiveram do mesmo lado, como ressalva Teles (2017) em sua *Breve história do feminismo no Brasil*.

2.2. NÃO ESTAMOS TODES NO MESMO BARCO

Podemos afirmar que os interesses pela emancipação feminina atrelada ao acesso ao mercado de trabalho não corresponderam à realidade da maioria das mulheres. As mulheres da classe trabalhadora, diante das necessidades impostas pelo avanço do capitalismo, foram empurradas para empregos precarizados fora de casa, que se somaram aos trabalhos domésticos, acarretando em maiores jornadas de trabalho.

Alexandra Kollontai (2017 [1908]), sobre o contexto da Rússia e tomando como exemplo a experiência das mulheres trabalhadoras em diversas partes do mundo, explica que a miséria e a pobreza impeliram as mulheres para fora de casa, para o trabalho fabril que se mostrava receptivo à mão de obra feminina, como expressão das novas relações de produção capitalista. Assim, o capital, dependendo de mão de obra barata, passou a atrair cada vez mais a força de trabalho das mulheres. Entretanto, diferentemente do que reivindicavam as feministas liberais da época, o trabalho assalariado não poderia libertar as mulheres de suas opressões, como ressaltam Kollontai (2017), Saffioti (2013) e hooks (2018). Assim, surgia um dilema inconciliável do feminismo liberal:

Enquanto a mulher burguesa passa orgulhosa e de cabeça erguida pela porta das profissões intelectuais que se abrem diante dela, a mulher proletária se curva ao destino e entra na linha de produção industrial. As proletárias há muito amaldiçoam a tão decantada liberdade adquirida no trabalho e na profissão, essa mesma liberdade que as mulheres burguesas estão começando a conquistar. [...] no modo de produção capitalista contemporâneo o trabalho não se configurou como fator de libertação da trabalhadora: ele despejou mais uma carga sobre seus ombros enfraquecidos, acrescentou um novo fardo às obrigações de mãe e dona de casa – o fardo do trabalho assalariado. (KOLLONTAI, 2017, p. 151)²⁹

Desse modo, se para as feministas liberais, motivadas pelos ideais iluministas de liberdade do século XVIII, o trabalho assalariado se configuraria como uma libertação das opressões vividas pelas mulheres, para as trabalhadoras ele seria mais um fardo a somar-se às obrigações que a sociedade lhe impunha pelo fato de ser mulher. E ainda os novos tipos de opressão que foram emergindo no próprio ambiente de trabalho.

De acordo com Alexandra Kollontai (2016 [1907]), a luta das mulheres burguesas pelos seus direitos, e seu consequente engajamento na luta pelos direitos civis, também decorre da mesma questão do “pão de cada dia”:

²⁹ Tradução de Denise Sales.

A questão da mulher tornou-se importante para as mulheres das classes burguesas cerca de metade do século XIX: um tempo considerável depois que a mulher proletária tinha chegado ao campo de trabalho. Sob o impacto do sucesso monstruoso do capitalismo, as classes médias da população foram atingidas por ondas de necessidade. As mudanças econômicas tornaram instável a situação financeira das pequenas e médias burguesias, e as mulheres burguesas enfrentaram um dilema de proporções alarmantes: ou aceitar a pobreza ou ir direto para o trabalho. As esposas e filhas deste grupo social começaram a bater às portas das universidades, salões de arte, editoras, escritórios, inundando as profissões que estavam abertas para elas. (KOLLONTAI, 2016, s/p.)³⁰

Nesse contexto, essas mulheres encontraram forte resistência dos homens e se engajaram na luta por seus direitos, tornando suas pautas centrais em relação às demandas das mulheres pobres e negras, como apontam as análises de teóricas negras feministas, dentre elas Angela Davis (2017) e bell hooks (2018). hooks (2018) explica que as mulheres brancas de classes privilegiadas é que recebiam atenção pública e da mídia de massa, de modo que a mídia de massa convencional nunca destacava as questões mais relevantes para as mulheres trabalhadoras. Assim, o feminismo branco burguês foi o feminismo que ganhou destaque. Enquanto as mulheres brancas de classes privilegiadas reivindicavam a escravidão do confinamento ao lar, a maioria das mulheres era da classe trabalhadora e já estava exposta a longas jornadas de trabalho com baixos salários, além do trabalho doméstico, portanto, essas mulheres “teriam enxergado o direito de ficar em casa como “liberdade”” (HOOKS, 2018, p. 66). Isso sem falar das mulheres negras escravizadas que, como vimos acima, enquanto força de trabalho eram tão exploradas quanto os homens negros, mas a sua condição de mulher lhe impunha outras formas de violência e opressão, como o estupro (DAVIS, 2017).

Para bell hooks (2018), as mulheres da classe trabalhadora já estavam cientes que o trabalho assalariado não as libertaria das opressões de gênero. Mas o feminismo encampado pelas mulheres brancas de classes privilegiadas priorizou tal pauta em detrimento da luta de classes. A autora chama atenção para o fato de que o trabalho fora de casa para as mulheres privilegiadas de todas as raças não foi um impeditivo da discriminação de gênero e do sexismo, mas sim o fato de os trabalhos disponíveis para elas serem os mesmos disponíveis para todas as outras mulheres, de mão de obra não qualificada e pouco remunerada, já exercidos pelas mulheres da classe trabalhadora. Para explicar a resistência de mulheres das classes privilegiadas na luta pela igualdade no mercado de trabalho, hooks (2018, p. 66-67) aponta:

³⁰ Tradução de Maria Luiza Oliveira feita da versão em Espanhol.

Grupos de elite compostos por mulheres com alto nível de educação permaneceram em casa, em vez de fazer o tipo de trabalho que várias mulheres de classe média baixa e da classe trabalhadora estavam fazendo. Às vezes algumas mulheres desafiavam a convenção e trabalhavam fora de casa exercendo tarefas muito inferiores às habilidades adquiridas por meio da educação que tiveram, e enfrentando a resistência do marido e da família. Foi essa resistência que tornou a questão do trabalho fora de casa uma questão de discriminação de gênero, e tornou a oposição ao patriarcado e a busca por direitos iguais em relação aos homens de sua classe a plataforma política que escolheu o feminismo em vez da luta de classe.

Com isso, hooks não quer dizer que os esforços das feministas reformistas pela busca de igualdade de gênero no mercado de trabalho não foram importantes. Claro que tais esforços tiveram impacto positivo na vida de todas as mulheres. Como salienta Kollontai (2016, s/p.): “Todo o direito que as mulheres ganham traz-lhe mais perto do objetivo conjunto de emancipação total” e, como coloca Heleieth Saffioti (2013), em sua análise da mulher na sociedade de classes, a emancipação econômica é condição *sine qua non* para a libertação da mulher, mas ela não constitui em si mesma uma libertação de todos os preconceitos que discriminam as mulheres socialmente. Há de se considerar, por exemplo, que para muitas mulheres de classes privilegiadas estarem ainda hoje no trabalho fora de casa, outras mulheres de classes inferiores, em geral negras, tiveram/têm que assumir o trabalho doméstico, especialmente porque os homens privilegiados, como ressalva hooks (2018, p. 71) “não se tornaram igualmente responsáveis pelas tarefas domésticas”.

Assim, a pauta do feminismo reformista, que reivindicava a busca por direitos iguais no mercado de trabalho, reforçava “o poder do patriarcado de supremacia branca” enquanto “minava as políticas radicais do feminismo” (HOOKS, 2018, p. 70). Essa cooptação do movimento feminista também foi criticada por feministas brancas revolucionárias que se opunham a esse modelo reformista das feministas que não abriram mão do seu elitismo. Para elucidar, trago a citação da ativista branca Mary Barfoot, na sua denúncia de 1993, conforme apresentada por hooks:

Há mulheres brancas machucadas e bravas, que acreditaram que o movimento das mulheres nos anos de 1970 significava sororidade e se sentem traídas por mulheres emergentes. Por mulheres que voltaram para o patriarcado. Mas o movimento das mulheres jamais saiu de perto do pai Falo... Não houve guerra. E não houve libertação. Recebemos nossas partes nos lucros do genocídio e amamos isso. Somos Irmãs do Patriarcado e verdadeiras apoiadoras da opressão nacional e da classe, o patriarcado em seu alto grau é o euro-imperialismo em escala mundial. Se somos irmãs do Falo e queremos o que ele tem, então, no fim das contas, apoiamos o sistema do qual ele obteve tudo (BARFOOT apud HOOKS, 2018, p. 70-71).

A citação de Barfoot é uma denúncia ao feminismo liberal que promove elitismo e individualismo e se beneficia do sistema que gera desigualdades por meio de reformas e não de uma mudança radical da estrutura social que gera opressões.

Esta faceta do feminismo já era denunciada muito antes por mulheres revolucionárias que entendiam a luta contra opressão de gênero atrelada à luta de classes, como podemos ver em “Os fundamentos sociais da questão feminina”, de Alexandra Kollontai, de 1907 (2016. s/p.):

As feministas buscam a igualdade perante a sociedade de classes existente, de nenhuma maneira atacam a base desta sociedade. Elas estão lutando por privilégios para si, sem comprometer as prerrogativas e privilégios existentes. Não acusamos que as representantes do movimento de mulheres burguesas não entendem o problema, sua visão flui inevitavelmente da sua posição de classe.

Nessa perspectiva, o feminismo liberal é apontado por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) como um dos problemas a serem superados pelas feministas revolucionárias, uma vez que ele não rompe com a hierarquia social e privilegia apenas uma pequena porção de mulheres centrada no Norte global, enquanto a maioria, 99%, continua em situação de desigualdade. Para que estas adquiram poder de classe, “um patriarcado de supremacia branca global escraviza e/ou subordina multidões de mulheres do terceiro mundo” (HOOKS, 2018, p. 73), nas quais incluímos as mulheres brasileiras. Por isso, na luta pela verdadeira emancipação das mulheres, nós feministas precisamos manter uma posição radical, no sentido de atingirmos a raiz das desigualdades sociais, buscando promover uma transformação efetiva da sociedade.

Aqui, proponho a seguinte ressalva: a aceção de feminismo radical por si mesma demanda uma reflexão de campo semântico. Em que sentido opera o adjetivo “radical” que qualifica o substantivo “feminismo”? Se pensarmos que o “radical” opera a partir da sua definição de “pertencente à raiz”, podemos então questionar que o radicalismo do feminismo radical equivoca-se na sua análise do que é a raiz, a origem da opressão das mulheres, quando esta é entendida restrita à categoria de gênero.

Nesse sentido, encampar uma posição radical implica compreendermos as demais opressões que se articulam à categoria de gênero e romper completamente com a lógica do feminismo liberal, uma vez que seus discursos estão embasados não na igualdade, mas na meritocracia, em que poucas mulheres privilegiadas ascendem ao topo do mercado, enquanto a maioria permanece em situação de opressão.

Retomo, pois, a questão levantada no início deste tópico, sobre quais direitos as mulheres almejam alcançar e quais homens os detém. Certamente, ao defender uma agenda de ascensão social sustentada pelo discurso meritocrático, o feminismo liberal não espera que suas mulheres galguem a mesma posição dos homens das classes mais baixas, também marginalizados. Essa perspectiva de feminismo, cooptada pelo capitalismo, é uma realidade do feminismo contemporâneo. Entretanto, tal perspectiva atenua o caráter político da luta feminista e reforça as desigualdades existentes na sociedade capitalista. Não basta endossar um discurso feminista, é preciso entender em quais fileiras estamos lutando e situar nossa luta em meio à sociedade de classes.

Embora o capitalismo não tenha criado a inferiorização social das mulheres, ele “se aproveita do imenso contingente feminino acirrando a disputa” (GONÇALVES, 2013). Também, para conter as forças que o ameaçam, o capitalismo se apropria do feminismo e o transforma em mercadoria (TIBURI, 2018). Me alinho ao pensamento de bell hooks (2018, p. 162) e defendo que “a representação do feminismo como estilo de vida ou mercadoria, automaticamente apaga a importância das políticas feministas”.

Cabe ressaltar que embora o trabalho com a produção de pessoas, que subordina e delega às mulheres tal responsabilidade, tenha sempre existido, é no bojo da sociedade capitalista que se dá a distinção entre trabalho econômico (remunerado com salário) e reprodução social (feminizado, sentimentalizado e colocado em oposição ao trabalho realizado por dinheiro). Disso emerge uma das contradições do capitalismo, pois a acumulação do capital depende da participação efetiva de toda classe trabalhadora na sociedade, incluindo o trabalho remunerado também realizado por mulheres. Ou seja, além de o capitalismo delegar às mulheres o trabalho de produção de pessoas sem pagar-lhes nada por isso, ele exige que elas vendam sua força de trabalho para garantir o seu sustento e da sua família (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019).

Assim, nos dias atuais, a forma neoliberal do capitalismo exaure das mulheres as capacidades sociais de que dependem o sistema econômico, submetendo-as a longas horas de exaustivos trabalhos mal remunerados, somadas às horas dedicadas ao trabalho de produção de pessoas, resultando em duplas ou triplas jornadas de trabalho. Portanto, a promessa emancipatória do trabalho assalariado feminino, defendido pelo neoliberalismo e pelos discursos contemporâneos de empoderamento da mulher, não pode se concretizar, pois ele em nada destrói a divisão social do gênero. Uma ínfima parcela de mulheres extrai algum ganho do neoliberalismo, ainda assim em desvantagem aos homens de sua classe, mas, à grande

maioria das mulheres resta o trabalho mal remunerado e precarizado, e maior vulnerabilidade ao abuso e ao assédio nos ambientes de trabalho. Como seus salários, na maioria das vezes, são insuficientes para cobrir os custos de vida, as mulheres são obrigadas a buscar mais de um emprego e apresentam dificuldades quanto à moradia, à educação, à segurança e segurança alimentar, à saúde, ao lazer, esgotando as forças para reprodução social.

Aqui, constata-se a ordem política da crise capitalista, pois, na sua fase atual, ao mesmo tempo em que esgota as forças para reprodução social, o capitalismo conta com o poder do Estado para fornecer sobretrabalho sem precisar oferecer-lhe retratação dos serviços sociais públicos. No atual cenário de pandemia do Covid-19, por exemplo, a crise do capitalismo e suas contradições tornam-se evidentes. Se por um lado, há total descaso dos governos alinhados com o grande capital para com a vida das e dos trabalhadores, por outro, o próprio sistema demonstra que a acumulação do capital depende dessas trabalhadoras.

Ademais, nesse momento, a lógica do capital, que desassiste a classe trabalhadora, reitera as imposições patriarcais. Com o isolamento social, podemos destacar três fenômenos que acometem as mulheres dessa classe: sobrecarga do trabalho doméstico e cuidado com os filhos, que acabaram por passar tempo integral em casa; aumento dos índices de violência doméstica, em virtude do confinamento com os agressores; falta de recursos para sustento da família em função do alto índice de desemprego, já que, conforme dados do IBGE, 40,5% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

Não poderíamos deixar de considerar que, nessa escala de desigualdades acirradas na atual conjuntura brasileira, as mulheres negras são as mais atingidas e ainda mais empobrecidas. Como salienta Talíria Petrone, atual deputada federal negra pelo PSOL, no prefácio ao Manifesto *Feminismo para os 99%* (2019, p. 13): “A pobreza no Brasil é feminina e negra”. Compreender a realidade social que envolve as mulheres negras e seus contextos de luta é imprescindível para acompanhar os novos rumos que o feminismo tem tomado no contexto nacional, isso porque a história das mulheres no Brasil não é a mesma para todas as mulheres.

Entretanto, a história oficial, a serviço da supremacia branca eurocentrada, se encarregou de atenuar a luta das mulheres negras e indígenas, que é também a luta de todo o povo negro e dos povos das florestas, construindo estereótipos de passividade quanto à superexploração enfrentada no período colonial. A partir dos registros historiográficos da historiada negra Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez (2016, p. 401) explica que a distribuição geográfica dos quilombos – cujas primeiras formações já tiveram ocorrido em

1559 – se dera junto à “migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema”. Também nos movimentos urbanos armados a resistência negra foi ativa, a exemplo da Revolução dos Malês em Salvador, em 1835, em que se destaca Luiza Mahim. Nas lutas pela independência, não nos escapam os nomes de mulheres brancas como Maria Quitéria e Joana Angélica, mas a história pouco nos contou sobre Maria Felipa de Oliveira, mulher negra que liderou 200 pessoas indígenas e negras na luta pela independência da Bahia.

Com relação às atividades econômicas das mulheres negras na formação econômica do Brasil, intelectuais negras como Lélia Gonzalez (2016) discutem não apenas a divisão sexual do trabalho, mas também a sua divisão racial, o que implica em uma tríplice discriminação – de gênero, raça e classe – da mulher negra no lugar que ocupa enquanto força de trabalho, logo, o lugar que ocupa socialmente. Até o ano de 1950, o censo registra – sendo este o último registro sobre a situação específica das mulheres negras no Brasil – que o nível de escolaridade das mulheres negras era baixíssimo, cuja maioria era analfabeta. E, quando, decorrente do processo de modernização no Brasil que ampliou os setores industriais, as mulheres brancas puderam ocupar essas fileiras, às mulheres negras restava o trabalho com a prestação de serviços pessoais. Os setores de serviços burocráticos de mais baixo nível, embora feminizados, demandavam alto grau de escolaridade e, assim, continuava a ser fator de exclusão para as mulheres negras (GONZALEZ, 2016).

Assim, ainda que se constate crescimento das classes médias brasileiras de 1950 para cá, Gonzalez (2016, p. 408) salienta o fato de a participação no processo de desenvolvimento no Brasil ter sido desigual para a mulher negra. Desse modo, “ela volta-se para a prestação de serviços junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira”, estando encarregada de grande parte do que vimos ser o trabalho de reprodução social no Brasil. Essa estrutura social profundamente racializada, estratificada e marcada pelo gênero, como argumenta Vergés (2020, p. 18), é que permite a “sociedade burguesa funcionar há séculos”, em uma distribuição de poder desigual entre Norte e Sul Globais.

Tal reflexão, portanto, encampada pelo trabalho histórico e das ciências sociais, facilmente refuta o mito da democracia racial articulada principalmente pelo historiador e sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, na década de 1930. Igualmente, expõe as fragilidades do feminismo liberal e seu discurso meritocrático na atualidade, orientado pelo lema “*lean in*” (faça acontecer) de líderes expoentes do feminismo corporativo, como Sheryl Sandberg, diretora de operações do Facebook, que reivindicam a ascensão no mundo dos negócios como

o caminho para alcançar a igualdade de gênero. Sandberd afirmou em 2018 que “estaríamos em uma situação muito melhor se metade dos países e das empresas fosse administrada por mulheres” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 25).

Não estamos todes no mesmo barco nem temos todes as mesmas oportunidades e acesso. Há imbricações histórico-sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, dentre outras, que modulam a nossa posição social em benefício do sistema de produção capitalista e, se não lutarmos por uma transformação radical dessa sociedade, jamais alcançaremos os mesmos direitos para todes, incluindo seres de outras espécies.

2.3. A LUTA ORGANIZADA

mulher depressa

vamos lá, companheiro
 vamos lá que eu tenho pressa, companheiro
 o mundo inteiro está mudando, companheiro
 e você está trancado no banheiro
 o dia inteiro, o que se passa, companheiro
 está com medo da mudança, companheiro
 você sabia que esse dia, companheiro
 estava chegando e mesmo assim você se encontra
 trancafiado no banheiro, companheiro
 não tem revolução que aguento, companheiro
 dor de barriga a gente entende, companheiro
 mas já é tarde, está na hora, estou com pressa
 vamos embora, a história não espera, companheiro
 ah, já escuto a sua descarga, companheiro,
 então se limpe e lave as mãos e vamos todos
 dar as mãos, viva a revolução, companheiro
 (Angélica Freitas, 2017)

O poema acima, da poeta e tradutora Angélica Freitas, ilustra, não sem ironia, a reivindicação das mulheres na luta junto aos companheiros que anseiam pela revolução social. Embora se trate de um poema contemporâneo, é preciso situar que, assim como em outros lugares do mundo, as mulheres na luta por direitos no Brasil, iniciam seu engajamento na luta organizada desde o começo do século XX, quando tendo ocupado trabalhos industriais precarizados e que as superexploravam, elas se uniram aos homens de sua classe para reivindicar melhores condições de trabalho. Ou seja, como uma necessidade imposta à classe trabalhadora, as mulheres passaram a organizar a sua luta junto aos homens trabalhadores.

Elas protagonizaram muitas greves que foram massificadas, conquistando direitos trabalhistas para toda a classe trabalhadora. A influência externa da luta internacional das

mulheres repercutiu na organização das mulheres latino-americanas. A atividade sindical das mulheres francesas na década de 1860 repercutiu tanto quanto as reivindicações das inglesas a favor do voto feminino fortalecidas em 1880, assim como as das sufragistas norte-americanas que já estavam engajadas no movimento antiescravagista no século XIX (TELES, 2017).

Com esses movimentos, observamos algumas das contradições emergentes com o movimento feminista e o movimento de mulheres. Por vezes, a atividade sindical, embasada em ideias socialistas, ofuscou a reivindicação das mulheres por pautas específicas e as mulheres trabalhadoras encontravam forte resistência entre seus próprios companheiros de luta na organização partidária, ainda pautada em preceitos patriarcais. Essa não foi uma realidade isolada das brasileiras, mas das trabalhadoras organizadas em geral. Muito embora os partidos comunistas reivindicassem direitos iguais para todos os seres sociais, as mulheres muitas vezes foram excluídas dos espaços de decisão, atenuando seu poder de atuação política, como discorrem Maria Amélia Teles (2017) e Eva Blay (2017) em suas análises históricas. Teles (2017, p. 69) aponta que:

A luta pela libertação da mulher não deveria em nenhum momento ser desvinculada da busca de soluções dos problemas mais gerais da sociedade. Mas em raríssimas oportunidades as forças políticas que se sobrepõem a travar as lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo.

Assim, conforme comenta Blay (2017), se para os homens a atuação política revolucionária era difícil perante aos grupos de poder capitalista, para as mulheres essa disputa era ainda mais acirrada, uma vez que precisavam conquistar espaço dentro das próprias organizações partidárias. Por essas razões, o casamento entre o comunismo e o feminismo, como assim convencionou chamar em meio à crítica feminista, foi bastante criticado e, em determinado momento, até rejeitado. Uma das principais críticas aos partidos de esquerda no Brasil é que as mulheres foram usadas como massa de manobra para realizar atividades partidárias não centrais, além de realizar tarefas com o cuidado de pessoas, reforçando características patriarcais nas organizações políticas. No entanto, diante da repressão do Estado, especialmente na ditadura militar, as mulheres comunistas foram igualmente presas e tão torturadas quanto os homens comunistas.

Assim, as mulheres organizadas lutaram internamente para incluir a pauta de gênero nos partidos, demonstrando que a luta de classes não poderia sobrepor outras hierarquias

acentuadas na sociedade capitalista e que a luta pela libertação da mulher não deveria ser escamoteada quando a luta fosse por uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Quando falamos de libertação da mulher, devemos considerar que a categoria mulher não é hegemônica e universal, que há outros marcadores sociais que geram desigualdade entre as próprias mulheres e que a libertação almejada, portanto, não é a mesma para todas as mulheres. Como vimos, enquanto mulheres burguesas reivindicavam o trabalho assalariado como sinônimo de libertação, as mulheres trabalhadoras consideravam “liberdade” o direito de ficar em casa. No contexto russo, por exemplo, Kollontai (2017) explica que embora o marxismo já tivesse criado raízes no movimento trabalhador na década de 1890 e início do século XX, poucas eram as mulheres trabalhadoras organizadas na luta revolucionária. Estas participavam do movimento apenas de forma isolada, diferentemente das intelectuais, professoras, enfermeiras e escritoras engajadas na luta. Este cenário só foi modificado com a primeira revolução de 1905, com o despertar político das mulheres operárias, que é também o despertar político de toda a classe operária. Assim, são colocadas em pauta as demandas específicas dos grupos mais explorados que, dispersos da atuação política, ficavam à margem das reivindicações revolucionárias.

Vemos, desse modo, a contradição no âmago do movimento revolucionário que coloca parâmetros para revermos o passado histórico dos nossos movimentos ao passo que construímos novas possibilidades de atuação rumo à sociedade que almejamos. Por isso, defendo que a crítica às contradições emergentes na luta das mulheres revolucionárias deva ser entendida de forma dialética, como uma contradição inerente aos movimentos históricos, assim como as existentes dentro do próprio movimento feminista, a saber, a visão eurocentrada branca e heteronormativa que atenua e invisibiliza as especificidades, opressões e pautas de outros grupos de mulheres. No capítulo a seguir, retomo a discussão sobre como essas revisões dos movimentos alteram sua dinâmica interna, constroem acirramentos e modificam as táticas de luta.

Quanto à organização das mulheres trabalhadoras, devemos entendê-la no processo histórico de desenvolvimento capitalista. A crescente classe operária no Brasil, resultante do crescimento industrial a partir de 1930, foi aprendendo a travar suas lutas e, influenciada pela organização internacional das e dos trabalhadores, na qual destaca-se a experiência russa, a se organizar enquanto classe diante das demandas que lhes foram postas.

A multiplicação das indústrias, com o desenvolvimento capitalista, gerou mudanças no cenário geográfico brasileiro, motivadas pelas questões econômicas. Assim, houve

transferência de um contingente rural para os centros urbanos de forma desordenada e precarizada para as trabalhadoras, o que resultou em novos problemas para a condição da classe, dentre eles, o crescimento das periferias e favelas, o abandono de crianças e a violência urbana (TELES, 2017), dos quais as mulheres negras foram as mais afetadas (GONZALEZ, 2016).

De acordo com os dados apresentados por Teles (2017), o número de mulheres ingressando no mercado de trabalho quase dobrou de 1950 a 1970 no Brasil, chegando a triplicar até 1985. A mão-de-obra feminina, mais barata, foi facilmente incorporada aos serviços das empresas em benefício da expansão capitalista. No entanto, as condições de trabalho para as trabalhadoras foram sempre as piores possíveis. Além do trabalho fora de casa, as mulheres não puderam se desvencilhar das tarefas domésticas e cuidados com os filhos, dobrando ou triplicando sua carga de trabalho. As leis de proteção à maternidade (da legislação de 1943) que já não eram cumpridas, foram ainda mais burladas após o golpe de 1964. Mulheres grávidas não eram admitidas pelo empresariado. Com a crescente migração para os centros urbanos e sem apoio de parentes mais próximos e nenhuma assistência do Estado, as mulheres tiveram ainda mais dificuldades com o cuidado com os filhos, o que gerou aumento do número de crianças abandonadas. Também as condições de moradia eram precárias, a jornada de trabalho irregular, os salários desproporcionais, dentre outras mazelas que favoreciam a expansão capitalista. Dito de outro modo, o desenvolvimento significava ricos tornando-se cada vez mais ricos à custa da exploração de pessoas pobres.

No enfrentamento a esses problemas sociais, as mulheres operárias foram despertando para o engajamento político e a necessidade de resistência. Reivindicavam o aumento do custo de vida, a defesa da infância, o desenvolvimento de creches, melhores condições de trabalho e redução da jornada laboral. Embora as mulheres estivessem nas mesmas fileiras de luta que os homens operários na reivindicação por melhorias trabalhistas, suas conquistas eram sempre menores. Se na greve dos tecelões da fábrica de São Bento, interior de São Paulo, em 1906, a vitória foi completa para os homens, conseguindo redução para oito horas na sua jornada de trabalho, as mulheres tecelãs tiveram de seguir lutando pela regulamentação do trabalho feminino, cuja carga de trabalho, nesse contexto, foi reduzida para nove horas e meia. Assim como na Rússia, as operárias brasileiras recorriam à greve como ferramenta de luta, tendo destaque a greve das operárias têxteis, em 1917, que culminou em outras greves que paralisaram São Paulo. Evidentemente, houve muita repressão e prisões das trabalhadoras (TELES, 2017; BLAY, 2017).

Desde o início do século XX, registram-se ações combativas das mulheres em diversos segmentos sociais, a exemplo das vivandeiras na Coluna Prestes, em 1924. No comando da greve de estivadores em Santos, em 1931, identificamos a militância comunista da jornalista, escritora e também tradutora Patrícia Galvão, que resultou em sua prisão política. Pagu deixou um importante legado de luta para as mulheres, sendo homenageada pelos primeiros núcleos de pesquisa que se institucionalizaram no Brasil, a exemplo do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, de 1993.

No campo das Letras, houve intensa atividade tradutória nas décadas de 1930 e 1940, como demonstra o estudo de Maria Clara de Oliveira (2015). No entanto, desde o século XIX, as mulheres já participavam ativamente em diversos jornais que disseminavam as potencialidades das mulheres, sendo o jornalismo feminista no Brasil o mais expressivo da América Latina.

Quão potente foi o movimento de mulheres no processo de redemocratização no Brasil que, conforme aponta Sueli Carneiro (2016), 80% das suas propostas foram contempladas na Constituição de 1988. Importantes conquistas no campo das políticas públicas foram alcançadas. No histórico de luta das mulheres brasileiras, verifica-se a necessidade de reestabelecer a democracia – desestabilizada por sucessivos golpes – e a ampla cidadania para as mulheres. Elas lutaram irredutivelmente ante ao golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 1937, contra o nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial e a duras repressões com o Golpe de 64.

No período ditatorial, a organização das mulheres, especialmente na década de 1970, junto aos grupos feministas, foi imprescindível para pressionar o “poder local” a estabelecer políticas públicas. Elas organizaram importantes movimentos, dentre eles o “Movimento do custo de vida”, apontado por Teles (2017, p. 89) como “o primeiro movimento popular e de massas após o AI-5³¹”. Essas organizações possibilitaram o acúmulo de forças que aglutinaram mulheres na luta pela anistia para as pessoas presas políticas com a ditadura e o retorno das exiladas, sendo o Movimento Feminino pela Anistia, consagrado em 1979, fundamental para reestabelecer a democracia no Brasil. De acordo com a síntese de Blay (2017, p. 77), “durante a ditadura militar, os movimentos de mulheres e os grupos feministas se mantiveram ativos, confrontaram o cerco policial, “infringiram” a ordem imposta”.

³¹ Teles (2017) aponta que o “Movimento do custo de vida” era inicialmente dirigido por mulheres da periferia e por setores da Igreja, mas à medida que o movimento foi crescendo, e contando com a participação dos sindicatos e outras instituições, sua direção passou para a mão dos homens.

Nessa ocasião, muitos conflitos foram postos para as mulheres engajadas na luta que, além de enfrentarem as repressões do poder ditador, sendo muitas delas presas – a exemplo de Dilma Rousseff e Maria Amélia Teles –, torturadas e/ou exiladas, tiveram de pressionar seus pares a considerar as demandas específicas das mulheres. Para retomar as palavras de Angélica Freitas, no poema acima, foi preciso apressar os companheiros.

Nesse sentido, houve muita pressão interna nos partidos políticos de esquerda para pautar as questões de gênero e, como argumenta Teles (2017), a luta armada de 1969 a 1974 foi um grande aprendizado para as mulheres. A autora aponta que, ao participar na guerrilha, as mulheres sofriam discriminação por parte de seus companheiros de luta, que subestimavam suas capacidades físicas e intelectuais, além da tortura e violência sexual quando eram presas. Foi preciso muita resistência por dentro das organizações de esquerda para que as mulheres pudessem participar da luta armada, na qual imperava um modelo patriarcal e reforço do constructo social da masculinidade, servindo também para questionar e construir novas formas de fazer política, embora as mulheres brasileiras não tenham ainda avançado proporcionalmente na política parlamentar, na qual o Brasil ocupa o 133º lugar no *ranking* mundial de participação feminina no parlamento, de acordo com a Inter-Parliamentary Union³².

Também não podemos deixar de evidenciar que, na luta democrática, nem todas as mulheres estiveram do mesmo lado, como já foi dito. Teles (2017), explica que, na ocasião do Golpe de 64, mulheres foram usadas como massa de manobra para dar sustentação política às ações golpistas. Milhares delas saíram às ruas “em defesa das forças de direita, engrossando a Marcha com Deus pela Família e a Liberdade” (TELES, 2017, p. 58).

Tal fato histórico nos parece o próprio retrato do golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, em que muitas mulheres, influenciadas por discursos conservadores, especialmente neopentecostais, pediam o impeachment de Dilma Rousseff, além de saírem em defesa de um candidato declaradamente sexista nas eleições de 2018, com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Por outro lado, em meio a esse contexto de crise política e social, contamos com as forças resistentes daquelas que lutam por transformação social e que, vítimas das mazelas impostas pelas crises capitalistas – entenda-se crise como os inúmeros danos que sofremos hoje e que não são frutos do acaso, mas do sistema societal em que vivemos – (ARRUZZA,

³² Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em 14 de ago. 2020.

BHATTACHARYA E FRASER, 2019) – buscam novas ideias, organizações e alianças por meio de um despertar político.

No gráfico abaixo, em que analisamos as datas de publicações dos trabalhos dos *corpora*, constatamos aumento significativo da produção justamente no contexto de golpe e crescimento do conservadorismo e retrocessos sociais e políticos no Brasil.



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

O aumento de publicações nesse período histórico também coincide com as articulações transnacionais de mulheres na retomada das raízes históricas do 8 de Março, do feminismo com a classe trabalhadora, que se expressa nas Greves Internacionais de Mulheres ocorridas em diversas partes do mundo.

Cabe recuperar que o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, embora deturpado pelo capitalismo, vem da luta organizada das mulheres trabalhadoras, do início do século XX, por melhores condições de trabalho, pelo direito à voz, pelo apoio do governo à maternidade, contra o aumento do custo de vida. Encampado pelas trabalhadoras russas, o dia da mulher era um meio para a tão desejada revolução social (KOLLONTAI, 2017)³³. Embora as raízes históricas do 8 de Março tenham sido, durante muito tempo, invisibilizadas, as autoras do manifesto *Feminismo para os 99%* iniciam com a tese de que “uma nova onda feminista está

³³ Tradução de Cecília Rosas.

reinventando a greve” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 31). Esta recente onda feminista, contextualizam as autoras,

começou na Polônia, em outubro de 2016, quando mais de 100 mil mulheres organizaram paralisações e marchas em oposição à proibição do aborto no país. No fim do mês, a ressurgência dessa recusa radical já havia atravessado o oceano e chegado à Argentina, onde mulheres grevistas enfrentaram o perverso assassinato de Lucía Pérez com o grito combativo “*Ni una menos*”, que logo se espalhou por países como Itália, Espanha, Brasil, Turquia, Peru, Estados Unidos, México, Chile e dezenas de outros. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 31)

As atuais organizações feministas, então, se dão em diversas partes do mundo, cruzando fronteiras, reorganizando as categorias analíticas feministas, estabelecendo novas relações no campo epistemológico e nos diversos contextos de luta, despontando em um movimento feminista transnacional, no qual a tradução ocupa um papel central.

3. OS ESTUDOS FEMINISTAS NO BRASIL: PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para iniciar este capítulo – que se detém sobre a consolidação dos Estudos Feministas como campo teórico e metodológico e o trabalho de Nísia Floresta e sua importância para a difusão do feminismo no Brasil – marco a diferença existente entre os Estudos Feministas, enquanto campo teórico-metodológico, e o movimento feminista, enquanto prática política, conforme definido no capítulo anterior. Para Blay (2017), é a partir do histórico de lutas das mulheres, especialmente ao longo da segunda metade do século XX, que se constroem os fundamentos do feminismo contemporâneo, logo, do que vem a dar sustentação aos Estudos Feministas ou à teoria feminista.

Outra questão que demanda ser pontuada a respeito dos Estudos Feministas no Brasil é a própria terminologia utilizada para definir tal área de estudos. Considerando que a área dos Estudos Feministas da Tradução [*Feminist Translation Studies*], assim como todo o campo das ciências de modo geral, apresenta uma perspectiva majoritariamente anglo-saxônica – disseminada pelo predomínio do inglês como língua franca, mas também por políticas de tradução – é relevante compararmos a terminologia brasileira em língua portuguesa e a terminologia em inglês, especialmente dos Estados Unidos, que define o campo da teoria feminista.

No prefácio à edição de 2015 do livro *Feminism is for everybody: passionate politics*, traduzido no Brasil como *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (2018), bell hooks explica que sua consciência feminista se deu na graduação, com as aulas de Estudos de Mulheres. Então, a tradutora Ana Luiza Libânio (p. 8) traz a seguinte nota sobre o termo:

No original, “Women’s Studies”. Esse campo de estudo acadêmico surgiu com a proposta de investigar o feminismo, examinando as construções culturais e sociais dos gêneros e relacionando questões de gênero com raça, orientação sexual, classe e outras questões sociais. Hoje, em algumas universidades, o curso é denominado Estudos de Gênero e tem a mesma proposta, oferecendo diplomas de especialização a doutorado.

Na obra, hooks não adentra sobre a questão terminológica, mas fica nítido. a julgar tanto pelo conteúdo quanto por esse e outros títulos³⁴, que a consciência desenvolvida na graduação, posteriormente elaborada em sua crítica, favorecida pelo curso universitário Estudos das Mulheres [*Women’s Studies*], era declaradamente feminista. Faço tal ressalva,

³⁴ A saber, *Feminist Theory: from margin to center* (1984).

pois, ao olharmos o termo pelo viés terminológico, não necessariamente um estudo sobre mulheres impunha uma ótica feminista. A própria hooks (2018) adverte que a indução do feminismo como estilo de vida fez prevalecer a ideia de que o feminismo poderia ser inserido inclusive na vida de mulheres conservadoras ou liberais – o que fez o feminismo ser mais aceitável na sociedade capitalista. Isso fez com que a adesão ao feminismo enquanto estilo de vida, apartado da consciência política crítica atenuasse a proposta revolucionária do movimento.

Para hooks (2019, p. 61)³⁵, ao assumir uma identidade “feminista”, muitas mulheres passam a seguir um estilo de vida “feminista”, como se o feminismo fosse “um papel social pré-definido que pode ser escolhido no mercado das identidades”, sem adesão ao compromisso político e classista do movimento. Em função disto, muitas mulheres que aderem ao feminismo como estilo de vida alternativo são brancas, heterossexuais, de classe média, geralmente com ensino superior, e desconhecem as responsabilidades sociais e econômicas das mulheres da classe trabalhadoras, especialmente das racializadas.

Posto isso, é importante termos em mente que ser referente às “mulheres” não necessariamente é ser “feminista”. Igualmente, ser “feminista” não é necessariamente ser “revolucionária”, no sentido de assumir o compromisso político da práxis feminista e lutar pela transformação radical da sociedade. Tal distinção fundamentalmente encontra respaldo nos nossos *corpora*, uma vez que nem todos os trabalhos que versam sobre mulheres e tradução no Brasil se pretendem feministas, como se verá na análise do *corpus* 1. Do mesmo modo, nem todos os trabalhos que fazem uso de terminologias feministas defendem uma política feminista revolucionária.

Em relação aos *Women's Studies* [Estudos da Mulher] nos Estados Unidos, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (2016) indicam que, assim como os estudos raciais, sua articulação se deu com os movimentos de protestos ocorridos nas universidades americanas para confrontar a despolitização do campo das ciências sociais, nos quais as feministas estavam à frente e buscavam a reorganização científica e profissional das bases dominantes da sociologia na década de 1960.

No caso do Brasil, para Heilborn e Sorj (2016), a relação entre a academia e o movimento feminista apresenta especificidades do contexto brasileiro, a saber, a ausência do radicalismo norte-americano e europeu em função de outros problemas sociais e a participação expressiva de acadêmicas no movimento feminista. Sobre a primeira questão, vimos no

³⁵ Tradução de Rainer Patriota.

capítulo anterior como as organizações de mulheres apresentavam outras demandas também urgentes, além da singularidade de gênero e, nesse sentido, podemos afirmar que a luta das mulheres no Brasil sempre foi uma luta interseccional, isto é, as demandas das mulheres levavam em conta sua intersecção com outras categorias, como as de raça e classe, principalmente. No entanto, essa luta não esteve diametralmente presente do ponto de vista do movimento feminista em sua elaboração teórica. Assim, o predomínio de mulheres acadêmicas encampando o movimento feminista indica a ausência de vozes daquelas que não ocupavam esse espaço. Também, a elaboração da teoria feminista constrói-se em meio à produção de conhecimento pautada na ciência moderna branca ocidental eurocentrada, o que facilmente induz à incorporação do discurso das mulheres brancas burguesas como o discurso dominante (GONZALEZ *apud* RIBEIRO, 2016).

3.1. A TEORIA FEMINISTA COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO E EMBATES

Ao construir-se em meio aos espaços de poder, a teoria feminista acabou por reforçar a invisibilidade de muitas mulheres, especialmente universalizando a categoria mulher e reduzindo a vasta experiência e demandas dos diferentes grupos de mulheres às experiências e demandas daquelas que puderam ocupar tais espaços.

Sobre a teoria feminista enquanto espaço de exclusão, Djamila Ribeiro (2016, p. 22) aponta:

O que observamos é que a teoria feminista nasce no sentido de questionar o discurso hegemônico, mas também, de certa forma, acaba o incorporando, ao ser brancocêntrica e heterossexual. Sim, estamos falando de mulheres, mas mulheres negras possuem situações diferentes de mulheres brancas. Assim como mulheres lésbicas possuem situações diferentes de mulheres heterossexuais. Então, querer atribuir uma identidade em comum a categorias diferentes poderia ser considerado um erro de categoria. E se trabalharmos com essa hipótese, a partir desse erro tentou-se mobilizar ações do ponto de vista político para emancipação das mulheres.

Nesse sentido, também no campo epistemológico, muitos grupos de mulheres vêm se contrapondo a um modelo de feminismo que, durante anos, foi branco, burguês, cisgênero e heteronormativo.

Hoje, no Brasil, tem notoriedade e destaque internacional o feminismo negro que, conforme explica Djamila Ribeiro (2018), ganha força a partir da “segunda onda” do feminismo, entre 1960 e 1980, nos Estados Unidos, quando as mulheres negras começam a escrever sobre a temática, construindo uma literatura feminista negra, muito embora, como

ressalva a autora, as mulheres negras já viessem questionando e “desafiando o sujeito mulher determinado pelo feminismo” (RIBEIRO, 2018, p. 51).

Tanto em sua obra *Quem tem medo do Feminismo Negro?* (2018) quanto em *O que é lugar de fala?* (2017), Djamila retoma o discurso proferido pela ex-escravizada Sojourner Truth “Ain’t I a woman?”, em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, Estados Unidos, que questionava as definições de ser mulher a partir das opressões que ela enfrentava enquanto mulher negra, situando as diferenças radicais entre as mulheres brancas e as mulheres negras.

Tive contato pela primeira vez com o discurso de Sojourner Truth lendo a tradução da obra de Angela Davis *Mulheres, raça e classe* (2016) e pude perceber o quanto ele era importante para as mulheres negras, de modo geral, quando o vi sendo citado na fala de uma mulher negra brasileira, em uma atividade do 8M, em um espaço onde ela não se via representada.

Desde que mulheres como ela começaram a se posicionar em espaços de poder, a cara do feminismo tem se transformado, como aponta Mary Garcia Castro (2017, s/p.):

Existe um novo feminismo que está descendo da favela e, por vielas próprias, enfrentando a ordem capitalista patriarcal. É um feminismo que não equaciona o projeto do feminismo emancipacionista, que tem como frente mais imediata a emancipação política e como horizonte a emancipação humana. Identifica-se com o que vem sendo chamado de “feminismo negro”, advoga a interseccionalidade de raça, classe e gênero, insistindo que sexismo, racismo e situação de classe se realizam por opressões que se combinam.

Djamila (2018) explica, a partir da socióloga Núbia Moreira, que o feminismo negro no Brasil começa a ganhar força nos anos de 1980, no momento em que as mulheres negras estabelecem relação com o movimento feminista no Encontro Feminista Latino-Americano em Bertioga, em 1985, quando surgem os primeiros coletivos de mulheres negras. Note-se que aqui falamos da articulação das mulheres negras no movimento feminista e não da sua luta, notável, como vimos, desde o período da escravidão. Durante muito tempo as mulheres negras resistiram ao movimento feminista, pois este não contemplava suas pautas, além de seguir reproduzindo a estrutura racista. Sobre a situação das mulheres negras e o movimento feminista nos Estados Unidos, Angela Davis (2016) nos apresenta uma análise adensada de inúmeras razões que provocaram desconfiança e distanciamento em relação ao movimento por parte das mulheres negras.

Desse modo, travando embates, o feminismo negro tem propiciado o debate interno no movimento feminista. Entretanto, também nos cabe olhar para como muitos desses debates acerca das identidades são negociados com o grande capital e como muitas perspectivas teóricas antirracistas acabam por bem representar ideias capitalistas na luta por representatividade. Nesse sentido, ainda que reconheça a importância da contribuição teórica de Djamila Ribeiro aos feminismos negros, não posso deixar de apontar uma reflexão acerca de como tantos discursos por representatividade endossam políticas neoliberais e isso constata-se pelo acompanhamento do posicionamento e práxis de muitos nomes que têm se consolidado como expressão dos movimentos sociais. Mais uma vez, reforço, uma agenda verdadeiramente emancipatória se dá pelo confronto direto aos ataques capitalistas que minam qualquer possibilidade de vivermos em uma sociedade justa.

Para Sueli Carneiro (2016, p. 165), uma das principais referências nacionais do feminismo negro:

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

Tal resistência tem modificado tanto as práticas políticas quanto os discursos do feminismo que moldam a teoria feminista, ou seja, os estudos científicos sobre a condição das mulheres e as relações socialmente construídas na sociedade patriarcal. Uma vez reconhecidas e assimiladas essas diferenças, e conscientes das perspectivas hegemônicas da teoria feminista, poderemos forjar políticas, pela via da tradução e sua crítica, que incluam as demandas dos diferentes grupos de mulheres.

3.2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FEMINISMO NO BRASIL

Para Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila (2005), o crescente debate acerca diferenças no feminismo se dá, sobretudo, por parte das intelectuais norte-americanas não brancas na década de 1980, o que desponta o chamado “feminismo da diferença”. Essa década, de acordo com as organizadoras da obra *Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas* (1970-2010) – Izabel Brandão, Ildney Cavalcanti, Claudia de Lima Costa e Ana Cecília Lima (2017), marca um profícuo período de críticas enriquecedoras à teoria feminista, em que são confrontadas perspectivas essencialistas. Alguns destaques desse período são

textos de Monique Wittig, Toril Moi, Chandra Mohanty e Diana Fuss. A década de 1990, por sua vez, é que seria definidora na inserção do debate sobre as diferenças na teoria feminista. Nesse período, destacam-se textos que versam sobre gênero em suas intersecções, de autoras como Gloria Anzaldúa, bell hooks, Susan Friedman, Gayatri Spivak. Essa última, com importantes formulações no campo da teoria da tradução. Importante observar, como o fazem as organizadoras da referida obra, que as ideias pós-estruturalistas influenciaram o pensamento feminista desde 1968, com as manifestações sociais mundo afora, no entanto, para as autoras, é nos anos de 1990 que adquirem força e intervenção na produção intelectual.

Heloisa Buarque de Hollanda explica que organiza os textos do volume *Pensamentos Feministas: conceitos fundamentais* (2019) a partir da reconceitualização do conceito de gênero – na qual foi de extrema importância o trabalho de Judith Butler –, que passa a ter um caráter mais relacional e cultural na década de 1980. É nessa época que ocorre a “formação e entrada dos *women’s studies* ou *gender studies* nas universidades e centros de pesquisa, como campo legítimo do saber” (HOLLANDA, 2019).

Quanto à academia brasileira, Heilborn e Sorj (2016) apontam as diferentes denominações para a institucionalização das reflexões levantadas pelo feminismo: estudos sobre a mulher, estudos de gênero e relações de gênero. Na década de 1970, “Estudos da Mulher” foi o termo mais comum para denominar a área e centrava-se na situação das mulheres nas mais variadas esferas sociais. A partir da década de 1980, “gênero” foi adotado como categoria analítica, ocasionando não apenas na substituição do termo, mas também em uma compreensão cultural e relacional da construção do sexo biológico, isto é, “a organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 2019)³⁶. Esse deslocamento de terminologia, no qual “gênero” foi adotado no lugar de “mulher” e/ou “feminismo” também possibilitou a aceitação dessa área de estudo na academia brasileira.

Sobre o termo, do ponto de vista histórico, Joan Scott (2019, p. 53) explica que:

Enquanto a expressão “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. O uso de “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos de 1980.

³⁶ Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

Para Heilborn e Sorj (2016), a crítica pautada na categoria de gênero, conforme usada pela crítica feminista para questionar a produção androcêntrica do conhecimento pelas ciências sociais, tiveram pouco impacto no Brasil, o que poderia evidenciar uma característica das feministas acadêmicas brasileiras de não confronto com seus pares, além de atenuar o viés político do feminismo. Por outro lado, a associação dos Estudos de Gênero com o movimento de mulheres e temas ligados à mulher dificultava a inserção de homens pesquisadores, resultando em um isolamento das feministas na academia.

A respeito dessa divisão biológica, que gerava (des)interesse no campo do saber, restringindo os Estudos da Mulher às mulheres, Scott (2019) explica que, o uso de “gênero” enquanto atenuante da posição política de mulheres enquanto sujeitas históricas e sociais é apenas um aspecto do seu uso. O termo também passa a sugerir que a informação acerca das mulheres implica necessariamente na informação acerca dos homens. Nessa acepção,

Esse uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. (SCOTT, 2019, p. 54)

A (re)definição de “gênero” como categoria analítica favoreceu uma nova perspectiva aos feminismos e a institucionalização dos Estudos de Gênero na década de 1970. No Brasil, um fato importante para a institucionalização dos Estudos de Gênero foi o apoio institucional e financeiro da Fundação Ford na década de 1990. Heilborn e Sorj (2016) explicam que as acadêmicas feministas apresentavam o perfil desejado pela fundação, aliando a pesquisa científica à intervenção social. As políticas de investimento por parte de agências internacionais, dentre elas a Fundação Ford, foram bastante presentes na modernização da América Latina como um todo, sendo o feminismo beneficiado por tais investimentos.

Devemos olhar para esse fato não de forma acrítica e isolada, mas atrelada à luta de classes e, conseqüentemente, aos percursos por onde envereda a teoria feminista no Brasil. Se por um lado, percebemos a importância de tais financiamentos externos de agências internacionais para legitimar tal área de estudo e seus projetos de pesquisa, por outro, constatamos a dificuldade de movimentos sociais em defender políticas radicais ante a intervenção de políticas neoliberais via agências internacionais. Dito de outro modo, não podemos desconsiderar que os investimentos da Fundação Ford foram importantes para a institucionalização da área dos Estudos de Gênero no Brasil, possibilitando que esta tivesse

legitimidade perante a comunidade acadêmica, entretanto, devemos ressaltar que, enquanto organização capitalista, a fundação limita o próprio percurso da área, atenuando a força política do movimento feminista.

Silvia Federici, em *O ponto zero da revolução* (2019), apresenta crítica contundentes à institucionalização do feminismo por instituições internacionais, como o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a ONU (Organização das Nações Unidas), que apresentam um novo processo de recolonização através de agendas neoliberais implementadas nos países do “Terceiro Mundo”. Para Federici (2017, p. 31), a década da mulher promovida pela ONU (1976-1985) e suas quatro conferências mundiais³⁷ não “produziram qualquer melhoria na vida da maioria das mulheres, nem uma crítica ou mobilização feminista séria contra o domínio corporativista das riquezas do planeta e da própria ONU”. Ao contrário, as tendências do “empoderamento feminino” têm andado de mãos dadas com políticas neoliberais que promovem e superexploração da força de trabalhos de mulheres do “Terceiro Mundo”, a expropriação de recursos naturais e despejo de lixo tóxico que transforma populações inteiras em refugiadas e políticas de crédito que têm levado ao endividamento de milhares de trabalhadoras e trabalhadores.

Em uma análise da Plataforma de Ação de Pequim, Federici (2017) demonstra como a agenda feminista encampada pela ONU endossa os interesses do capital. Frente à crise estrutural do capitalismo em meados da década de 1970 e o crescente potencial subversivo do movimento feminista, as organizações internacionais tanto usaram o movimento para frear as lutas por transformação social quanto para fortalecer programas de ajustes estruturais impostos pelo Banco Mundial e pelo FMI aos países do “Terceiro Mundo”, em resposta à “crise da dívida”, fomentando a ideia do empreendedorismo feminino.

Na análise de Nancy Fraser (2019), essas contradições podem ser compreendidas a partir da nova forma de organização social do feminismo frente ao neoliberalismo ascendente, especialmente na “segunda onda” do feminismo. Fraser argumenta que a segunda onda do feminismo passou por reorientações devido a organização social do capitalismo pós-guerra, no qual o capitalismo se apresenta em uma nova forma, passando do capitalismo organizado pelo Estado para sua fase pós-fordista, transnacional, neoliberal. A análise de Fraser identifica, portanto, diferentes etapas do feminismo de segunda onda, que se alteram frente às transformações capitalistas, passando do feminismo como proposta de mudança estrutural,

³⁷ Cidade do México, 1975; Copenhagen, 1980; Nairóbi, 1985; Pequim, 1995.

que operava enquanto crítica social alinhada à nova esquerda anti-imperialista, para novas tendências feministas reorientadas pelos avanços neoliberais.

Os ideais de desenvolvimento fomentados pela indústria fordista desnudaram o androcentrismo da cultura política do capitalismo organizado pelo Estado, na qual o salário familiar reforçava profundas divisões marcadas pelo gênero. Assim, a segunda onda do feminismo somava forças às lutas contra o economicismo e o estatismo, ao passo que politizava pautas antes negligenciadas, ampliando o conceito de injustiça para assuntos antes considerados privados, como sexualidade, trabalho doméstico, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres.

Nesse sentido, Fraser (2019, p. 35) sintetiza que:

a segunda onda do feminismo trazia um projeto político transformador, baseado no entendimento expandido de injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista. As correntes mais avançadas do movimento viram as suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, a hierarquia de status e a sujeição política. Para elas o feminismo surgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, onde as lutas contra injustiças de gênero estão necessariamente ligadas às lutas contra o racismo, o imperialismo a homofobia e a dominação de classes – e todas elas exigem uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista.

Esse projeto, entretanto, veio coincidir com a mudança histórica do capitalismo em sua variante estadista para sua variante neoliberal, assim, o Estado de bem-estar social e desenvolvimentista deu lugar a um “Estado competitivo enxuto e mesquinho” (FRASER, 2019, p. 36), especialmente imposto na América Latina, sob ameaças de dívidas externas para atender a um programa forçado de “ajuste estrutural” que, conforme argumenta Fraser, compeliu os “Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrir os seus mercados e cortar gastos sociais” (p. 36). É nesse contexto que retornamos à discussão inicial levantada neste trabalho: a crise de reprodução social que precariza em ritmo cada vez mais acelerado a vida das mulheres.

Os programas de ajustes estruturais resultaram no que Federici aponta como uma pobreza que:

não foi vista nem no período colonial e que, sistematicamente, minou as possibilidades de as mulheres (exceto uma minoria de classe alta e do empresariado) melhorarem sua qualidade de vida e acessarem os serviços de educação, atenção médica e alimentar, entre outros. (p. 244)

Vemos, desse modo, um escancaramento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que esgotam as forças de reprodução social, tal qual vimos no primeiro capítulo, ao passo que aderem pautas dos movimentos sociais.

Amparada nas análises de Federici e Fraser, levanto, a hipótese de que o investimento da Fundação Ford nos Estudos de Gênero no Brasil pode ter influenciado no distanciamento entre a teoria feminista e uma práxis feminista radicalmente anticapitalista, destacando os seguintes pontos: 1) vimos que a organização histórica das mulheres se deu em meio à luta de classes e, embora o feminismo tenha emergido no bojo dos ideais liberais, seu caráter revolucionário permeou a luta da maioria das mulheres, as da classe trabalhadora; 2) ao se deparar com um movimento feminista radical de base, o capitalismo buscou inserção no movimento para conter/frear a organização popular. Isso pode ser constatado em diversos momentos históricos do Brasil, em que as classes dominantes brasileiras, por exemplo, nas décadas de 1860-1870, movimentaram iniciativas abolicionistas para assegurar a direção do movimento que já tivera sido encampado pelo povo negro (TELES, 2017); 3) pela via de investimento, as organizações capitalistas estabelecem diretrizes para os movimentos dentro dos moldes neoliberais, promovendo sim reformas significativas, mas dentro da ordem burguesa.

Acerca do investimento da Fundação Ford nos Estudos de Gênero no Brasil, a professora pesquisadora Miriam Pillar Grossi (2016) aponta que, dos quatro projetos organizados pelo Núcleo de Estudos da Mulher da Universidade de São Paulo e submetidos à Fundação, por intermédio da Fundação Carlos Chagas, dois conseguiram financiamento, a REF – *Revista Estudos Feministas* e a RedeFem – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. Outros dois projetos submetidos foram recusados, um concernente a um curso de gênero e o outro a uma comissão de informatização para contato nacional entre as pesquisadoras de gênero de diversas regiões do Brasil.

A REF, mais expressiva revista de estudos feministas no Brasil da atualidade, foi então criada em 1992, com o apoio da Fundação Ford. A princípio, estava sediada na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), até a perda do recurso da fundação, do qual dependia toda a estrutura editorial. Assim, em 1999, acadêmicas feministas da UFSC – instituição que já tinha uma tradição sólida nos eventos sobre os Estudos de Gênero –, assumiram a tarefa de levar adiante a revista. O Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas, institucionalizado em 1993, também recebeu apoio da Fundação Ford.

Os critérios de escolha de financiamento dos dois projetos acima pela Fundação Ford não são informados no texto de Grossi (2016). Uma conjectura que podemos levantar é de que a agência nesse momento elegeu fomentar o campo da pesquisa, tanto por meio da rede de estudos quanto por meio de uma revista científica, optando por não financiar atividades de ensino por meio do curso itinerante que, como aponta Grossi (2016), era um projeto bastante ambicioso e que almejava fomentar discussões de gênero nas cinco regiões do Brasil. Dentro do projeto neoliberal parece aceitável aprofundar as discussões de emancipação da mulher, mas estas ainda devem estar restritas à comunidade acadêmica, ou ao que se elege como a elite pensante do Brasil. Certamente isso cria um distanciamento entre as mulheres pesquisadoras feministas e as mulheres trabalhadoras que estão fora da academia – já que as revistas precisam manejar seus interesses políticos feministas e as pressões as quais estão submetidas, como tão bem analisam Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2016) –, o que, para o neoliberalismo pode soar seguro e até oportuno.

Nesse sentido, percebemos contradições e possibilidades no que tange o desenvolvimento dos Estudos de Gênero no Brasil, pois, se por um lado temos a perspectiva classista nos espaços de luta feminista, por outro, identificamos as forças político-econômicas que influenciaram na consolidação científico-acadêmica. Como marco teórico dos Estudos de Gênero no Brasil, identifica-se a defesa de tese “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” de Heleieth Saffioti, na USP, em 1967 (GROSSI, 2016), que veio a se tornar uma das principais referências para as mulheres militantes na atualidade no Brasil. O caráter de classe também marcou outras publicações nos anos seguintes, de feministas que lutavam contra a ditadura militar. O cenário de ditadura militar impunha a luta contra o autoritarismo, o alto custo de vida, a tortura e repressão, a alta mortalidade, o descaso do Estado. As feministas estavam firmes na luta contra a ditadura, sem perder de vista, entretanto, os objetivos específicos do movimento, encarando as demandas sociais e as opressões de gênero por parte das próprias organizações de esquerda, como vimos no capítulo anterior.

Nesse cenário, junto às ações feministas e o movimento de mulheres, a pesquisa científica ocupou importante papel de denúncia, apesar da repressão. O que era invisibilizado pela mídia era exposto por meio das pesquisas. Para Eva Blay (2017, p. 75), “havia uma simbiose entre os dados produzidos pela academia, as reivindicações das mulheres e os movimentos sociais”. Não podemos esquecer também que parte da luta resistente à ditadura foi construída por estudantes universitárias, demonstrando o caráter combativo da universidade e a importância da articulação entre comunidade acadêmica e sociedade. Daí a

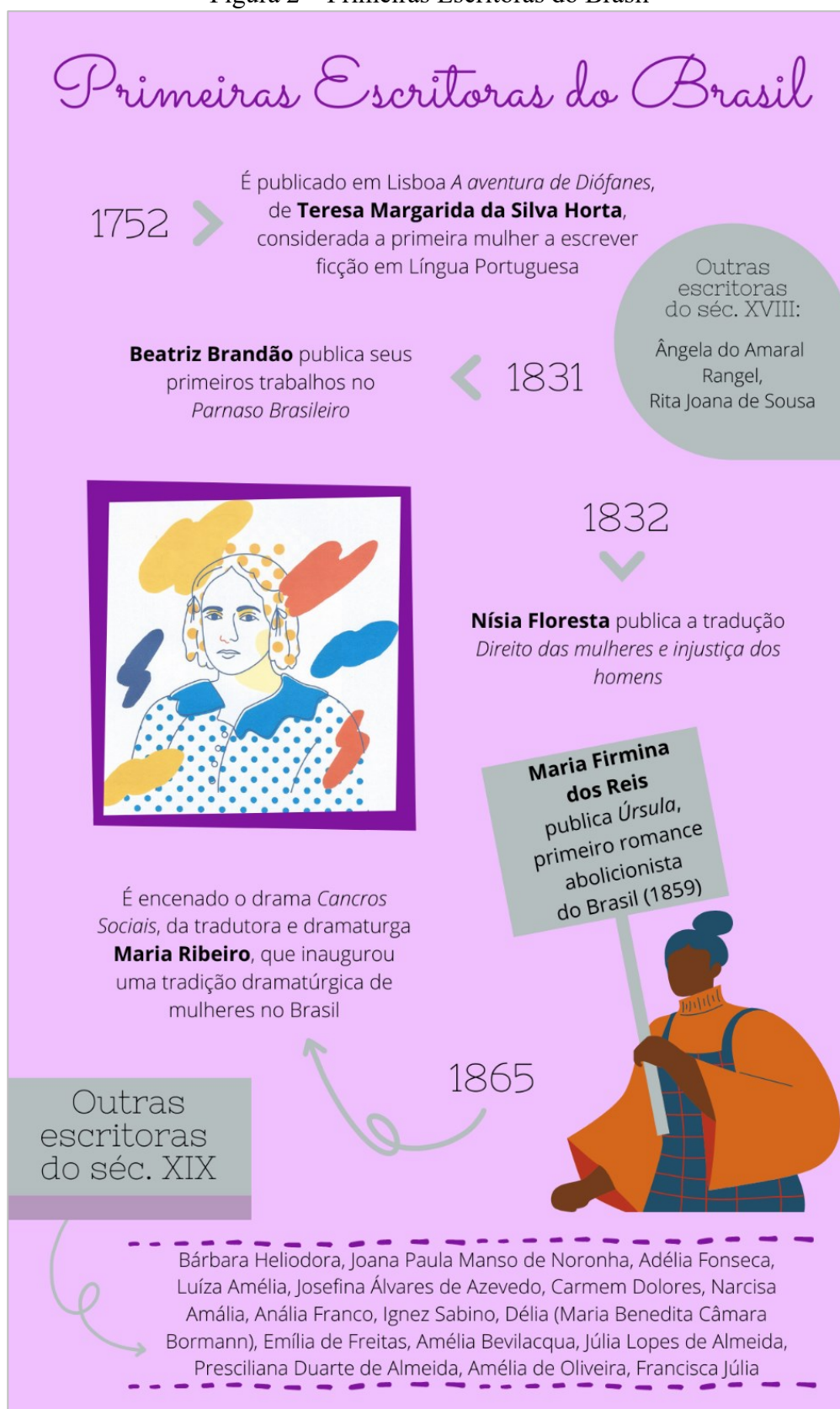
importância cada vez mais evidente de defendermos o acesso irrestrito da classe trabalhadora à universidade pública, gratuita e representativa das demandas das mulheres de diferentes extratos sociais.

No período ditatorial, acadêmicas brasileiras já estudavam a condição das mulheres sob a ótica feminista, mas foi em 1975, no Ano Internacional da Mulher, que a temática teve ressonância política no Brasil. Apesar de estar sob uma ditadura, a iniciativa do Ano Internacional da Mulher pela ONU, conforme apontada nos registros históricos sobre os feminismos no Brasil (TELES, 2017; ALVES & PINTANGUY, 2022; HOLLANDA, 2022), favoreceu o avanço de ideias feministas no Brasil. Portanto, embora a iniciativa da ONU gerasse desconfiança nas mulheres trabalhadoras europeias e norte-americanas – em função de os organismos internacionais estarem a serviço do capital –, para as mulheres brasileiras que viviam um regime militar, ela foi uma excelente oportunidade de organização legal, fora dos pequenos círculos da clandestinidade, o que propiciou espaços de discussão e abertura para a disseminação de ideais feministas por meio da imprensa feminina alternativa, cuja expressão foram os jornais “Brasil Mulher” (1975), “Nós Mulheres” (1976) e “Mulherio” (1981) (TELES, 2017).

Importante retomar que a significativa atuação das mulheres na imprensa no Brasil remonta do século XVIII, quando muitas mulheres, quer fossem como escritoras quer fossem como tradutoras, ou ambas, atuaram no campo da escrita, conforme pode-se observar na figura abaixo. Nela, podemos identificar temporalmente quando se expressa o trabalho de Nísia Floresta, precursora da tradução feminista no Brasil. Note-se que, junto à Nísia, muitas outras mulheres desenvolveram importante papel para que as mulheres tomassem a palavra, saíssem do emudecimento, ocupassem o mundo das letras, traduzissem, subvertissem a ordem patriarcal e possibilitassem o ingresso das mulheres na academia brasileira.

3.3. NÍSIA FLORESTA: PRECURSORA DA TRADUÇÃO FEMINISTA NO BRASIL

Figura 2 – Primeiras Escritoras do Brasil



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados contidos em *As Mensageiras* (2018).
Ilustração de Nísia Floresta por Clara Iwanow e Júlia Vieira (2018).

No contexto de luta das mulheres no Brasil, constatamos sua resistência política desde o período colonial. Entretanto, a atividade de escrita, intimamente ligada à atividade de leitura, foi pouco observada até o final do século XVIII. De acordo com a análise de Regina Zilberman (2004), as razões circundam em torno dos índices exorbitantes de analfabetismo até o século XIX e a proibição de publicações até 1808, quando se estabelece a Imprensa Régia no Rio de Janeiro, fato este que marcou a produção de traduções no país, conforme aponta Maria Eduarda dos Santos Alencar (2016) ao mapear, em sua pesquisa de mestrado, 33 tradutoras brasileiras que atuaram no século XIX.

Não acidentalmente, mas como resquício da forte cultura patriarcal na historiografia e crítica literária e da tradução, conforme cuidadosamente analisa Lori Chamberlain (1998), o trabalho dessas mulheres ficou invisibilizado ao longo da história e tem sido retomado à luz da crítica feminista. Na figura acima, podemos ver o nome de algumas delas, cujas obras foram recuperadas graças ao minucioso trabalho de pesquisadoras que desafiaram a ordem estabelecida na academia, tornando a historiografia literária de mulheres uma área legítima do saber. A Editora Mulheres, de Florianópolis, encabeçada pela professora Zahidé Lupinacci Muzart, teve um papel magistral na republicação de obras escritas por mulheres no século XIX. O início dessas investigações data de 1980, década em que, como vimos, se adotava “gênero” enquanto categoria analítica na academia brasileira. No contexto internacional ocidental, esse período marcava importantes viradas epistemológicas tanto no campo feminista quanto no campo da tradução.

Retomando a produção das primeiras escritoras do Brasil, na qual identifica-se o trabalho de Nísia Floresta, é importante localizá-la em meio ao contexto sócio-histórico e político do Brasil dos finais do século XVIII e início do século XIX. Os ideais liberais se alastravam em diversas partes do mundo e, junto a eles, o feminismo iluminista, que reivindicava não apenas liberdade para as mulheres, mas também para os povos escravizados. Como marco de um documento fundador do feminismo, Mary Wollstonecraft, militante antiescravagista e intelectual libertária, publica na Inglaterra *A vindication of the rights of woman*, em 1792. Os ventos do iluminismo também sopraram no Brasil e, na primeira metade do século XIX, muitas mulheres passaram a reivindicar o acesso à educação para as mulheres, a exemplo de Nísia Floresta. Nesse período, elas escreveram, reivindicaram direitos e se envolveram na luta antiescravista. Assim, abriram espaço para o pensamento feminista no Brasil, que começara questionando o papel social das mulheres junto aos jornais e revistas, sendo estes os principais espaços de atuação da maioria dos nomes apresentados acima.

A respeito da representação das mulheres que ocupavam estes espaços, gostaria de apresentar a tela de Abigail de Andrade, *Um canto no meu ateliê*, de 1884.

Figura 3 – Um canto no meu ateliê, Abigail de Andrade (1884)



Fonte: Google imagens.

Abigail de Andrade foi a primeira pintora e desenhista brasileira a ser premiada com uma medalha de ouro em uma exposição. Esta premiação foi importante para a visibilidade das mulheres artistas brasileiras no fim do século XIX. *Um canto no meu ateliê* nos apresenta a figura da mulher escritora/tradutora brasileira no século XIX que, via de regra, era branca e de classes mais altas. A representação da escritora na tela de Abigail me remete àquela elucidada por Virginia Woolf em *Um teto todo seu* (2014 [1929]). O espaço favorável à escrita de que fala Woolf parece o próprio ateliê da escritora de Abigail. Nessa significativa obra para a crítica literária feminista, Woolf vem nos lembrar da importância das condições materiais, logo, econômicas, para o desenvolvimento da atividade de escrita das mulheres.

Ora, se constatamos que essa atividade está moldada pelas circunstâncias objetivas e materiais da vida, acabamos por identificar quais mulheres podiam mais facilmente desenvolvê-la. Se no século XIX no Brasil, as mulheres negras e indígenas ainda carregavam o jugo da colonização e as mulheres pobres o fardo do trabalho assalariado que mal dava para sustentar os filhos, como poderiam elas dispor das condições materiais para atuar no campo da escrita? Dos mais de 20 nomes de escritoras apresentados na figura 1, apenas um é de uma mulher negra, Maria Firmina dos Reis, que em 1859 publicou *Úrsula*, primeiro romance abolicionista do Brasil.

Olhar para o contexto que (im)possibilitava a produção intelectual das mulheres brasileiras, nos auxilia a compreender os percursos dos Estudos Feministas no Brasil, quais categorias sustentam as análises do campo, quais mulheres e em quais contextos estão inseridas ainda hoje na produção de conhecimento da área. No caso da tradução, quais mulheres traduzem e quais tipos de texto são traduzidos, quais as pautas gerais expressas nas pautas específicas da atividade tradutória e, sobretudo, qual a relação se estabelece entre o campo da tradução feminista e a história de luta das mulheres no Brasil.

Enquanto a prática de tradução feminista desenvolvida pelas tradutoras canadenses, em especial, do contexto de Quebec, em meados das décadas de 1970 e 1980, provia material e reflexão para o surgimento de uma nova área de investigação que questionava o discurso falocêntrico (nos termos derrideanos) da e em tradução, propondo alternativas feministas para a tarefa tradutória, no Brasil, o registro de uma prática feminista de tradução remonta de 1832, com a publicação da tradução *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de Nísia Floresta. É importante destacar que Nísia não era a única mulher do período a se dedicar à atividade tradutória. Das escritoras mencionadas acima, pelo menos cinco atuaram como tradutoras: Beatriz Brandão, Maria Firmina dos Reis, Maria Ribeiro, Joana Paula Manso de Noronha e Bárbara Heliodora (ALENCAR, 2016; BRASIL, 2018; SILVA-REIS & FONSECA, 2018).

Gostaria de tecer algumas observações a respeito do trabalho de Nísia Floresta retomando duas das questões abordadas acima: 1) de que lugar Nísia Floresta falava e 2) o contexto em que emergiam as ideias feministas e o contexto em que estas chegaram ao Brasil. Do Rio Grande do Norte, branca, filha das classes dominantes nordestinas, Nísia Floresta teve acesso à educação em um período histórico em que, como aponta Maria Lygia Quartim de Moraes (2016), as regras patriarcais e coloniais reduziam a educação das mulheres das classes dominantes às prendas domésticas, com educação limitada, a fim de que alcançassem um casamento, enquanto as mulheres escravizadas eram analfabetas. Não por acaso, as primeiras reivindicações das mulheres no Brasil foram pelo acesso à educação.

No entanto, as mulheres que a alcançavam ainda eram aquelas tais quais representadas na pintura de Abigail de Andrade. Situar, portanto, as primeiras articulações feministas no Brasil, nas quais emerge a tradução feminista, é não perder de vista que o modelo de feminismo forjado no que se convencionou como a “primeira onda” do feminismo no Brasil é representante de uma determinada parcela social das mulheres.

Nísia Floresta, tendo alcançado educação superior à maioria das mulheres de seu tempo, e convivendo nos círculos positivistas franceses, se valeu da tradução para pautar o debate feminista no Brasil. A tradução foi uma importante ferramenta para a circulação de ideias feministas e antiescravagistas nos séculos XVIII e XIX, quando muitas mulheres aliaram a tradução aos seus interesses concernentes às causas progressistas, a exemplo de Aphra Behn, Madame de Staël, Eleanor Marx, dentre outras, como relaciona Sherry Simon (1996) na obra *Gender in translation*. Chama atenção, no entanto, que o nome de Nísia Floresta não apareça na lista de Simon. No Brasil, é literalmente a tradução de Nísia Floresta que marca a fundação do feminismo.

Como vimos, os ideais feministas que emergiam no bojo do desenvolvimento do capitalismo industrial europeu espalharam-se pelo mundo no começo do século XIX, e foi pela mediação de Nísia Floresta que chegaram às mãos de leitores brasileiros, tendo três edições em sete anos – o que, para Marie-France Dépêche (2000), indica a grande potencialidade da obra em uma época marcada pelo conservadorismo em um Brasil tutelado por Portugal.

Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), nome literário de Dionísia Gonçalves Pinto³⁸, inaugurou uma tradição de escrita e tradução feministas no Brasil. De acordo com Constância Lima Duarte (2016), Nísia Floresta publicou quinze títulos de cunho político feminista no Brasil e Europa, nos idiomas francês, inglês e italiano, sendo *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* um marco para a tradução feminista no Brasil (DÉPÊCHE, 2000; BLUME, 2010). Durante anos, considerou-se que a publicação de Nísia Floresta era a tradução de *A vindication of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft, que, no contexto europeu marcava a fundação de um documento feminista. Assim, Nísia Floresta, trazia ao contexto brasileiro o documento precursor dos ideais de igualdade e independência das mulheres.

Mais de um século e meio depois, em 1995, o trabalho de cotejo da pesquisadora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke identificou que, na verdade, a tradução de Nísia não se tratava

³⁸ O verdadeiro nome de Nísia Floresta aparece com diferentes sobrenomes nas mais variadas fontes de pesquisas. No prefácio à tradução *Reivindicação dos direitos das mulheres* (2016), pela Boitempo, escrito por Mara Lygia Quartim de Moraes, o registro é de Dionísia Pinto Lisboa. No documento *As mensageiras: Primeiras Escritoras do Brasil* (2018), da série “Histórias não contadas”, elaborado pela Câmara dos Deputados, o registro é de Dionísia Freire Lisboa. Na dissertação de mestrado de Catarina Alves Coelho “Direitos das mulheres e injustiça dos homens: a tradução utópico-feminista de Nísia Floresta” (UPS-2019), o registro é Dionísia Gonçalves Pinto. Presumo que as diferentes origens de sobrenome advenham dos sobrenomes de seus pais: Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa e Antônia Clara Freire. Faço uso de Dionísia Gonçalves Pinto, conforme apresentado na obra da professora Constância Lima Duarte (UFMG), pesquisadora da vida e obra de Nísia Floresta.

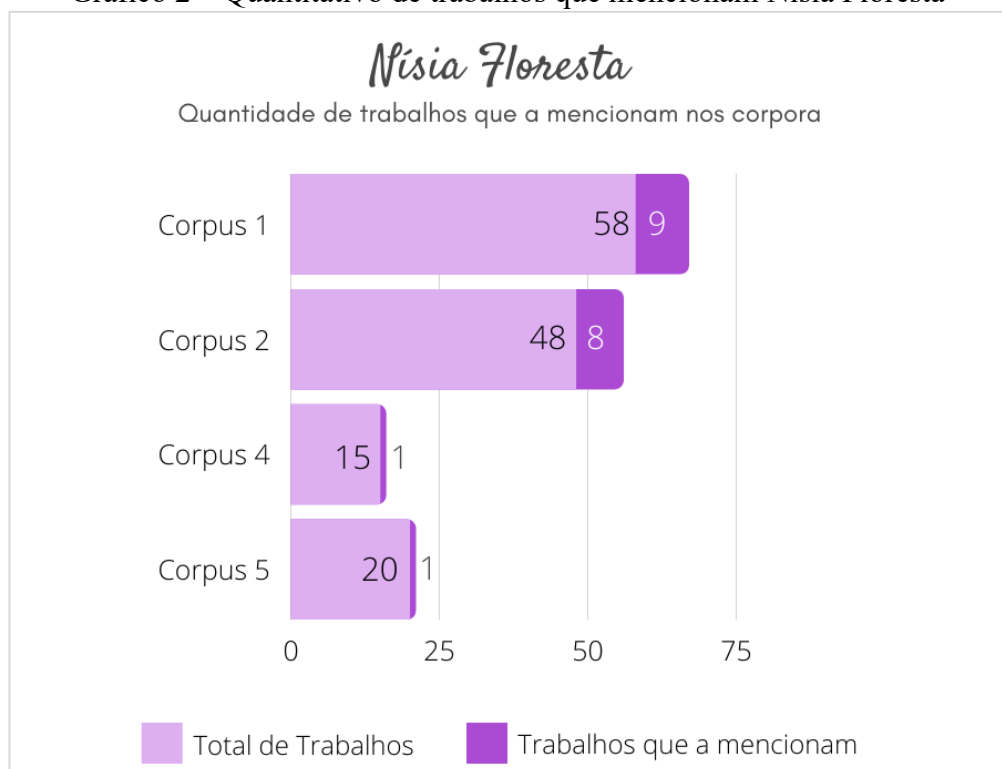
de uma tradução livre da obra de Wollstonecraft, como há tanto se acreditou, mas da tradução literal de outra obra feminista, *Woman not inferior to man* (1739), da então não identificada “Sophia, a person of quality” (PALLARES-BURKE, 1995; 2020). O fato é que a atribuição da tradução de Nísia Floresta ao tratado feminista de Wollstonecraft gerou no Brasil uma fortuna crítica acerca da tradução feminista como ato transgressor de infidelidade criativa e da tradução cultural e antropofágica empregada em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, especialmente encampada pelo trabalho de Marie-France Dépêche (2000), no primeiro caso, e de Constância Lima Duarte (2001; 2005; 2016), no segundo.

Esse fato nos coloca diante de uma questão bastante relevante – e que ainda estar por ser melhor explorada – ao considerar o trabalho de tradução de Nísia Floresta em sua relação com a produção científica nacional acerca da tradução feminista, a saber, como a tradução feminista e os debates em torno dela podem consolidar determinados discursos feministas. Nesse sentido, importa compreender como se constrói o debate científico em torno da tradução e dos conceitos de tradução que permeiam o trabalho de Nísia, especialmente após a descoberta histórica de Pallares-Burke que, em recente artigo (2020), chama atenção para o fato de que mesmo após os resultados do seu cotejo, diversas pesquisas seguiram reproduzindo a informação de que *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* seria uma tradução de *A vindication of the rights of woman*. Vejamos a seguir, a relação de Nísia Floresta com os *corpora* desta pesquisa.

3.3.1. Nísia Floresta nos Estudos Feministas da Tradução no Brasil

Na busca pelas menções à Nísia Floresta, em termos quantitativos, encontramos nos *corpora* 19 trabalhos que a mencionam, distribuídos na seguinte maneira:

Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos que mencionam Nísia Floresta



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

A quantidade de trabalhos que fazem referência à Nísia ainda é relativamente pequena se nós considerarmos que ela inaugura a práxis de tradução feminista no Brasil, embora encontremos nos *corpora* trabalhos específicos sobre sua obra, como se pode ver a seguir:

Figura 4 – Trabalhos que mencionam Nísia Floresta



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Nos trabalhos referidos acima, é consenso a posição de Nísia Floresta como a primeira tradutora feminista do Brasil e a importância de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* como escrita precursora do feminismo no Brasil. Essa atribuição dá-se duplamente pelo fato de a obra ter circulado como tradução do documento fundador do feminismo na Europa, *A vindication of the rights of woman*, como também por ter sido a primeira publicação a reivindicar os direitos das mulheres no Brasil.

Dos quatro trabalhos específicos sobre a atuação da pensadora, encontramos no *corpus* 1: a dissertação de mestrado de Catarina Alves Coelho (2019), que analisa a tradução de Nísia a partir do funcionalismo de Christiane Nord. Importante destacar que outros trabalhos dos *corpora* se pautam no modelo funcionalista de Nord, a exemplo de: Márcia Moura da Silva e Bruna Navarrina de Moura (2020), Janaína Freire Meneghel (2015), Jerusa Regina dos Santos (2013) e Monique Pfau (2010; 2012). No *corpus* 2: o artigo de Marie-France Dépêche (2000), que estabelece paralelo entre a prática de tradução feminista canadense e a tradução de Nísia Floresta e vem a se tornar uma referência para grande parte dos demais trabalhos dos *corpora*; e o artigo de Alana Lima de Oliveira (2016), que parte da área do Direito para refletir a

tradução feminista de Nísia Floresta. No *corpus* 5: o recente artigo de Lia Pinheiro Barbosa e Vinícius Madureira Maia (2020) na REF, que situa a tradução de Nísia Floresta em meio a construção do pensamento feminista brasileiro.

Os trabalhos que mencionam Nísia Floresta pautam-se no seguinte referencial teórico:

Quadro 1 - Referências sobre Nísia Floresta encontradas nos *corpora*

Referências sobre Nísia Floresta encontradas nos <i>corpora</i>
CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. <i>História</i> , São Paulo, v. 30, n.2, p. 196-213, 2011.
CASTRO, Luciana Martins. A Contribuição de Nísia Floresta Para a Educação Feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. <i>Outros Tempos</i> . Volume 7, número 10, dezembro de 2010.
CASTRO, A. M. A; ALBERTON, M.; EGGERT, E.. “Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: Feminismo e Educação”. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO. 4., 2010, Paraná. <i>Anais do VIII Congresso Iberoamericano de ciência, tecnologia e gênero</i> . Paraná: UTFPR, 2010. p. 1-8.
DÉPÊCHE, Marie-France. “A tradução feminista: teorias e práticas subversivas/Nísia Floresta e a Escola de Tradução Canadense”. <i>Textos de História</i> , v. 8, n. 1/2, p. 157-188, 2000.
DUARTE, Constância Lima. <i>Nísia Floresta</i> . Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.
DUARTE, Constância Lima. <i>Nísia Floresta: vida e obra</i> . 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2008.
DUARTE, Constância Lima. “As viagens de Nísia Floresta: memória, testemunho e história”. <i>Revista Estudos Feministas</i> , Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 147-160, 2006.
DUARTE, Constância Lima. <i>Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo</i> . Brasília: Mercado Cultural; Fundação Banco do Brasil; REDEH, v. 1, 2006.
DUARTE, Constância Lima. “Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação?”. <i>O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras</i>

da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, p. 153-161, 2001.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Imprensa Universitária, 1985.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

LIDDEL, Charlotte Elizabeth. *Brazil's First Feminist? Gender and Patriotism in the Works of Nísia Floresta*. 2005. Dissertation. University of Manchester.

LIDDEL, Charlotte Elizabeth. "Nature, nurture and nation: Nísia Floresta's engagement in the breastfeeding debate in Brazil and France". *Feminist Review*, n. 79, Latin America: History, war and independence, p. 69-82, 2005.

MATTHEWS, Charlotte H. *Gender, Race, and Patriotism in the Works of Nísia Floresta*. Woodbridge: Tamesis Books, 2012.

MATTHEWS, Charlotte H. "Between 'Founding Text' and 'Literary Prank': Reasoning the roots of Nísia Floresta's *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*". *Ellipsis*, n. 8, p. 9-36, 2010.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, o Carapuceiro e outros ensaios de tradição cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEIDL, Roberto. *Nísia Floresta: 1810-1885: a vida e a obra de uma grande educadora, precursora do abolicionismo, da República e da emancipação da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933.

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Das referências apresentadas no quadro acima, as mais recorrentes e influentes nos trabalhos acima são Dépêche, Duarte e Pallares-Burke. Sendo que delas emergem diferentes linhas de argumentação em torno da prática de tradução de Nísia.

Os apontamentos de Pallares-Burke contrapunham-se especialmente à fortuna crítica que endossa duas linhas de argumentação relacionadas entre si: 1) da tradução feminista enquanto ato transgressor que desafia os conceitos de fidelidade (DÉPÊCHE, 2000) e 2) do

trabalho de Nísia Floresta como tradução cultural e representação primária da tradução antropofágica (DUARTE, 2016).

Na primeira perspectiva, identificamos trabalhos (DÉPÊCHE, 2000; ALENCAR & BLUME, 2012) que compreendem a obra de Nísia Floresta como desestabilizadora dos conceitos históricos de tradução, estes arraigados nos binarismos e hierarquias que sustentam a metafísica ocidental fundada na autoridade da presença paterna – divino, senhor, soberano, pai, autor, original (DERRIDA, 2005)³⁹. E essa seria, portanto, razão fulcral pela qual considera-se Nísia Floresta precursora da tradução feminista no Brasil. Enquanto a noção de fidelidade imperava como exigência primeira para a tradução, mantendo a tradutora em um papel de subserviência tal qual o papel ocupado pela mulher na sociedade, Nísia Floresta demonstraria romper tanto com o modelo imposto à tradutora – se apropriando de textos europeus e sintetizando-os de acordo com seu projeto político e intencionalidade – quanto com o modelo imposto à mulher de seu tempo – publicando uma obra que reivindicava direitos para as mulheres, o que leva à segunda perspectiva, na qual o conteúdo feminista da obra de Nísia Floresta demonstra seu compromisso com um projeto político ideológico que, embora assimilado do contexto europeu, apresentava demandas específicas do contexto brasileiro e, por isso, de acordo com Duarte (2016), a tradutora fizera alterações no texto traduzido.

Ao defender um suposto diálogo estabelecido por Nísia Floresta com as autoras europeias Mary Wollstonecraft e Mary Wortley Montagu (Sophia, a person of quality), Constância Lima Duarte (2016) defende três argumentos: 1) o equívoco de Pallares-Burke em considerar como “plágio” a obra de Nísia, uma vez que a própria noção de plágio modificou-se ao longo do tempo, sendo absolutamente comum que escritores de sua época inserissem ideias e até mesmo trechos integrais de obras de outros autores sem a devida referência; 2) a intencionalidade do projeto político de Nísia em interferir na sociedade e pensamento brasileiros a fizera adaptar a obra para o contexto brasileiro e; 3) as apropriações feitas por Nísia a inserem na linhagem antropofágica brasileira.

Os argumentos levantados por Dépêche (2000) e Duarte (2016) vão ao encontro de uma política de tradução feminista, conforme definida por Annarita Taronna (2017) e outras teóricas feministas de tradução, na qual a tradutora exerce um papel colaborativo, desestabilizando as relações convencionais e hierárquicas entre texto fonte e texto traduzido, autore e tradutore, língua fonte e língua alvo, além de questionar e desmistificar os paradigmas de fidelidade estabelecidos na sociedade patriarcal. Isso continua a ser inquestionável acerca

³⁹ Tradução de Rogério Costa.

do trabalho de Nísia, quer seja porque ela desafiou a sociedade da época, reivindicando direitos para as mulheres, especialmente em relação à educação, e para os povos escravizados, quer seja porque sua reivindicação no mundo das Letras deu-se primeiramente com o ato transgressor da tradução feminista.

Para Pallares-Burke (2020), a importância de Nísia e seu trabalho de tradução para reivindicação dos direitos das mulheres são incontestáveis, no entanto, insistir em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* como uma tradução cultural de Wollstonecraft e outros escritos feministas é incorrer no erro de desconsiderar tal obra como uma tradução literal de uma obra feminista específica e perpetuar erros por imprecisão histórica, além de descreditar descobertas da produção científica.

Elisabeth Gibbels (2020), no *Routledge handbook of translation, feminism and gender*, analisa como más atribuições de traduções à Mary Wollstonecraft a tornaram um *meme* do feminismo no ocidente e aponta a tradução de Nísia Floresta como o maior exemplo de atribuição incorreta a *A vindication of the rights of woman* no contexto latino-americano. Ou seja, na produção científica acerca da tradução feminista, devidamente referendada e validada em aparatos materiais, como as edições da Routledge, pela comunidade científica internacional, existe consenso sobre os “erros” circundantes na obra de Nísia. Outro exemplo expressivo que corrobora para tal reflexão é o trabalho de Charlotte Hammond Matthews (2012), *Gender, race and patriotism in the works of Nísia Floresta*.

Dentre os argumentos de Duarte (2016, p. 458), está o fato de que trabalho de Pallares-Burke fomenta uma ideia de plágio sobre a obra de Nísia que “implica uma mera imitação, cópia do outro, e pressupõe uma escritora “menor” e incapaz de ideias próprias”. Evidentemente, a perspectiva de tradução feminista, cujo conceito de tradução é ampliado e redefinido, como vimos, reivindica a imagem da tradução e de quem traduz em sua relação de inferioridade com uma ideia de “original” e autoria construída ao longo de séculos nos moldes da sociedade patriarcal. Entretanto, considerando as demonstrações contundentes dos “erros” acerca da atribuição da tradução de Nísia a diversos escritos feministas – quando este é, na verdade, a tradução literal de uma única obra –, não podemos mais enveredar por pressupostos teóricos que relacionam a tradução de Nísia à linhagem antropofágica da tradução. Pelo menos não na linha de argumentação tal qual apresentada e defendida por Duarte (2016).

Para Duarte (2016), comprometida com o viés político dos ideais do feminismo iluminista com os quais dialogava, mas conhecendo a realidade e peculiaridades da condição das mulheres da época no Brasil, Nísia empreendeu a tarefa de adaptar a obra que traduzia

para um público em que ainda predominava o velho esquema colonial, publicando uma obra que versava sobre o pensamento europeu mais avançado de seu tempo, sem deixar, entretanto, de considerar as diferenças culturais existentes entre Europa e Brasil, assim, Nísia deglutia as ideias europeias entregando ao público outro produto, muito antes da teorização antropofágica oswaldiana (DUARTE, 2016). Pallares-Burke (2020), no entanto, argumenta que a tradução de Nísia não faz qualquer menção ou adaptação ao contexto brasileiro.

O argumento de Duarte (2016), de que essas apropriações dos textos feministas europeus feitos por Nísia Floresta a inserem na linha antropofágica, pode fomentar profícua discussão para o campo dos Estudos da Tradução, especialmente para uma teorização da tradução no Brasil que está intimamente ligada às teorias pós-coloniais da tradução. Ao buscarmos pelo Brasil nas obras que historicizam as teorias da tradução, facilmente encontramos referência à teoria haroldiana e ao trabalho dos irmãos campos. Em Bassnett (2003)⁴⁰, a figura do tradutor brasileiro é apresentada por meio da metáfora do tradutor como canibal, aquele que devora o texto a fim de que este resulte na criação de algo absolutamente novo. Em Gentzler (2009)⁴¹, também encontramos menção a uma prática antropofágica ou canibalista da tradução que tem como referência a prática tradutória de Haroldo e Augusto de Campos.

A teoria haroldiana da tradução é principiada na década de 1960 a partir da prática tradutória de arte verbal exercida por Haroldo e Augusto de Campos. Por arte verbal, Haroldo de Campos (2015) refere-se aos textos poéticos ou de igual complexidade criativa. Como constata-se ao longo da história da tradução, as teorias acerca dessa área emergem de uma demanda prática e, nesse caso, Haroldo elabora uma reflexão teórica tomando como exemplo a sua própria prática tradutória e de seu irmão Augusto. A referência à teoria haroldiana de tradução em obras que orientam os Estudos da Tradução, como as de Susan Bassnett (2003) e Edwin Gentzler (2009), conferem legitimidade a esta perspectiva teórica no campo, especialmente ancorada em uma tendência desconstrutivista dos Estudos da Tradução que favorecem os Estudos Feministas e Pós-Coloniais. Haroldo de Campos (2015) define que uma atitude antropofágico-devorativa consiste em desconstruir os valores dos países dominantes a partir da ótica de um país periférico, rejeitando conceitos de “literatura menor” e ou “periférica” e da recepção passiva.

⁴⁰ Tradução de Viviana de Campos Figueiredo.

⁴¹ Tradução de Marcos Malvezzi.

Comparemos agora tal perspectiva com o argumento levantando por Duarte (2016, p. 463) acerca da obra de Nísia:

Ao publicar este *Direitos das mulheres*, ela [Nísia] se posiciona, portanto, de forma transgressora, na tensa relação do centro com a periferia, da *margem* com o autor, sem sacralizar o texto europeu ou adotar uma atitude servil diante da autoridade autoral. (Acréscimo meu)

Duarte considera que as intenções de Nísia não se restringem à poética, como no caso do movimento antropofágico da literatura brasileira, mas sua argumentação de que, a partir do conceito de apropriação defendido pelo Modernismo brasileiro, Nísia pode ser inserida na linhagem antropofágica é bastante pertinente. No entanto, a reflexão acerca da tradução antropofágica – veiculada como expressão máxima de uma teorização de tradução no Brasil – praticamente não estabelece pontes com a prática tradutória de Nísia Floresta, fazendo decorrer, assim, a seguinte questão: se a perspectiva pós-colonial antropofágica da tradução tem a mesma base de sustentação filosófica da perspectiva feminista de tradução, a saber, a desconstrução da metafísica ocidental da presença e dos discursos universalizantes, por que haveria de se considerar a prática nisiana, em meio aos Estudos da Tradução, como constituinte da teoria antropofágica da tradução?

A resposta a essa questão depende da linha de argumentação que endossamos e, no caso de Nísia Floresta, já vimos que elas podem ser bastante distintas. Uma resposta possível seria o simples fato de o trabalho de Nísia ser anterior a corrente estético filosófica antropofágica. Entretanto, poderia decorrer daí o fato de que uma não teorização anterior ao trabalho de Nísia não impediria a posterior reflexão embasada nessa perspectiva teórica sobre seu trabalho, a não ser pelo fato de ela ser uma mulher e de o trabalho de mulheres ter sido invisibilizado ao longo da história e teoria de tradução, quer fosse enquanto tradutora quer fosse enquanto tradutólogas. E, no caso do trabalho de resgate histórico proposto pela tradução feminista, há de se considerar ainda as relações de poder entre Sul-Norte globais que (in)visibilizam uns trabalhos em detrimento de outros. Como informo acima, Sherry Simon (1996) cita uma série de mulheres que se valeram da tradução para encampar ideais feministas, mas o nome de Nísia Floresta não aparece em sua obra.

Também, em relação à possibilidade de inserção do trabalho de Nísia em uma antropofagia da tradução, é importante salientar que a imagem canibalista de tradutore encampada pelo antropofagismo oswaldiano deve ser vista com ressalva em função de sua idealização arcádica e indianismo romântico, conforme defende Álvaro Faleiros (2012).

Faleiros (2012a, 2012b) propõe uma poética xamânica do traduzir pautada na comunicação dialógica xamânica, na qual há várias vozes agindo uma dentro da outra, e aponta a necessidade de habituar leitores ocidentais a outras concepções epistemológicas para que se construa uma teoria antropofágica de tradução não mais pautada por um olhar europeu. Essa perspectiva teórica demanda, portanto, uma aproximação com a cosmovisão ameríndia, rompendo com a leitura antropológica ocidental vigente acerca do mundo indígena e as concepções de mediação de antropólogos.

Tal reconceitualização da teoria antropofágica da tradução pautada em novas perspectivas antropológicas que rompem com os conceitos etnográficos hierarquizantes – a que antropólogos têm denominado contra-antropologia – pode auxiliar inclusive no aprofundamento de estudos feministas acerca da atividade tradutória (pela via da interpretação) de mulheres no Brasil antes do século XIX, desenvolvida majoritariamente por mulheres indígenas e cuja produção acerca ainda é pífia. Entretanto, como toda construção teórica socialmente posicionada, ela, por si só, não está isenta de reproduzir violências de gênero, como se pode ver no texto “Emplumando a grande castanheira”, de Álvaro Faleiros (2012), através da voz da menina enunciadora de um canto xamânico *araweté*. Faleiros explica que os versos 26 a 29:

Trata-se do momento em que se enuncia o duplo ato antropofágico organizador da cultura araweté: o xamã enuncia que, quando morto, será devorado pelos deuses, condição para tornar-se um afim, e os deuses enunciam seu desejo de comer (sexualmente) a menina; troca simbólica de bens e mulheres no patamar celeste, função social do xamã. (FALEIROS, 2012, p. 60)

Longe de questionar a cosmovisão dos povos *araweté*, direciono a discussão para a mediação/tradução antropológica que permeia a proposta de Faleiros (2012, p. 2), cuja acepção aponta a pessoa antropóloga/tradutora como xamã, “aquele que negocia com o mundo dos espíritos e aquele que é capaz de traduzi-lo”. Se essa tradução é discutida em termos pós-coloniais, nos quais questiona-se o Brasil exótico e estereotipado pelas lentes europeias, como aponta Faleiros (2012), também é urgente que ela seja questionada em termos de gênero, compreendendo-o enquanto elemento constitutivo das relações sociais e modelador da construção teórica brasileira de tradução. Nesse tocante, as perspectivas feministas decoloniais promovem importantes reflexões para a compreensão de categorias que se entrecruzaram na formação do pensamento hegemônico colonial.

No capítulo seguinte, revisamos as bases teórico-filosóficas que despontam os Estudos Feministas da Tradução, a fim de refletir suas influências no contexto brasileiro e analisar

suas relações com a produção científica nacional, especialmente articulada à uma perspectiva feminista transnacional, com abordagem classista e anticolonialista.

4. OS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO

A fim de melhor compreendermos a relação de gênero e/em tradução e a consolidação da área de pesquisa Estudos Feministas da Tradução, é necessário situar os fundamentos teórico-metodológicos dos quais emergem tais elaborações teóricas e as abordagens que as viabilizam. Como apontam estudiosas brasileiras da tradução, a exemplo de Rosvitha Blume (2018) e Rosemary Arrojo (1996), a centralidade dada à linguagem, na segunda metade do século XX, a partir de concepções teóricas pós-estruturalistas, que se opuseram a uma concepção estruturalista da linguagem, redefiniram conceitos estáticos de texto, leitor, autor, tradução, tradutor, autoria, fidelidade, dentre outros.

Nesse prisma, a linguagem torna-se central e, longe de ser compreendida como fixa e meramente representativa, é tomada como produtora de significados não mais estáticos, mas polissêmicos. Tal produção de significado está envolta numa cadeia de relações de poder e aspectos ideológicos, por sua vez, revistos e questionados a partir de abordagens pós-estruturalistas desconstrucionistas embasadas por filósofos como Michel Foucault e Jacques Derrida. Como aponta Gentzler (2009), essas abordagens são basilares para a elaboração de perspectivas teóricas contemporâneas que visam desestabilizar hierarquias no campo da tradução, por meio da desconstrução de discursos logocêntricos sustentados pela metafísica ocidental da presença, conforme propunha Derrida (2005)⁴² em *A farmácia de Platão*. O filósofo argelino provém importante contribuição aos Estudos da Tradução redefinindo o conceito de tradução em seu texto *De tours de Babel*, de 1985⁴³.

Grosso modo, ao problematizar relações binárias estruturalistas – texto original vs. texto traduzido, autor vs. tradutor, significante vs. significado, masculino vs. feminino, etc. –, a abordagem desconstrucionista derrideana rompe com noções como autoridade, superioridade, fidelidade, e redefine o lugar da tradução e de quem traduz, o que vem a ser especialmente frutífero para os Estudos Feministas da Tradução.

A vertente teórica pós-estruturalista e sua abordagem desconstrutivista, portanto, vinculam-se ao discurso pós-moderno, o qual, segundo Rajagopalan (1998, s/p.):

retrata a natureza da linguagem como um sistema de signos num jogo infinito de diferenças e, ao fazer isso, mina a idéia positivista dominante da linguagem como um código genético estruturado na permanência, ou simplesmente um meio lingüístico transparente para transmitir idéias e significados.

⁴² Tradução de Rogério Costa.

⁴³ Vide tradução brasileira *Torres de Babel*, de 2002, por Junia Barreto.

O advento do pós-modernidade, então, traz a linguagem à centralidade, de modo que esta deixa de ser vista apenas como representante dos acontecimentos histórico sociais, constituindo-se como elemento central para os rumos da história. Para Rajagopalan (1998, s/p.):

A grande mudança que o espírito de pós-modernismo inaugura é a idéia de que, longe de ocupar um lugar periférico, a linguagem está no centro dos acontecimentos. Com isso veio a percepção de que é na própria linguagem e não através dela, e, muito menos, apesar dela, que os importantes rumos da nossa história são tomados. Como diz Giroux (1988: 20) com muita propriedade: “O traço mais importante do pós-modernismo é a ênfase na centralidade da linguagem e da subjetividade enquanto novas frentes para se repensar as questões relativas ao significado, à identidade, e à política”.

Esse modo de pensar a linguagem permite enfocar o papel ativo da tradução e de quem traduz, uma vez que a produção de significados de um texto está em constante movimentação na relação que se estabelece com seu contexto e sua leitura, logo, sua atividade interpretativa, na qual não há uma verdade absoluta e fixa, mas relacional e constitutiva das subjetividades. Nesse sentido, desconstruir a noção de uma autoria absoluta possibilita a compreensão de práticas de tradução e sua relação identitária e subjetiva com quem traduz, indiscutivelmente presentes no ato de traduzir, excluindo toda e qualquer possibilidade de neutralidade na tradução (BLUME & PETERLE, 2013). Para Arrojo, uma das mais influentes teóricas brasileiras da tradução com abordagem desconstrucionista, assumir a responsabilidade autoral e tomada de decisão no ato da tradução trata-se da perda de inocência nos Estudos da Tradução:

A perda da inocência nos estudos da tradução e o reconhecimento de que não há uma ética dissociada dos *interesses* a que inevitavelmente serve culminam com a necessidade urgente de se conscientizar tradutores acerca da *responsabilidade autoral* que assumem ao aceitarem realizar até mesmo a mais simples das traduções. Se o tradutor e a tradutora não podem deixar de *interferir* e de *tomar partido* a cada opção que devem escolher, e se não podem mais contar com o conforto aparente da crença na possibilidade do acerto asséptico e acima de qualquer suspeita, inevitavelmente terão que lidar com a realidade essencialmente “humana” do viés e da *tomada de posição*. Quanto mais conscientes estiverem dessa realidade e do papel que exercem sobre e a partir dela, menos hipócrita e menos ingênua será a *intervenção linguística, política, cultural e social* que inescapavelmente exercem. (ARROJO, 1996, p. 64, grifos meus)

Note-se a ênfase dada por Arrojo na interferência e “tomada de partido” exercidas por quem traduz, independente do que se traduz. Para a autora, traduzir requer tomar posições, assumir responsabilidade autoral, manter-se ético aos interesses a que servem as traduções. Nessa acepção, portanto, quem traduz foge do espectro de passividade e inferioridade que lhe

foi imposto tradicionalmente e a tradução apresenta-se como um ato criativo e dinâmico, que garante a sobrevivência do texto de partida. Acerca da intervenção no processo tradutório, Arrojo aponta que seu nível, inevitavelmente, não se dá apenas em termos linguísticos, como durante tanto tempo restringiram-se as reflexões acerca da tradução, mas também em níveis político, cultural e social.

Essa forma de pensar a tradução converge com a forma em que esta é compreendida pela teoria feminista de tradução. Importante salientar que as relações entre gênero e tradução não se estabelecem apenas em sua elaboração teórica, ela remonta ao engajamento de mulheres com movimentos sociais, no qual a tradução teve importante papel no ativismo político desde o século XIX, como apontam Sherry Simon (2005) e Luise von Flotow (2013), e como vimos no caso do Brasil a partir da atuação específica de Nísia Floresta.

A relação entre mulheres e tradução, antes de ser problematizada a partir da ótica feminista, balizou as metáforas referentes à tradução, construídas ao longo da história e das teorias da tradução por lentes sexistas e colonialistas, como demonstra Chamberlain, em “A metafórica da tradução” (1998). Sexualizado, o trabalho de tradução carece de ser analisado a partir da divisão sexual do trabalho, tendo como ponto de partida o argumento de que a sexualização da tradução é reflexo do “paradigma de gênero relacionado à distribuição de poder na família e no Estado” (CHAMBERLAIN, 1998, p. 38-39). Dito de outro modo, no bojo da sociedade capitalista patriarcal, o caráter gendrado da divisão social do trabalho incide, inclusive, no trabalho de tradução.

4.1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DE TRADUÇÃO

A relação das mulheres com o trabalho da tradução pode ser melhor compreendida ao relacionarmos as atividades de escrita – original vs. tradução – à divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Tal divisão do trabalho, analisada em termos de relações sociais de sexo, tornou-se um conceito analítico, introduzido por antropólogas feministas, fundamental para compreender as tarefas socialmente distribuídas aos homens e as mulheres.

Mais do que traduzir uma complementaridade de tarefas, como foi primeiro apresentada por etnólogos como Lévi-Strauss, a divisão sexual do trabalho expressava uma distribuição social de poder, organizada por princípios de separação, no qual definiu-se sob o respaldo de argumentos biológicos quais tarefas competiam aos homens e quais competiam às mulheres, e de hierarquização, que valorou os trabalhos produtivos em detrimento dos reprodutivos, especialmente com o advento do capitalismo, como vimos no capítulo primeiro.

No *Dicionário Crítico do Feminismo*, organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (2009), o verbete “A divisão sexual do trabalho”, traduzido por Vivian Aranha Saboia, é definido por Danièle Kergoat como:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). (KERGOAT, 2009, p. 67)

Essa forma de divisão do trabalho, ainda presente na organização das relações de trabalho na contemporaneidade, foi importante pilar sobre o qual sustentou-se o patriarcado e foi definidora na distinção entre as esferas pública e privada que relegou as mulheres à subordinação e desqualificação.

A subordinação e a desqualificação da mulher enquanto constructo social, portanto, estiveram intimamente ligadas a desvalorização do seu trabalho que, como aponta Silvia Federici (2017), se dá especialmente com o controle dos corpos das mulheres na Idade Média e seu confinamento à atividade reprodutiva, de modo que até o final do século XVII as mulheres, sob a força do aparato estatal, foram reduzidas a não trabalhadoras.

A divisão sexual do trabalho se acentua com o advento do capitalismo, quando as mulheres trabalhadoras foram fortemente atacadas e excluídas da esfera do trabalho socialmente reconhecido e das relações monetárias, como explica Federici. A densa análise que a autora encampa em *Calibã e a bruxa*, nos dá elementos para situar historicamente a desvalorização do trabalho feminino como uma campanha, a partir do final do século XV, instigada pelos ataques dos comerciantes capitalistas que, ao empregarem mulheres a menores valores pagos, acirraram as disputadas pelo trabalho entre a classe operária. Assim, as relações de trabalho mediadas pelas demandas dos artesãos, as autoridades das cidades e a apropriação privada de terras, incluindo terras comunais, forjaram uma nova divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017).

Diante de tal cenário, a configuração social da família sofreu importantes alterações em suas formas de organização, tendo se tornado um complemento do mercado a serviço da disciplina capitalista e da dominação patriarcal. Forjava-se, então, um novo modelo de organização social na qual a família configurou-se como instituição política. A esse fenômeno, Silvia Federici (2017) nomeia: patriarcado do salário. Essa política que, de acordo com a autora, “impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições

materiais para sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens” (p. 195).

Vejamos agora de que forma a divisão sexual do trabalho se relaciona à atividade de tradução. Lori Chamberlain (1998) argumenta que a valoração do trabalho produtivo vs. reprodutivo estabelece distinção entre o ato de escrever e o ato de traduzir, na qual o primeiro é compreendido como trabalho produtivo e o segundo como trabalho reprodutivo, estabelecendo assim hierarquias entre o ato criativo e produtivo da escrita e o ato reprodutivo da tradução. A partir dessa oposição, define-se os valores entre O original (masculino) e a tradução (feminino), que, por sua vez, refletem nas consequências acerca de publicações, direitos autorais, currículo, posição acadêmica, etc. E aqui, retornamos à Federici em *O patriarcado do salário* (2021), em sua reflexão de que o processo de criação, ato produtivo, é pensado no masculino, no qual a própria elaboração sobre o trabalho é definida em termos paternalistas.

Desse modo, tomamos a divisão sexual do trabalho como um elemento estrutural das relações de poder que se estabelecem no campo da tradução, quer seja em termos de elaboração teórica, quer seja enquanto prática tradutória propriamente dita. No campo teórico, Chamberlain justamente trata de demonstrar como as metáforas utilizadas para descrever a tradução ao longo da história se pautaram em um vocabulário sexista, cuja linguagem demonstra as divisões sociais do gênero em sua imbricação com a oposição entre trabalho produtivo vs. reprodutivo. No texto “Tradução e luta pelo controle de poder: uma perspectiva de gênero”, de 2018 (*corpus 2*), demonstro como essas relações se definem no campo da tradução a partir do entrecruzamento de vieses não apenas sexistas como também colonialistas. O que se materializa no campo teórico da tradução, portanto, é um retrato da organização social em termos de poder patriarcal colonial que vem a ser questionado nos Estudos da Tradução desde a perspectiva de gênero.

Compreendida como atividade menor, a tradução não apenas foi feminizada como também permitida às mulheres que, alijadas de assumirem direitos autorais, se valeram da atividade de tradução para habitar o mundo das letras. Essa relação, no entanto, como aponta Luise von Flotow (2013), não deve ser vista com negatividade, uma vez que as mulheres se apoiaram na atividade de tradução como ferramenta de atuação em movimentos sociais, como a luta antiescravista e a luta pelos direitos das mulheres.

Em termos de elaboração teórica sobre tradução e gênero, temos como ponto de partida a prática feminista de tradução canadense, que emergiu no final da década de 1970 a 1980.

Nesse período, desenvolviam-se paralelamente os Estudos da Tradução e os Estudos de Gênero, ambas áreas engajando tentativas de desconstruir binarismos que sustentavam velhas hierarquias – original/tradução, autore/tradutore, homem/mulher, masculino/feminino – influenciadas, como vimos, por uma nova perspectiva pós-estruturalista da linguagem. Nesse contexto, emerge a terminologia “tradução feminista”, utilizada, como descreve Luise von Flotow (2021) para definir uma prática de tradução orientada pelo feminismo, antitradicionalista, agressiva e criativa.

4.2. TRADUÇÃO FEMINISTA: ELABORAÇÃO TEÓRICA

Partindo de suas práticas específicas de tradução, em que se deparavam com o sexismo expresso na linguagem, tradutoras feministas, principalmente em Quebec, influenciadas pela perspectiva feminista francesa das escritoras Luce Irigaray, Julia Kristeva e Hélène Cixous, desenvolveram projetos de tradução que visavam trazer à luz elementos sociais, culturais e políticos constitutivos da linguagem. Essas tradutoras, nomeadamente Sherry Simon, Luise von Flotow, Barbara Godard, Susanne de Lotbinière-Harwood e Kathy Mezei, fizeram da tradução literária um ativismo político com ênfase no debate cultural e na construção de novas linhas de comunicação (SIMON, 1996).

Flotow, em um dos primeiros textos sobre a tradução feminista, em 1991, contextualiza que:

A tradução feminista parece ter se desenvolvido como um método de tradução do enfoque e da crítica à “linguagem patriarcal” pelas escritoras feministas no Quebec. No final dos anos 70 e no início dos anos 80, as escritoras quebequenses que mencionei anteriormente, entre outras, produziam trabalho altamente experimental e constituíram esforços para atacar, desconstruir, ou simplesmente evitar a linguagem convencional que percebiam como inerentemente misógina. (2021, p. 495)⁴⁴

Nesse sentido, a prática de tradução feminista se apresenta intimamente ligada à prática de escrita feminista que buscava desestabilizar discursos misóginos e direcionar proposições para uma cultura literária feminista. Afim de expor as experiências de mulheres e seus corpos nunca antes materializados na linguagem, por meio de experimentações nos textos literários, as escritoras feministas no Quebec encontraram maneiras de subverter os campos semânticos e seus sentidos patriarcalistas, contestar o uso do masculino genérico e

⁴⁴ Tradução de Ofir Bergemann de Aguiar e Lilian Virginia Porto.

forjar neologismos e trocadilhos que atacassem a linguagem convencional. As práticas de tradução feminista, portanto, se pautaram nas estratégias subjacentes à essa escrita feminista circunstanciada em contexto ideológico (FLOTOW, 2021).

Três práticas de tradução feminista foram sintetizadas por Flotow (1991):

- *Supplementing* – Essa prática consiste no uso de estratégias, conscientemente feministas, utilizadas por quem traduz para compensação das diferenças linguísticas.
- *Prefacing and footnoting* – Nessa prática, tradutoras/es valem-se de prefácios e notas de rodapé para elucidar estratégias de tradução.
- *Hijacking* – Essa prática envolve maiores estratégias de intervenção e apropriação, nas quais as tradutoras intervêm politicamente nos textos, subvertendo misoginia e sexismo na linguagem e/ou feminizando-a.

Essa última prática tornou-se a mais controversa e emblemática para as tradutoras quebequenses, tendo sua crítica talvez mais expressiva no trabalho da já mencionada teórica brasileira Rosemary Arrojo.

Para Arrojo (1994), a prática feminista de tradução se iguala às práticas misóginas a medida que as tradutoras abusam do texto fonte e extrapolam os limites permitidos a elas. Desnecessário dizer o quão questionável é o discurso da tradução feminista como um “sexismo reverso” sustentado por Arrojo, uma vez que não há uma estrutura social que historicamente oprima e inferiorize homens e textos “originais”.

Ademais, o argumento parece ir na contramão da perspectiva teórico-filosófica defendida pela própria autora que, conforme citação acima, expõe as intervenções inevitáveis ao processo de tradução, além de advogar pelo reconhecimento de que não há uma ética dissociada dos interesses a que serve. Éticas à uma perspectiva feminista de tradução, que deve ser entendida em seu contexto de produção, as tradutoras feministas perderam sua inocência, para retomar as próprias palavras de Arrojo (1996), assumiram sua responsabilidade autoral e tomaram suas posições no campo da tradução, não somente em sua prática, mas também em sua elaboração teórica.

Se compararmos o excerto abaixo, da tradutora e teórica feminista canadense Sherry Simon, com a referida citação de Arrojo, encontraremos os mesmos elementos de fundo, a saber, o uso da linguagem por quem traduz como intervenção não apenas no campo linguístico, mas também cultural, social e político.

Tradutoras/es comunicam, reescrevem e manipulam um texto a fim de fazê-lo disponível para o público de uma segunda língua. Assim, elas/es podem usar a linguagem como intervenção cultural, como parte de um esforço para alterar expressões de dominação, quer seja no nível de conceituação, de sintaxe ou de terminologia. (SIMON, 2005, p. 9, tradução minha⁴⁵)

Como dito, a prática e teoria da experiência de tradutoras feministas canadenses devem ser entendidas em seu contexto de produção: dadas entre línguas hegemônicas – francês/inglês –, embasadas em visões universalizantes da categoria mulher, circunscritas ao contexto acadêmico. No entanto, questioná-las a partir do ultrajante conceito de fidelidade é reforçar os parâmetros que as abordagens desconstrucionistas da tradução buscam justamente desconstruir.

Acerca da reflexão entre tradução e gênero em seus primórdios, especialmente situada no contexto do Canadá, mas não somente, vejamos a figura a seguir que sistematiza textos e obras que tornaram-se referências para posteriores elaborações teóricas que têm se constituído nos Estudos Feministas da Tradução⁴⁶:

⁴⁵ Translators communicate, re-write, manipulate a text in order to make it available to a second language public. Thus they can use language as cultural intervention, as part of an effort to alter expressions of domination, whether at the level of concepts, of syntax or of terminology.

⁴⁶ Reúno alguns dos textos publicados entre finais da década de 1980 e década de 1990 que tornaram-se expressivos para o campo da tradução feminista. Isso constata-se a partir da revisão da bibliografia utilizada em trabalhos da área.

Figura 5 – Referências iniciais para os Estudos Feministas da Tradução nos contextos anglo-americano e brasileiro

CHAMBERLAIN, Lori (1988)	• Gender and the metaphors of translation. In: <i>Signs</i> , n. 13, v. 3.
GODARD, Barbara (1989)	• Theorizing feminist discourse/translation. In: <i>Tessera</i> , v. 6.
LOTBINIÈRE-HARWOOD, Suzanne (1991)	• <i>Re-Belle et infidèle / The body bilingual</i> . Montreal: Women's Press.
von FLOTOW, Luise (1991)	• Feminist translation. In: <i>TTR</i> , n. 4, v. 2.
BASSNETT, Susan (1992)	• Writing in no man's land: questions of gender and translation. In: <i>Ilha do Desterro</i> , v. 28.
SPIVAK, Gayatri (1993)	• The politics of translation. In: <i>Outside in the teaching machine</i> . London and New York: Routledge.
ARROJO, Rosemary (1994)	• Fidelity and the gendered translation. In: <i>TRR</i> , n. 7, v. 2.
ARROJO, Rosemary (1995)	• Feminist 'orgasmic' theories of translation and their contradictions. In: <i>TradTerm</i> , v. 2.
SIMON, Sherry (1996)	• <i>Gender in translation: cultural identity and the politics of transmission</i> . London and New York: Routledge.
von FLOTOW, Luise (1997)	• <i>Translation and Gender</i> . Manchester: St Jerome.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Além de textos das já mencionadas tradutoras canadenses Sherry Simon, Luise von Flotow, Barbara Godard e Susanne de Lotbinière-Harwood, ainda pouco traduzidos ao português brasileiro, encontram-se o texto “Gender and the metaphors of translation” de Lori Chamberlain – sendo este possivelmente o texto fundador da elaboração teórica sobre tradução e gênero no ocidente, com tradução brasileira por Norma Viscardi (1998), embora a relação entre mulheres e tradução seja bastante anterior à sua elaboração e consolidação no campo científico; “Politics of translation”, de Gayatri Spivak – cuja formulação teórica é um dos marcos do feminismo pós-colonial; “Writing in no man’s land: questions of gender and translation”, de Susan Bassnett – é, de acordo com os resultados desta pesquisa, o primeiro

texto sobre a temática a ser publicado no Brasil, com recente tradução brasileira por Naylane Matos (2020); e textos de Rosemary Arrojo – cuja crítica à tradução feminista canadense é uma das mais expressivas na bibliografia acerca da tradução feminista.

A virada do século apresenta um deslocamento nas formulações teóricas sobre tradução e gênero do contexto anglo-americano para o contexto europeu, no qual, como apontam Eleonora Federici e Vanessa Leonardi (2013), há um número significativo de seminários e discussões sobre a temática, com a emergência de novas metáforas pós-estruturalistas acerca da tradução, com ênfase na relação mulheres e tradução, especialmente expressas em *Espais de frontera: Gènere i traducció* (2000), de Pilar Godayol. Desde então, amplia-se na Europa o número de publicações na área e eventos em torno da temática.

Destaco a mudança de perspectiva na área e os interesses em viabilizar um caráter polifônico, colocando em discussão outros contextos geopolíticos da tradução feminista, incluindo o oriente. Aqui destaco as publicações da Routledge, que têm reunido textos acerca de tradução, gênero e feminismos em variados contextos linguísticos, expressamente nas publicações: *Translating women: different voices and new horizons* (2017), Luise von Flotow e Farzaneh Farahzad (Orgs.); *Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives* (2017), Olga Castro e Emek Ergun (Orgs.); *Routledge handbook of translation, feminism and gender* (2020), Luise von Flotow e Hala Kamal (Orgs.).

O Brasil figura nessas publicações através dos nomes de Nísia Floresta, em função da sua tradução atribuída à obra de Mary Wollstonecraft, Rosemary Arrojo, em função da sua crítica à tradução feminista, e Claudia de Lima Costa, pela importante contribuição que esta pesquisadora brasileira tem levantado acerca do papel da tradução nos diálogos transfronteiriços e na circulação de teorias feministas transnacionais.

4.2.1. Tradução Feminista Transnacional: perspectivas de transformação social

Além das formulações da tradução e dos feminismos no campo da linguagem, pesquisadoras do contexto latino-americano têm pensado a tradução como categoria teórica e política essencial ao campo epistemológico dos feminismos. Como aponta Claudia de Lima Costa (2003), os deslocamentos das teorias feministas e suas categorias analíticas, através de diferentes topografias, geram uma zona de tensão entre os conhecimentos situados do Sul e as perspectivas teóricas do Norte Global, resultando em uma expansão epistemológica e atritos entre diferenças linguísticas, culturais e políticas que bem se expressam pela metáfora da tradução.

Tradução aqui é compreendida como o espaço fronteiro, uma zona de contato, tal qual formulada por Mary Pratt em *Imperial Eyes* (2018), em que espaços sociais colocam em evidência o contato, o choque e a disputa entre culturas geralmente marcadas por assimetrias e relações de dominação e subordinação advindas da colonização. A zona de contato, portanto, não é apenas linguística, no sentido comumente compreendida da tradução interlinguística, mas também cultural, política e ideológica, onde identidades de gênero e novas epistemologias podem ser construídas e forjadas a partir da interação com a diferença.

Nesse sentido, importante contribuição é apresentada aos Estudos Feministas da Tradução, desde perspectivas latino-americanas, por meio obra *Translocalities/ Translocalidades: feminist politics of translation in the Latin/a Americas* (2014), organizada por Sonia E. Alvarez, Claudia de Lima Costa, Verónica Feliu, Rebeca J. Hester, Norma Klahn e Millie Thayer.

As interações entre as perspectivas feministas devem ser compreendidas em contextos assimétricos e inseridas, como vimos, em uma superestrutura social e econômica que sustenta e é sustentada por relações de poder desiguais. Por isso, Costa (2003) alerta para a necessidade de levar em conta os contextos em que são produzidos determinados conhecimentos feministas e seu lugar de enunciação.

A questão do lugar se torna fundamental, não para avaliar unicamente suas categorias analíticas, mas também – e principalmente – para medir o alcance político das mesmas, isto é, as maneiras como essas intervêm nas estruturas de desigualdade social. Sempre situadas diferentemente nos sistemas de dominação, de privilégio e de exclusão, narramos (e publicamos) a partir de um lugar (tanto em seu sentido literal quanto metafórico, quero dizer, como imaginado, político, mental, etc.). Procurar entender esse lugar em todas suas dimensões nos leva à necessidade de historicizá-lo e de politizá-lo, permitindo, então, uma avaliação mais crítica da construção e institucionalização das diferenças (e das práticas políticas que as articulam). (COSTA, 2003, p. 260)

É assim que buscamos situar a produção científica brasileira no que concerne aos Estudos Feministas da Tradução, considerando as relações de poder estabelecidas entre Norte e Sul Globais, e nossa posição no sistema mundo colonial moderno. E aqui me refiro a ordem mundial estabelecida com o nascimento da América, enquanto entidade geossocial, ao longo do século XVI, cuja pré-condição foi a colonialidade, tal qual categorizada por Quijano (SEGATO, 2021).

No campo dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil, percebe-se o alargamento de conceitos da tradução feminista desde identidades localizadas em comparação às definições

do campo que inicialmente emergem no contexto canadense, como vimos, expandindo-se para o contexto europeu e reelaboradas no contexto brasileiro a partir de epistemologias marcadas por questões culturais, raciais, geopolíticas e econômicas.

4.3. OS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO NO BRASIL

Para sistematizarmos os primórdios dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil, apresento, na ilustração abaixo, uma breve cronologia das primeiras publicações no contexto brasileiro que despontaram em outras pesquisas, especialmente a partir de 2010, tendo tido aumento significativo da produção científica em torno da temática no período histórico de grandes retrocessos sociais e políticos no Brasil, como vimos anteriormente.

Figura 6 – Histórico das primeiras publicações dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Na análise acerca das referências principais do conjunto dos *corpora*, veremos a identificação dos artigos de Bassnett, Arrojo, Chamberlain e Dépêche como influências para elaboração teórica de muitos trabalhos. Na década de 1990, com exceção da crítica de Rosemary Arrojo, que se tornou referendada em obras posteriores nos EFT, praticamente não identificamos produções brasileiras. Apenas em 1999, tem-se a resenha da obra de Luise von Flotow *Translation and Gender*, escrita em inglês por Maria Cristina Schleder de Borba, publicada na *Cadernos de Tradução*. A partir dos anos 2000, entretanto, além do artigo de

Dépêche, localizamos um artigo versando sobre tradução e gênero, de autoria de Silene Moreno e Paulo Oliveira, em uma edição temática dedicada aos ET na *Revista Alfa*, da UNESP, 2000 (vide quadro 7). Nesse mesmo ano, identificamos um grupo de pesquisa “Discurso e Estudos da Tradução, sob liderança da professora da UERJ Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro, com uma linha de pesquisa focada em questões étnicas e de gênero. Não é possível identificar, no entanto, se a linha foi também criada no ano de registro do grupo⁴⁷.

É também em 2000 que emerge a produção de Claudia de Lima Costa acerca das teorias feministas e o lugar da tradução, sendo que neste ano a REF publica um volume em que a temática é enfatizada, especialmente com os comentários de Patricia Zavella sobre as teorias feministas na América Latina e políticas de tradução (vide quadro 11). A partir de 2010 é que se constata o crescimento das publicações em todos os *corpora*, sendo que o primeiro trabalho em nível de mestrado é defendido em 2010, em um programa de pós-graduação em Estudos da Tradução. Desde então, vêm se consolidando no Brasil o que hoje denominamos de os Estudos Feministas da Tradução.

Algumas características dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil podem ser evidenciadas logo que olhamos para os quadros descritivos dos nossos *corpora*, conforme se vê a seguir:

Quadro 2 – Dissertações da POET

POET – UFC				
	Título	Autoria	Orientação	Ano
1	O jargão LGBTQ em Rupaul's Drag Race traduzido e legendado por fãs: um estudo baseado em corpus	Sebastião Jairo Lima Braga Junior	Prof. ^a Dr. ^a Diana Costa Fortier Silva	2020
2	Tradução cultural e marcas de oralidade nas traduções de "O Quinze" de Rachel de Queiroz para a língua francesa	Maria Carolina de Brito	Prof. Dr. Walter Carlos Costa	2020
3	A criação poética na tradução: a proposta tradutória de José Lira para a tradução de poemas de Emily Dickinson	Alane Melo da Silva	Prof. Dr. Walter Carlos Costa	2020
4	The Obscene Madame D: uma análise da tradução da obra para o inglês sob a luz dos	Ana Luiza Menezes Moura Teodoro	Prof. ^a Dr. ^a Luana Ferreira De Freitas	2019

⁴⁷ Ao acessar as informações sobre a linha de pesquisa de um grupo no espelho do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, não é possível localizar sua data de criação.

	Estudos Descritivos da Tradução			
5	A escrita erótica na tela: a tradução de “Elena”, de Anaïs Nin, na adaptação fílmica de Delta of Venus	Camila Araujo da Silva	Prof. ^a Dr. ^a Luana Ferreira de Freitas	2017
6	Uma tradução comentada da epistolografia de Virginia Woolf e Lytton Strachey	Geórgia Gardênia Brito Cavalcante Carvalho	Prof. Dr. Walter Carlos Costa	2017
7	Seguindo Pinocchio: a ambientação, o feminino e a fuga na obra fílmica de Roberto Benigni como elementos de resignificação da obra literária de Carlo Collodi	Simone Lopes de Almeida Nunes	Prof. Dr. Yuri Brunello	2016

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quadro 3 – Dissertações da TRADUSP

TRADUSP - USP				
	Título	Autoria	Orientação	Ano
1	A tradução de cantos e narrativas Tupi-Guarani (1970 - 2019): um diagnóstico historiográfico	Helena Lúcia Silveira Barbosa	Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro	2020
2	Direitos das mulheres e injustiça dos homens: a tradução utópico-feminista de Nísia Floresta	Catarina Alves Coelho	Prof. ^a Dr. ^a Maria Sílvia Cintra Martins	2019
3	Traduzindo Twenty-one love poems de Adrienne Rich: ambivalência rítmica como revisão da tradução	Sarah Valle Camargo	Prof. Dr. Michel Sleiman	2019
4	Um estudo da tradução de marcadores culturais em O olho mais azul e Amada, à luz dos Estudos da Tradução baseados em corpus	Flávia Perez Pregnolato	Prof. ^a Dr. ^a Diva Cardoso de Camargo	2018
5	The obscene Madame D: um levantamento sobre a tradução de A obscena senhora D, de Hilda Hilst, nos Estados Unidos	Laura Santos Fogueira	Prof. ^a Dr. ^a Lenita Maria Rimoli Esteves	2017
6	Modernizando a mulher independente: de Pride and Prejudice a The Lizzie Bennet diaries	Isabela Sabbatini	Prof. ^a Dr. ^a Claudia S. Dornbusch	2017

7	A “hipótese da retradução” pelas modalidades tradutórias, nas traduções para a língua inglesa de A paixão segundo G.H.	Julieta Widman	Prof. ^a Dr. ^a Adriana Zavaglia	2016
8	Do exotismo à denúncia social: sobre a recepção de Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, na Alemanha	Raquel Alves dos Santos Nascimento	Prof. Dr. João Azenha Junior	2016
9	Análise e tradução de Il Ventre di Napoli de Matilde Serao	Luciana Cammarota	Prof. Dr. Maurício Santana Dias	2015

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 4 – Dissertações da POSTRAD

POSTRAD - UnB				
	Título	Autoria	Orientação	Ano
1	Mucamas: tradução audiovisual e lugar de fala em um documentário brasileiro	Gilda Maria Pinho Villa-Verde de Carvalho	Prof. ^a Dr. ^a Soraya Ferreira Alves	2020
2	“Para levantar as mulheres”: Harriet Ann Jacobs, (re)tradução feminista negra comentada de Incidents in the life of a slave girl (1861)	Luciene do Rêgo da Silva	Prof. ^a Dr. ^a Alessandra Ramos de Oliveira Harden	2018
3	A ilustração como tradução: avaliando ‘Orgulho e Preconceito’ em História em Quadrinho	Verônica Pereira Cordeiro	Prof. ^a Dr. ^a Alessandra Ramos de Oliveira Harden	2018
4	O jornalismo como tradução: o impeachment de Dilma Rousseff na imprensa nacional e internacional	Mariana Reis Mendes	Prof. ^a Dr. ^a Sabine Gorovitz	2017
5	Orange is the new black: uma proposta de tradução de roteiros de audiodescrição da série da Netflix	Priscylla Fernandes Dos Santos	Prof. ^a Dr. ^a Soraya Ferreira Alves	2017
6	O florescer das vozes na tradução de Purple Hibiscus, de Chimamanda Ngozi Adichie	Fernanda de Oliveira Müller	Prof. ^a Dr. ^a Sabine Gorovitz	2017
7	As quatro traduções de Mrs. Dalloway de Virginia Woolf para o português do Brasil: aspectos estilísticos	Franciele Graebin	Prof. ^a Dr. ^a Válmi Hatje-Faggion	2016
8	O século XIX do português ao espanhol: A viúva Simões, de Júlia Lopes de Almeida, traduzida e comentada	Sabrina Duque Villafañe Santos	Prof. Dr. Eclair Antônio Almeida Filho	2016

9	Uma crítica de tradução à luz da desconstrução/Estudos Queer: O Corydon, de André Gide	Henrique Augusto Barbosa de Matos	Prof. ^a Dr. ^a Júnia F. Barreto	2014
10	Norma linguística e oralidade fingida na tradução de Persépolis	Ana Cláudia Vieira Braga	Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno	2013
11	Etnocentrismo na autoria e ideologia na tradução – The Burglar of Babylon de Elizabeth Bishop	Jorgiana Antonietta Nunes de Azevedo	Prof. ^a Dr. ^a Soraya Ferreira Alves	2013

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 5 – Teses e Dissertações da PGET

PGET - UFSC				
	Título	Autoria	Orientação	Ano
1	Gênero, subversão e história em Gioconda Belli: uma crítica feminista a partir de La Mujer habitada e de sua tradução ao português brasileiro	Giordana Antônia Sfredo	Prof. ^a Dr. ^a Rosario Lázaro Igoa	2020
2 *	A tradução de relatos culturais bruxólicos de Juan Garmendia Larrañaga apoiada nos causos de Franklin Cascaes	Myrian Vasques Oyarzabal	Prof. ^a Dr. ^a Andréa Cesco Coorientadora: Prof. ^a Dr. ^a Vera Regina De Aquino Vieira	2020
3	A exposição de uma cultura de confinamento: análise da legendagem de The Magdalene Sisters, de Peter Mullan	Antônia Elizângela de Moraes Gehin	Prof. ^a Dr. ^a Alinne Balduino Pires Fernandes Coorientadora: Meritxell Hernando Marsal	2019
4 *	Tradução de histórias do sul da Nigéria: por uma consciência de tradução-contação na voz de uma bixa preta transviada no Brasil	Feibriss Henrique Meneghelli Cassilhas	Prof. ^a Dr. ^a Evelyn Martina Schuler Zea Coorientadora: Prof. ^a Dr. ^a Simone Pereira Schmidt	2019
5 *	Representações multimodais da mulher secretária no discurso da mídia no Brasil e da Inglaterra: questões de gênero nas traduções culturais	Laís Gonçalves Natalino	Prof. ^a Dr. ^a Carmen Rosa Caldas-Coulthard Prof. ^a Dr. ^a Silvana Mota-Ribeiro	2019
6	Do romance Ceremonia Secreta ao filme Secret Ceremony: perspectivas	Maria Barbara Flores Valdez	Prof. ^a Dr. ^a Meritxell Hernando Marsal	2019

	feministas sobre uma tradução intersemiótica			
7 *	A construção discursiva de identidade de gênero de tradutores e intérpretes de libras não heteronormativo	Saionara Figueiredo Santos	Prof. ^a Dr. ^a Viviane Maria Heberle	2019
8	Crónicas de Carmen Dolores: una propuesta de traducción comentada al español	Virginia Castro Boggio	Prof. ^a Dr. ^a Andréa Cesco	2019
9	Tradução comentada da obra The awful rowing toward God de Anne Sexton	Beatriz Regina Guimarães Barboza	Prof. Dr. Gilles Jean Abes Coorientador: Prof. Dr. Otávio Guimarães Tavares	2018
10	A representação da personagem Antoinette em Wide Sargasso Sea (Jean Rhys – 1966) e na sua tradução brasileira (Léa Viveiros de Castro – 2012): uma crítica feminista pós-colonial	Naylane Araújo Matos	Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume	2018
11	Análise das traduções dos contos “Os desastres de Sofia”, “Tentação” e “A legião estrangeira” de Clarice Lispector para o espanhol	Rosangela Fernandes Eleutério	Prof. ^a Dr. ^a Meritxell Hernando Marsal	2018
12	Uma noite de Ramadã de Out El Kouloub: tradução comentada do conto Leilet el Qadr	Sheila Cristina dos Santos	Prof. ^a Dr. ^a Marie-Hélène C. Torres	2018
13	May Ayim e a tradução de poesia afrodiaspórica de língua alemã	Jessica Flavia Oliveira de Jesus	Profa. Dra. Rosvitha Friesen Blume	2018
14 *	Levante dos pescadores de Santa Bárbara: comentários da estreia da narradora Anna Seghers com base em sua recepção literária	Mariana Silva de Campos Almeida	Prof. Dr. Werner Ludger Heidermann	2018
15 *	Tradução comentada de La belle et la bête (1740) de Madame de Villeneuve	Aída Carla Rangel de Sousa	Prof. ^a Dr. ^a Marie-Hélène C. Torres	2018
16 *	Mary Shelley e as cartas de Frankenstein: uma análise comparativa de seis traduções brasileiras	Lilian Agg Garcia	Prof. ^a Dr. ^a Carmen Rosa Caldas-Coulthard	2017
17	Recriando vozes (r)existentes em cores vibr(antes): uma proposta de tradução de Indigo	Flávia Wanzeller Kunsch	Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume	2017

	(1993), de Marina Warner, ao português do Brasil			
18	Orlandos: um olhar feminista sobre as traduções do romance de Virginia Woolf no Brasil	Marília Dantas Tenório Leite	Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume	2017
19	A interculturalidade em Half of a yellow sun, de Chimamanda Ngozi Adichie: uma análise comparativa das traduções portuguesa e brasileira	Fabício Henrique Meneghelli Cassilhas	Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume	2016
20	Tradutoras brasileiras dos séculos XIX e XX	Maria Eduarda dos Santos Alencar	Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume	2016
21	Tradução comentada da peça teatral Amor es más laberinto de Sor Juana Inés de la Cruz: o emaranhado jogo das antíteses*	Mara Gonzalez Bezerra	Prof. ^a Dr. ^a Andréa Cesco Coorientador: Prof. Dr. Gilles Jean Abes	2016
22 *	Modalidades de tradução na interpretação simultânea da língua portuguesa para a Língua de Sinais Brasileira: investigando questões de gênero (gender)	Silvana Nicoloso	Prof. ^a Dr. ^a Viviane Maria Heberle	2015
23	Uma análise funcionalista: como a influência londrina na obra The Years, de Virginia Woolf, se apresenta na tradução brasileira Os Anos	Janaína Freire Meneghel	Prof. Dr. Fabiano Seixas Fernandes Coorientadora: Prof. ^a Dr. ^a Andréa Cesco	2015
24 *	Da mente do criador à mente do tradutor: tradução comentada de The Mind of the Maker de Dorothy L. Sayers	Gabriele Greggersen	Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume	2014
25 *	Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos	tatiana nascimento dos santos	Prof. ^a Dr. ^a Luciana Rassier	2014
26 *	A voz da tradutora Clarice Lispector em livros infantojuvenis do gênero aventura	Marcílio Garcia de Queiroga	Prof. Dr. Lincoln P. Fernandes	2014
27 *	Retradução comentada de Corinne ou L'italie de Mme de Staël	Narceli Piucco	Prof. ^a Dr. ^a Marie-Hélène C. Torres	2014
28	A voz do tradutor desafiando os 'poderes' do contexto de cultura: uma análise sistêmico-funcional da primeira tradução	Jerusa Regina dos Santos	Prof. ^a Dr. ^a Maria Lúcia Vasconcellos Coorientador: Prof. Dr. Lincoln Paulo Fernandes	2013

	brasileira de Jane Eyre (1847), de Charlotte Brontë			
29	Tradução do diálogo feminista entre culturas periféricas sobre o feminismo de culturas centrais: um estudo de caso para a aplicação do modelo funcionalista de Christiane Nord	Monique Pfau	Prof. Dr. Markus J. Weininger Coorientadora: Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume	2010
30	A voz da tradutora: paratextos em traduções de mulheres italianas nos séculos XVII e XVIII	Raquel Dotta Corrêa	Prof. ^a Dr. ^a Rosvitha Friesen Blume Coorientador: Prof. Dr. Sergio Romanelli	2010
31	Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de Língua de Sinais Brasileira	Silvana Nicoloso	Prof. ^a Dr. ^a Viviane Maria Heberle	2010

* Tese de doutorado

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 6 – Artigos publicados em periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução

Artigos publicados em periódicos online especializados em Estudos da Tradução				
	Título	Autoria	Palavras-chave	Local e ano de publicação
1	Estilística tradutória, temas e gênero em Psychology, de Mansfield, e em três de suas traduções para o português brasileiro	Márcia Tavares Chico e Roberta Rego Rodrigues	Estilística tradutória. Linguística sistêmico-funcional. Estrutura temática. Gênero. Contos.	<i>Revista Belas Infiéis</i> (UnB), 2020
2	Simone de Beauvoir na Argentina: o papel das editoras e das traduções na recepção de seu trabalho	Beatriz Emilce Cagnolati, María Luisa Femenías e Jovanka Vukovic	Traduções argentinas. Mecanismos discursivos. Editoras. Simone de Beauvoir.	<i>Revista Belas Infiéis</i> (UnB), 2019
3	Estudos Feministas de Tradução: um recorte de pesquisas do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET-UFSC)	Naylane Araújo Matos, Beatriz Regina Guimarães Barboza e Sheila Cristina dos Santos	Estudos Feministas de Tradução. História da Tradução. PGET-UFSC.	<i>Revista Belas Infiéis</i> (UnB), 2018
4	Gênero e tradução: a escritora quebequense Anne Hébert em foco	Lilian Virginia Porto e Ofir	Gênero e tradução. Anne Hébert. Tradução feminista.	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2014

		Bergemann de Aguiar		
5	Tradução do feminino: Szyborska	Olga Donata Guerizoli Kempinska	Tradução. Gênero. Humor. Szyborska.	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2014
6	A tradução como mediação cultural: Antologia de contos de escritoras brasileiras contemporâneas em alemão	Rosvitha Friesen Blume e Maria Hummitzsch	Contos de escritoras brasileiras contemporâneas em tradução. Tradução para o alemão. Gênero e tradução. Mediação cultural.	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2009
7	A pouca visibilidade das escritoras brasileiras traduzidas na França no século XX	Marie-Hélène Catherine Torres	Tradução. História da tradução. Visibilidade.	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2007
8	Tradução de prefácios encontrados em obras traduzidas por mulheres nos séculos XVII e XVIII na Itália	Raquel Dotta Corrêa e Sergio Romanelli	NA*	<i>In-Traduções</i> (UFSC), 2010
9	Voy a dormir, de Alfonsina Storni: uma perspectiva sobre análise de tradução de poesia	Sabrina Lafuente Gimenez	Tradução. Poesia. Análise.	<i>In-Traduções</i> (UFSC), 2011
10	A presença discursiva do tradutor em combate à censura	Jerusa R. dos Santos	Presença discursiva do tradutor. Joanna Eyre. Censura.	<i>In-Traduções</i> (UFSC), 2012
11	Women translators in nineteenth-century Brazil and Portugal: comparative historiography and feminist epistemology	Dennys Silva-Reis e Luciana Carvalho Fonseca	Women Translators. Translation History. Feminism. Brazil. Portugal	<i>Revista Translatio</i> (UFRGS), 2020
12	Quem nomeou essas mulheres “de cor”? Políticas feministas de tradução que mal dão conta das sujeitas negras traduzidas	tatiana nascimento	Teoria feminista negra. Tradução feminista anticolonial. Políticas de tradução.	<i>Revista Translatio</i> (UFRGS), 2017
13	Found in translation: (Re-)construindo memória afetivo-cultural através da tradução de poesia negra de e para a língua alemã	Jessica Oliveira de Jesus	Diáspora negra. Tradução. Poesia. May Ayim. tatiana nascimento.	<i>Revista Translatio</i> (UFRGS), 2017

14	Escritas afrofemininas em tradução: The color of tenderness e L’histoire de Ponciá	Marcela Iochem Valente e Luciana de Mesquita Silva	Tradução. Literatura afro-brasileira. The Color of Tenderness, L’Histoire de Ponciá	<i>Revista Translatio</i> (UFRGS), 2017
15	Um projeto de tradução funcionalista – justificando futuras decisões tradutórias	Monique Pfau	Estudos da Tradução. Christiane Nord. Projeto de Tradução. Estudos de Gênero.	<i>Revista Translatio</i> (UFRGS), 2012
16	A woman’s place: uma análise comparativa da personagem Serena Joy do livro para as telas	Alane Melo da Silva	Margaret Atwood. O conto da Aia. Serena Joy.	<i>Transversal</i> (UFC), 2018
17	Macbeth e o cinema noir: Lady Macbeth como uma femme fatale?	Lucyana do Amaral Brilhante	Cinema noir. Joe Macbeth. Papel feminino. Lady Macbeth.	<i>Transversal</i> (UFC), 2015
18	O papel de Hélène Cixous na divulgação de Clarice, à luz da teoria de Lefevere	Alexandra Almeida de Oliveira Ofir Bergemann de Aguiar	Clarice Lispector. Hélène Cixous. André Lefevere. Reescrituras. Crítica feminista.	<i>Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores</i> (Anhanguera Educacional), 2008
19	Sobre tradução feminista (ou de gênero?) no Brasil: algumas considerações	Ana Maria de Moura Schäffer	Tradução de gênero. Movimento feminista. Linguagem inclusiva. Estudos de gênero.	<i>Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores</i> (Anhanguera Educacional), 2010
20	Sobre vozes, ecos e sua irrupção no texto traduzido	Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan	História oral. Abordagem feminista em tradução. Lealdade.	<i>Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores</i> (Anhanguera Educacional), 2012
21	A Água viva de Clarice: criações na tradução	Marcela Lanius Marcia Martins	Clarice Lispector. Tradução literária. Água viva.	<i>TradTerm</i> (USP), 2016

22	Feminist, "orgasmic" theories of translation and their contradictions	Rosemary Arrojo	Feminismo. Gênero. Teoria de tradução. Pós-modernismo.	<i>TradTerm</i> (USP), 1995
23	Joyce Lussu's 'Africa, Out of Portugal': translating José Craveirinha, Kaoberdiano Dambarà, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, and Alexander O'Neill in Italian	Claudia Capancioni	Antifascismo. Mediação Cultural. Movimentos de Libertação. Comunicação Poética. Tradução Pós-Colonial.	<i>Scientia Traditionis</i> (UFSC), 2012

*NA – Not Available

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 7 – Entrevistas publicadas em periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução

Entrevistas publicadas em periódicos online especializados em Estudos da Tradução				
	Título	Autoria	Palavras-chave	Local e ano de publicação
1	Entrevista com Suzanne Jill Levine	Carolina Geaquinto Paganine	Tradução literária. Literatura latino-americana. Criação.	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2020
2	Entrevista com Luise von Flotow	Luciana Wrege Rassier e Rosvitha Friesen Blume	NA*	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2011

*NA – Not Available

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 8 – Artigos publicados em periódicos *online* com edições temáticas em Estudos da Tradução

Artigos publicados em periódicos online com edições temáticas em Estudos da Tradução				
	Título	Autoria	Palavras-chave	Local e ano de publicação
1	Da servilidade da tradução subversiva: servir a quem, por quê?	Silene Moreno e Paulo Oliveira	Tradução e subversão. Gênero. Pós-modernidade. Haicai.	<i>Alfa: Revista de Linguística</i> (UNESP), v. 44, 2000
2	Tradução e feminismos negros (edição temática)	Cibele de Guadalupe Sousa Araújo, Dennys Silva-		<i>Ártemis</i> (UEPB), v. 27, n. 1, 2019

		Reis e Luciana de Mesquita Silva (Orgs.)		
3	Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber	Claudia de Lima Costa	Colonialidade do poder. Traduções latino-americanas. Colonialidade do gênero.	<i>Fragmentos</i> (UFSC), v. 21, n. 2, 2010
4	Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero	Rosvitha Friesen Blume	Estudos da Tradução. Estudos de Gênero. Prática feminista de tradução.	<i>Fragmentos</i> (UFSC), v. 21, n. 2, 2010
5	“Pren-me, desfes-me, refes-me”: Maria-Mercè Marçal traduzida em/como parceria	Beatriz Regina Guimarães Barboza e Meritxell Hernando Marsal	Tradução. Maria-Mercè Marçal. Poesia catalã. Estudos Feministas de Tradução.	<i>Gragoatá</i> (UFF), v. 29, n. 49, 2019
6	Poética do 'ser'-com em 'I tu', de Cecília Vicuña: provocações para a tradução do estrangeiro em 'performance'	Eleonora Frenkel-Barretto	Cecília Vicuña. Literatura latino-americana. Tradução. Performance.	<i>Gragoatá</i> (UFF), v. 29, n. 49, 2019
7	O sexual no corpo da língua	Paulo Sergio de Souza Junior	Língua. Tradução. Gênero. Psicanálise.	<i>Gragoatá</i> (UFF), v. 29, n. 49, 2019
8	Tradução e comentário de uma canção medieval de mal casada	Gilberto de Sousa Lucena e Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne	Poesia medieval. Trovadorismo feminino. Balada. Canção de mal casada.	<i>Graphos</i> (UFPB), v. 11, n. 2, 2009
9	Ana Cristina Cesar, tradutora de Katherine Mansfield	Adriana de Freitas Gomes e Maria Clara Castellões de Oliveira	Ana Cristina César. Katherine Mansfield. “Bliss”. Tradução. Gênero.	<i>Ipotesi</i> (UFJF), v. 13, n. 1, 2009
10	A tradução brasileira de <i>Wide Sargasso</i>	Naylane Araújo Matos	<i>Wide Sargasso Sea</i> . Tradução. Mediação cultural.	<i>Letras Raras</i> (UFCG), v. 7, n. 2, 2018

	<i>Sea</i> , de Jean Rhys: uma crítica feminista pós-colonial		Feminismo. Pós-colonialismo.	
11	O Gênero na Tradução do Gênesis	Luana Ferreira de Freitas	NA*	<i>Revista Brasileira de Linguística Aplicada</i> (UFMG), v. 2, n. 2, 2002
12	Diáspora negra em contexto de tradução: discutindo a publicação de Mulheres, raça e classe, de Angela Davis, no Brasil	Luciana de Mesquita Silva	Tradução. Diáspora negra. Mulheres, raça e classe.	<i>Trabalhos em Linguística Aplicada</i> (UNICAMP), v. 57, n. 1, 2018
13	Nineteenth century women translators in Brazil: from the novel to historiographical narrative	Dennys Silva-Reis e Luciana Carvalho Fonseca	Women translators. Nineteenth-century. Translation historiography. Novels. Corpus linguistics.	<i>Revista Brasileira de Literatura Comparada</i> (ABRALIC), v. 20, n. 34, 2018
14	Translation and the anglophone black female literature in Brazil	Norma Diana Hamilton	Translation Studies. Black Feminism. Black Caribbean female writers. Post-colonial Literary Translation.	<i>Revista Brasileira de Literatura Comparada</i> (ABRALIC), v. 20, n. 34, 2018

*NA – Not Available

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 9 - Artigos publicados em outros periódicos e *e-books* na área de Letras

Artigos publicados em outros periódicos e e-books na área de Letras				
	Título	Autoria	Palavras-chave	Local e ano de publicação
1	Além das tradutoras canadenses: práticas feministas de tradução ontem e hoje	Pâmela Berton Costa e Lauro Maia Amorim	Estudos Feministas da Tradução. Identidade. Feminismos. Tradução.	<i>Revista Estudos Linguísticos</i> , v. 48, n. 3, 2019.
2	Tradução e luta pelo controle de poder:	Naylane Araújo Matos	Estudos da Tradução. Tradição.	SALVADORI; POMPEU; FELIX (Orgs.). <i>Desescrias e</i>

	uma perspectiva de gênero		Relações de Poder. Gênero.	<i>Desleitura Contemporâneas e O Jogo do Texto: O Autor e o Leitor nas suas Práticas na Contemporaneidade.</i> Série e-books ABRALIC, 2018.
3	História, cultura e memória: a literatura de Nísia Floresta como fonte do direito das mulheres	Alana Lima de Oliveira	História do Direito das Mulheres. Feminismo. Tradução Cultural.	<i>Revista de Direito, Arte e Literatura</i> , v. 2, n.2, 2016.
4	Tradução & gênero: tradutoras brasileiras das décadas de 1930 e 1940	Maria Clara Castellões de Oliveira	NA*	AMORIM; RODRIGUES; STUPIELLO (Orgs.). <i>Tradução: perspectivas teóricas e práticas</i> [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
5	Gênero e tradução – Questões culturais sobre a transmissão de conhecimento	Monique Pfau	Estudos de Gênero. Estudos da Tradução. Relações de Poder. Comunicação.	<i>Revista Criação & Crítica</i> , n. 8, 2012.
6	Sobre tradução feminista (ou de gênero?) no Brasil: algumas considerações	Ana Maria de Moura Schäffer	Tradução de gênero. Movimento Feminista. Linguagem inclusiva. Estudos de Gênero.	<i>Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores</i> , n. 21, 2010.
7	A tradução de gênero entre fal(t)as e excessos no imaginário de tradutoras brasileiras	Ana Moura Schäffer	Tradução de gênero. Tradução Feminista. Linguagem Inclusiva.	<i>Sínteses</i> , v. 15, 2010.
8	A luta feminista na/pela linguagem: apontamentos para uma tradução de <i>Lives of Girls and Women</i>	Beatriz Gregório dos Santos e Érica Lima	Alice Munro. Feminismo. <i>Lives of Girls and Women</i> . Tradução feminista.	<i>Escrita</i> . PUC-Rio, s/d.

9	A tradução feminista: teorias e práticas subversivas – Nísia Floresta e a Escola de Tradução Canadense	Marie-France Dépêche	NA	<i>Textos de História</i> , v. 8, n. ½, 2000.
---	--	----------------------	----	---

*NA – Not Available

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 10 – Resenhas de obras sobre tradução e gênero publicadas em periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução e outros periódicos de Letras

Resenhas de obras sobre tradução e gênero publicadas em periódicos online especializados em Estudos da Tradução e outros periódicos				
	Título	Autoria	Palavras-chave	Local e ano de publicação
1	Resenha de Gender and Translation - understanding agents in transnational reception	Beatriz Regina Guimarães Barboza	Estudos Feministas de Tradução. Estudos da Tradução. Estudos de Gênero. Estudos de Recepção. Escandinávia.	<i>Revista Belas Infieis</i> (UnB), 2018
2	Resenha de Translation, ideology and gender	Lia Martins	Tradução. Ideologia. Gênero.	<i>Revista Belas Infieis</i> (UnB), 2020
3	Resenha de Translation, ideology and gender	Alane Melo da Silva	Gênero. Tradução. Ideologia	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2018
4	Resenha de Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives	Beatriz Regina Guimarães Barboza	Estudos Feministas da Tradução. Tradução. Feminismo	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2018
5	Resenha de Mittlerin zwischen den Kulturen – Mittlerin zwischen den Geschlechtern? – Studie zur Theorie und Praxis feministischer Übersetzung	Werner Heidemann	NA*	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2004
6	Resenha de Translation and Gender: translating in the “era of feminism”	Maria Cristina Schleder de Borba	NA	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 1999
7	Resenha de Translating Women (2011) e Translating Women:	Beatriz Regina Guimarães Barboza	NA	<i>Revista da Anpoll</i> , v. 1, n. 44, 2018.

	different voices and new horizons (2017), de Luise von Flotow			
8	Resenha de Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives	Naylane Araújo Matos e Andréia Guerini	NA	<i>Revista de Letras (UFC)</i> , v. 1, n. 39, 2020.
9	Resenha de Traduções da cultura: perspectivas feministas (1970-2010)	Rosangela Fernandes Eleutério	NA	<i>Revista de Letras (UFC)</i> , v. 1, n. 39, 2020.

*NA – Not Available

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quadro 11 – Traduções publicadas em periódicos *online* especializados em Estudos da Tradução

Traduções publicadas em periódicos online especializados em Estudos da Tradução				
	Título	Autoria	Palavras-chave	Local e ano de publicação
1	Escrever entre as línguas: tradução e gênero em Nancy Huston	Jane Elisabeth Wilhelm Tradução de Pâmela Berton Costa e Maria Angélica Deângeli	Auto-tradução. Gênero. Nancy Huston	<i>Revista Belas Infêis (UnB)</i> , 2017
2	Aquém das fronteiras: a produção e a tradução literária de autoras latino-americanas (número especial dedicado à tradução de autoras latino-americanas)	Barbara Zocal e Wilson Alves-Bezerra (Orgs.)		<i>Cadernos de Literatura em Tradução (USP)</i> , 2019
3	Mulheres, revoluções e missões	Graziela Schneider	Revolução Russa. Aleksandra Kollontai. Movimentos de mulheres. Questão de mulheres. Tradução.	<i>Cadernos de Literatura em Tradução (USP)</i> , 2018
4	A Máscara, de Grada Kilomba	Jessica Oliveira de Jesus	Tradução. Colonialismo. Memória. Trauma. Descolonização.	<i>Cadernos de Literatura em Tradução (USP)</i> , 2016

5	“Hard against the soul”, de Dionne Brand	tatiana nascimento dos santos e Priscila Francisco Pascoal	Tradução. Poesia Dionne Brand.	<i>Cadernos de Literatura em Tradução</i> (USP), 2016
6	A tradução de “A Woman is a Child”, um conto de Yvonne Vera	Cibele de Gadalupe Sousa Araújo	Tradução. Yvonne Vera. Tradução comentada	<i>Cadernos de Literatura em Tradução</i> (USP), 2016
7	“Catálogo dos preços do amor” ou Renée Dunan, uma libertária	Nícia Adan Bonatti	NA*	<i>Cadernos de Literatura em Tradução</i> (USP), 2009
8	Escrevendo em terra de homem nenhum: questões de gênero e tradução	Susan Bassnett Tradução de Naylane Araújo Matos	Tradução e gênero. Tradução feminista. Políticas de tradução.	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2020
9	Poesía y traducción en el exilio: la obra de Alaíde Foppa	An Van Hecke	Alaíde Foppa. Guatemala. México. Exílio. Traducción de poesia.	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFSC), 2018
10	“Eu gosto de mulheres”: considerando afinidades femininas na tradução”, de Pilar Godayol	tatiana nascimento dos santos	NA	<i>In-Traduções</i> (UFSC), 2013
11	Reflexões sobre a educação de filhas, de Mary Wollstonecraft**	Débora de Oliveira	NA	<i>Cadernos de Tradução</i> (UFRGS), 2015
12	Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã, de Olympe de Gouges	Esther Alessandra Alves de Souza	Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã. Política feminista. Tradução.	<i>Translatio</i> (UFRGS), 2019
13	Proposta de duas traduções do conto The woman, de Alice Dunbar-Nelson	Márcia Moura da Silva e Bruna Navarrina de Moura	Tradução literária. Funcionalismo. Feminismo. Alice Dunbar-Nelson. The Woman.	<i>Translatio</i> (UFRGS), 2020
14	Conectando Petina Gappah com os leitores brasileiros: uma tradução comentada de “Miss Mcconkey of bridgewater close”	Cibele de Guadalupe Sousa Araújo	Petina Gappah. Literatura do Zimbábue. Tradução comentada.	<i>Translatio</i> (UFRGS), 2017

15	(Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?	Olga Castro Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza	Tradução feminista. Paratradução feminista. Ideologia. Terceira onda feminista. Gênero e tradução.	<i>TradTerm</i> (USP), 2017
----	---	---	--	-----------------------------

* Not Available

** Única mulher traduzida na edição especial “Ensaístas ingleses do século XVIII”

Fonte: Elaboração de autora, 2021.

Quadro 12 – Trabalhos publicações na REF – *Revista Estudos Feministas* (UFSC)

Trabalhos publicados na REF – Revista Estudos Feministas (UFSC)				
	Título	Autoria	Palavras-chave	Ano de publicação
1	Traduzir o queer: uma opção viável?	Anselmo Peres Alós	Teoria queer. Tradutologia. Gênero. Sexualidade	2020
2	Nísia Floresta e ainda a controvérsia da tradução de Direitos das mulheres e injustiça dos homens	Lia Pinheiro Barbosa e Vinícius Madureira Maia	Feminismo. Pensamento brasileiro. Tradução	2020
3	Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos	Caroline Betemps	Feminismos transnacionais. Opção descolonial. Feminismos antirracistas.	2019
4	Judith Butler en Argentina. Recepción y polémicas en torno a la teoría de la performatividad del género	Nayla Luz Vacarezza	Judith Butler. Performatividad. Recepción. Argentina.	2019
5	Literatura negra, feminismo negro e tradução: uma entrevista com Conceição Evaristo	Jessica F. Oliveira de Jesus, Fabrício Henrique Meneghelli Cassilhas e Silvana Martins dos Santos	Literatura negra. Tradução. Conceição Evaristo. Entrevista.	2018
6	A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução	Claudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez	Tradução. Viagens das teorias. Publicações científicas. Cânone feminista.	2013

7	Desafios da linguagem no diálogo dos estudos feministas com os movimentos sociais	Ana Alice Alcantara Costa e Clarice Costa Pinheiro	Produção de conhecimento. Estudos feministas. Tradução. Linguagem.	2013
8	Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções	Mara Coelho de Souza Lago	Teorias. Feminismo. Gênero. Psicanálise.	2010
9	Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates	Claudia de Lima Costa	Narrativas feministas. Tradução cultural. Políticas de citação.	2009
10	Translocalidades: por uma política feminista da tradução (sessão temática)	Claudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez	Translocalidade. Tradução. Cosmofeminismo.	2009
11	Construindo uma política feminista translocal da tradução	Sonia E. Alvarez	Tradução. Feminismos transnacionais. Raça/racismo. Feminismos latinoamericanos. Latinas	2009
12	Límites y fronteras: la pedagogía del cruce y la transdisciplina en la obra de Gloria Anzaldúa	Marisa Belausteguigoitia Rius	Anzaldúa. Pedagogía. Cruzar fronteras. Transdisciplina.	2009
13	Sedução e identidade nacional: dançarinas eróticas brasileiras no Queens, Nova York	Suzana Maia	Transnacionalismo. Dançarinas eróticas brasileiras. Sexualidade. Raça e classe.	2009
14	Cravo, canela, bala e favela	Simone Pereira Schmidt	Corpo feminino. Ficção de autoria feminina brasileira. Raça. Gênero. Exílio. Deslocamento.	2009
15	Revistas y políticas de traducción del feminismo mexicano contemporáneo	Márgara Millán	Revistas feministas. Traducción. Transnacionalización. Feminismo mexicano.	2009
16	A seção Debates em revista: práticas feministas de tradução	Simone Pereira Schmidt	Seção debates. Revista estudos feministas. Tradução cultural. Feminismo.	2008
17	As publicações feministas e a política transnacional da	Claudia de Lima Costa	Teorias feministas. Tradução cultural. Mediação. Eixo. Norte-sul.	2003

	tradução: reflexões do campo			
18	As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução	Claudia de Lima Costa	Teorias feministas. Política. Tradução cultural. Américas. Migração discursiva.	2000
19	Comentários sobre teorias feministas na/s América/s Latina/s: a política transnacional da tradução	Patricia Zavella	Feminismo global. Tradução transnacional. Gênero. Imaginário cultural. Racismo.	2000
20	Diálogos del género o como no caerse del mapa	Nora Dominguez	Género. Traducción. Crítica literaria latinoamericana. Escrituras del nomadismo urbano	2020

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

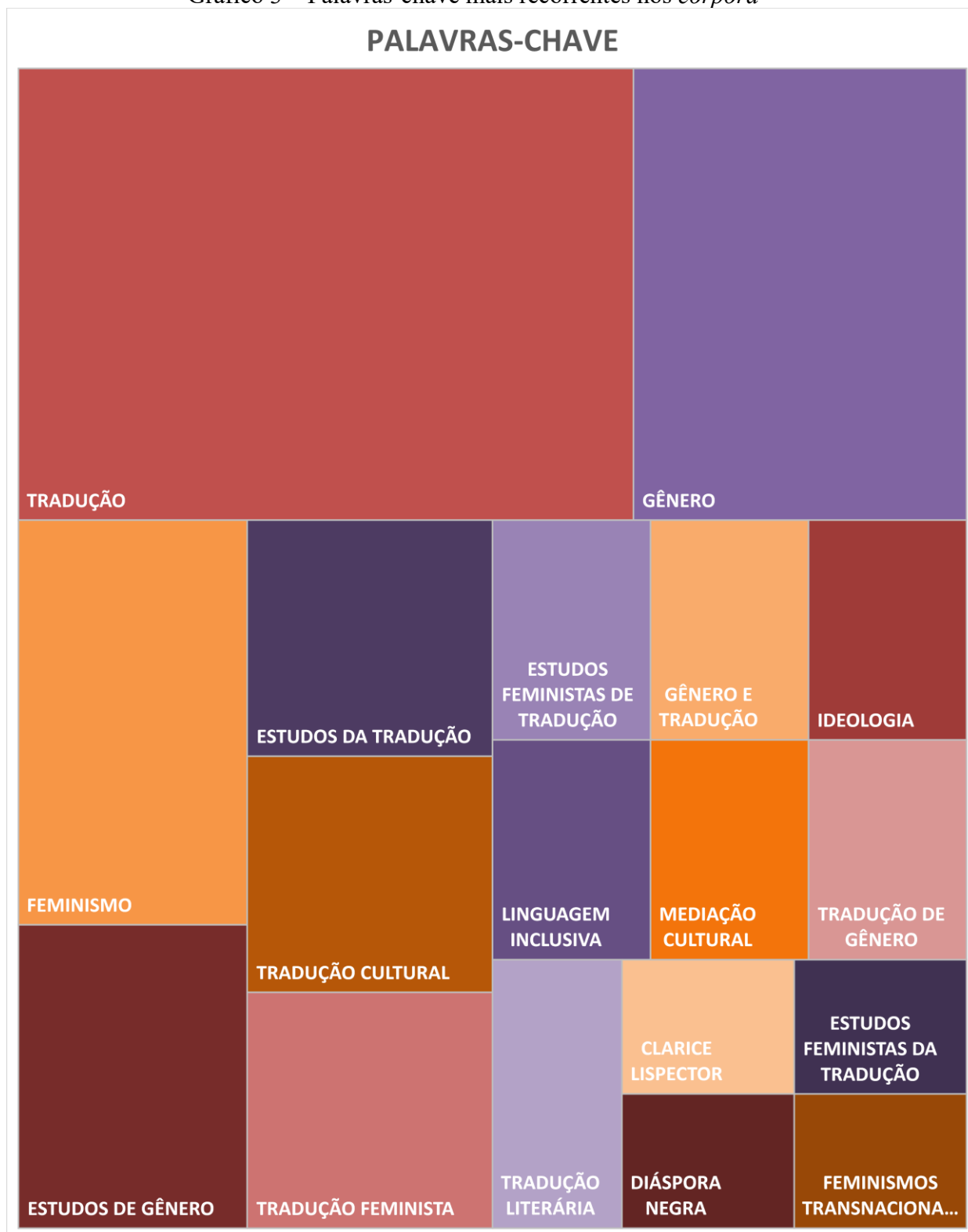
Quadro 13 - Grupos de pesquisa em tradução e gênero certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Grupo/linha de Pesquisa	Instituição	Líder(es)	Ano de Formação
Discurso e Estudos de Tradução Linha de pesquisa “O olhar e a voz do outro: questões de gênero e etnia nas Literaturas de Língua Inglesa”	UERJ	Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro	2000
Grupo Christine de Pizan Linha de pesquisa “Tradução de textos medievais de autoria feminina”	UFPB	Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne e Claudia Costa Brochado	2007
GEFLIT - Grupo de Estudos Feministas na Literatura e na Tradução	UFSC	Alinne Balduino Pires Fernandes	2016
A tradução como prática decolonial: questões de gênero e etnia	UERJ	Rita de Cássia Miranda Diogo	2018
A tradução como ferramenta de resistência e inclusão Linha de pesquisa “Tradução, feminismo e estudos negros: história e novos desafios”	UnB	Alessandra Ramos de Oliveira Harden	2019

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Além dos títulos, que em geral especificam os objetos de pesquisa e algumas de suas abordagens, vemos nos quadros acima a recorrência de muitas palavras-chave, conforme podemos visualizar no mapa de árvore a seguir:

Gráfico 3 – Palavras-chave mais recorrentes nos *corpora*



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

O mapa acima corrobora com as discussões já levantadas em diferentes aspectos, acerca dos feminismos transnacionais, do caráter ideológico da tradução, da perspectiva da tradução cultural, da importância da revisão da linguagem como campo de disputa para fins de inclusão social de gênero, etc. A partir dessas palavras-chave identificamos que: 1) Tradução e Gênero são as palavras mais recorrentes nas palavras-chave dos trabalhos dos *corpora*; 2) a tradução literária é majoritária nas pesquisas em Estudos Feministas da Tradução no Brasil; 3) Clarice Lispector é foco recorrente nos *corpora*; 4) a diáspora negra marca uma peculiaridade dessa área de estudo no contexto brasileiro.

4.3.1. Terminologia

A adesão da terminologia Gênero e Estudos de Gênero na academia brasileira, como vimos no tópico 3.2, ressoa no campo dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil, demonstrando que a terminologia da área está em consonância com o que se cristaliza e se institucionaliza em outras áreas do saber. Importante ressaltar que tal terminologia não é uma especificidade do contexto brasileiro, ela é inserida na produção científica nacional pela tradução da terminologia em inglês (*gender*). Basta retomarmos às formulações teóricas iniciais no âmbito da tradução feminista canadense, em que identificamos as expressões “*gender in translation*” e “*translation and gender*”, adotadas por Simon (1996) e von Flotow (1997) respectivamente (vide figura 5).

No deslocamento da área para o contexto europeu, também é possível identificarmos a recorrência de expressões em torno de *translation* e *gender* nas publicações da área, a saber, “*Gender and translation*”, “*Translation and gender*”, “*Gender in translation*”, “*Translating gender*”, “*Translation of gender*” e “*Gender, sex and translation*”, conforme apresentadas na “word cloud” elaborada por Federici e Leonardi, em *Bridging the gap between theory and practice in Translation and Gender Studies* (2010).

Podemos também relacionar o uso de “gênero” nos Estudos Feministas da Tradução à busca por legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos de 1980, conforme aponta Joan Scott (2019), vide tópico 3.2. No entanto, embora gênero apareça como uma das palavras-chave mais recorrentes nos trabalhos dos *corpora*, a terminologia mais aderida pelos

trabalhos para se referir à área de estudo é marcada pelo feminismo, conforme podemos ver na tabela e nos gráficos abaixo⁴⁸:

⁴⁸ Não se apresentam nesta análise os *corpora* 3 e 4 por entendermos que o *corpus* 3, composto por resenhas de obras majoritariamente produzidas no contexto científico exterior, indicaria mais sobre a terminologia usada no contexto anglo-saxão, como veremos adiante, do que sobre a terminologia no âmbito nacional. Do mesmo modo, o *corpus* 4 concentra-se na prática de tradução em detrimento da elaboração teórica da área específica de pesquisa.

Tabela 1 – Terminologia (*Corpus 1*)

Programa de Pós-Graduação	Total de trabalhos	Terminologia	Quantidade de Trabalhos	Nº de Ocorrências
PGET	31	Estudos Feministas	18	117
		Tradução Feminista	10	95
		Estudos Feministas da/de Tradução	3	36
		Gênero e Tradução	4	7
		Estudos sobre/da Mulher	1	6
		Tradução e gênero	1	5
POSTRAD	11	Tradução Feminista	2	97
		Estudos Feministas	3	8
		Gênero e Tradução	1	1
		Estudos Feministas da/de Tradução	0	0
		Estudos sobre/da Mulher	0	0
		Tradução e gênero	0	0
TRADUSP	9	Estudos Feministas da/de Tradução	1	20
		Estudos Feministas	2	11
		Estudos sobre/da Mulher	1	6
		Tradução Feminista	1	3
		Tradução e gênero	1	3
		Gênero e Tradução	1	1
POET	7	Estudos Feministas	1	1
		Estudos Feministas da/de Tradução	0	0
		Estudos sobre/da Mulher	0	0
		Tradução Feminista	0	0
		Gênero e Tradução	0	0
		Tradução e gênero	0	0

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Expressamente, as terminologias “Estudos Feministas” e “Tradução Feminista” são as mais recorrentes no *corpus* 1. Há maior presença dessas terminologias nos trabalhos da PGET, explicada pelo fato de ser este o programa com maior número de trabalhos apresentados nos *corpora*, além de ser o único no Brasil em nível de doutorado em Estudos da Tradução até então. Também é necessário situar este programa em meio a uma instituição com tradição acadêmico-feminista, a Universidade Federal de Santa Catarina, que atualmente abriga a REF e organiza o Seminário Internacional Fazendo Gênero, cujas últimas edições apresentaram um número significativo de trabalhos na área dos EFT.

Na edição de 2021, o Fazendo Gênero contou com simpósios específicos da área da tradução, propostos por professoras da PGET em colaboração com professoras de outras instituições, a saber, o simpósio “Estudos Feministas e Estudos da Tradução: reconhecimentos, possibilidades e desafios”, coordenado por Andréia Guerini (UFSC), Ana Maria Chiarini (UFMG) e Karine Simoni (UFSC) e o simpósio “Lugares na fala, corpos na escrita: o papel dos gêneros nos estudos da linguagem e nos Estudos Feministas da Tradução”, coordenado por Leandra Cristina de Oliveira (UFSC), Meritxell Hernando Marsal (UFSC) e Carolina Parrini Ferreira (UFSC).

Antes da edição de 2021, na edição de 2017, embora não tenhamos identificado simpósios específicos da área da tradução, localizamos trabalhos de pesquisadoras situadas em diferentes contextos que já vinham discutindo feminismos e tradução, sendo eles:

Quadro 14 – Trabalhos sobre feminismos e tradução no Fazendo Gênero 2017

Trabalhos sobre feminismos e tradução no Fazendo Gênero 2017		
Título	Autoria	Filiação Institucional
Tradução feminista comentada de <i>Incidents in the life of a slave girl</i> (1861) de Harriet Ann Jacobs	Luciene do Rêgo da Silva	UnB
Tradução e encenação de teatro escrito por mulheres: um estudo de caso sobre “Eclipse” de Patricia Brogan	Alinne Balduino Pires Fernandes	UFSC
O pensamento de Angela Davis no Brasil: considerações sobre a tradução de <i>Women, Race and Class</i>	Luciana de Mesquita Silva	CEFET/RJ
Que vadia branca é essa?: reflexões sobre feminismos, branquitude e tradução politicamente investida a partir da Marcha das Vadias de Goiânia/GO	Paula Nogueira Pires Batista	UFG
Direitos humanos traduzidos em português	Thula Rafaela de Oliveira Pires	PUC-Rio

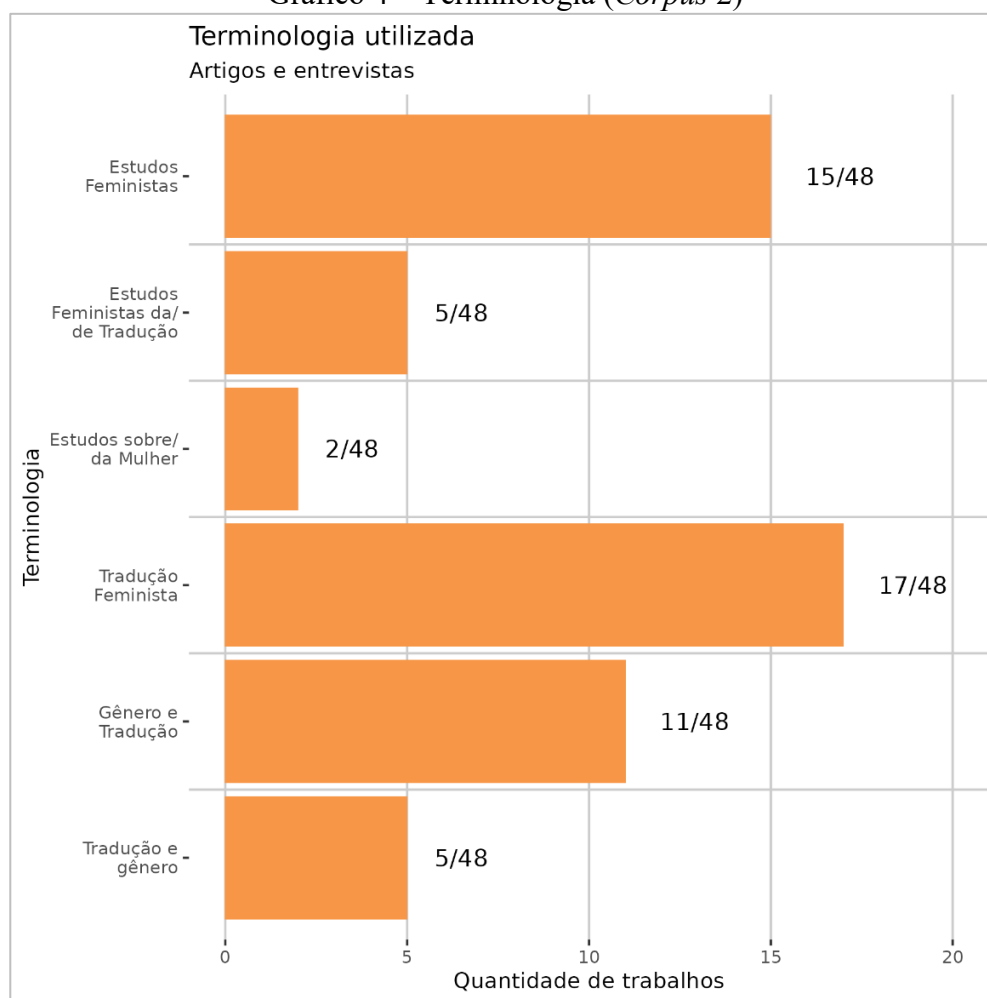
Poder judiciário e Lei Maria Penha: traduções e contradições	Tatyane Guimarães Oliveira	UFBA
Tradutoras brasileiras dos séculos XIX e XX	Maria Eduarda	UFPE
The Padwan Affair - traduzindo uma distopia de gênero	Catarina Alves Coelho	USP
Traduciendo los testimonios de las mujeres víctimas del desplazamiento en Colombia	Catalina Revollo Pardo	UFRJ
O processo de feminização profissional nas narrativas de tradutores/intérpretes de Língua de Sinais	Shanna Schwarz Krening	Universidade Luterana do Brasil

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Note-se que alguns dos nomes acima aparecem como autoria de trabalhos que compõem os *corpora*, demonstrando uma recorrência de interesse nesse campo de pesquisa por parte dessas pesquisadoras, sendo que a professora Alinne Balduino Pires Fernandes aparece no *corpus* 6 como líder do grupo de pesquisa GEFLIT – Grupo de Estudos Feministas na Literatura e na Tradução. Também, as coordenadoras dos simpósios do Fazendo Gênero 2021 aparecem como orientadoras de trabalhos que compõem o *corpus* 1.

Vemos até aqui as relações entre PGET, Fazendo Gênero e REF, sendo esse programa de pós-graduação, esse evento científico e essa revista científica espaços significativos da produção científica nacional em EFT. Vale ressaltar que a minha inserção no contexto acadêmico da Universidade Federal de Santa Catarina me possibilita conhecer mais proximamente as produções desse contexto. Não deixo de reconhecer, entretanto, que outros programas de pós-graduação (incluindo os não específicos em Estudos da Tradução) de outras universidades brasileiras, seus eventos e revistas, abrigam trabalhos que podem aqui não ser evidenciados pelos limites objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, saliento os eventos: ENTRAD - XIII Encontro Nacional de Tradutores e VII Encontro Internacional de Tradutores, de 2019, na Universidade Federal da Paraíba, que abrigou o Simpósio “Mulheres em Tradução”, coordenado por Luciana Carvalho Fonseca (USP), John Milton (USP) e Liana de Camargo Leão (UFPR); e o Colóquio Internacional de Literatura e Gênero, de 2018, na Universidade Estadual do Piauí, que abrigou o Simpósio “Mulher[idades] e Tradução no Brasil, coordenado por Dennys Silva-Reis (UNB) e Cibele Guadalupe Sousa de Araújo (IFG).

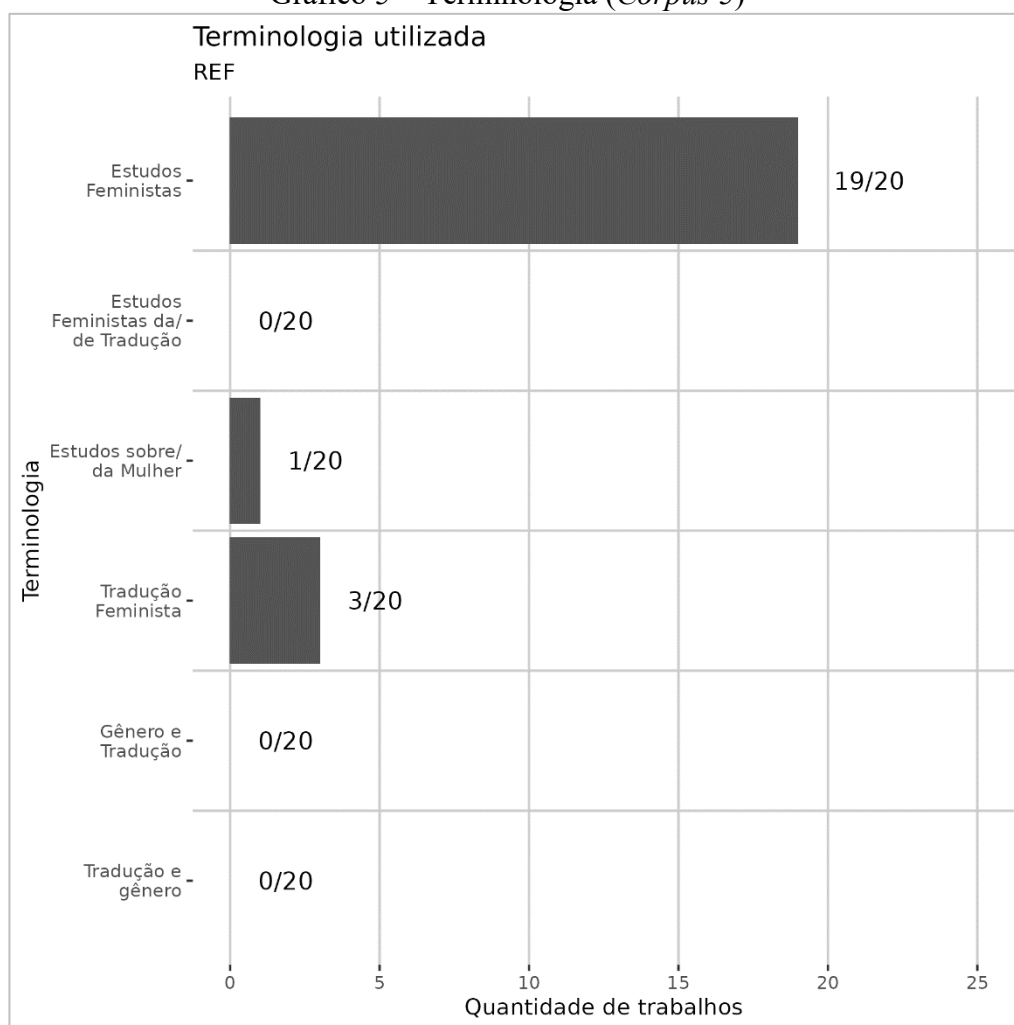
Seguindo para o *corpus* 2, vemos que a terminologia aderida é igualmente mais marcada pela ênfase em feminismo em detrimento de gênero, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Terminologia (*Corpus 2*)

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Note-se que 17 de 48 trabalhos aderem à terminologia “tradução feminista”, enquanto 11 usam “gênero e tradução”. Entretanto, há ainda pouca adesão à terminologia Estudos Feministas da Tradução. Do mesmo modo, essa terminologia aparece no *corpus 1* em apenas três trabalhos da PGET e um da TRADUSP. E aqui consideremos que esta terminologia ganha maior ênfase a partir da publicação de *Feminist Translation Studies*, organizada por Olga Castro e Emek Ergun, em 2017. O artigo “Feminismos y traducción: apuntes conceptuales y metodológicos para una traductología feminista transnacional”, de Olga Castro e María Laura Spoturno, publicado na revista *Mutatis Mutantis*, em 2020, em edição dedicada aos feminismos transnacionais, veio também apresentar importante definição do campo Estudos Feministas da Tradução / Traductología Feminista / Feminist Translation Studies.

Quanto aos trabalhos da REF, *corpus 5*, não identificamos uso de terminologias como “gênero e tradução” ou “tradução e gênero”, mas de “tradução feminista”:

Gráfico 5 – Terminologia (*Corpus 5*)

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

E aqui, tendo em vista os trabalhos que se apresentam no *corpus 5*, inferimos que as terminologias de “gênero e tradução” ou “tradução e gênero” associam-se à perspectiva intralinguística da tradução na sua relação com as questões de gênero, ao passo que os trabalhos da REF enfocam a tradução feminista sobretudo a partir da perspectiva da tradução cultural, tal qual vimos em Costa (2019). A inferência pode ser corroborada pela análise das colocações mais comuns à direita e à esquerda dos termos-chave “tradução” e “traducción” nas tabelas que se seguem:

Tabela 2 – Colocações à esquerda e à direita dos termos-chave “tradução” e “traducción” (*Corpus 5*)

Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave "tradução" (<i>Corpus 5</i>)				
Colocações à esquerda	Nº de Ocorrências	Termo-chave	Colocações à direita	Nº de Ocorrências
questão da	7	tradução	cultural e	3

transnacional da	6		cultural que	3
controvérsia da	5		é um	3
desafios da	5		traduzir	2
feministas de	5		como lugar	2
práticas de	5		cultural são	2
projeto de	5		da agenda	2
translocal da	5		de artigos	2
prática da	4		de direitos	2
conceito de	3		de maria	2
feminista da	3		de nísia	2
processos de	3		e divulgação	2
que a	3		em espanhol	2
da mulher	2		geopolítica	
engajar-se em	2		entendida	2
ensaios de	2		na américa	2
estudos da	2		não literal	2
falta de	2		para a	2
política de	2		pela ufsc	2
políticas de	16		resumo	2
de la	6	traducción	del feminismo	14
que la	3		de los	2
procesos de	2		en el	2
			y por	2

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Como se pode observar acima, a perspectiva de tradução que se apresenta mais recorrente no *corpus 5* é a da tradução cultural. Essa dimensão da tradução vem enfatizar as diferenças linguísticas e culturais nas articulações feministas, fomentando novos diálogos transnacionais. É nessa perspectiva, pois, que políticas de tradução se tornam um interesse dos feminismos, resultando em uma virada tradutória dos feminismos, como apontam Claudia de Lima Costa e Sonia Alvarez (2013), e o que definimos, desde a concepção de Castro e Spoturno (2020), como feminismo tradutológico.

4.3.2. Escritoras literárias, tradução e reivindicações feministas

No que concerne à autoria das obras objetos de estudo nos *corpora*, encontramos 8 escritoras cujas obras são focos de mais de um trabalho, sendo elas:

Tabela 3 – Escritoras mais presentes nos *corpora*

Escritora	Números de trabalhos
Clarice Lispector	4
Nísia Floresta	4
Virginia Woolf	4

Chimamanda Ngozi Adichie	2
Conceição Evaristo	2
Hilda Hilst	2
Jane Austen	2
Katherine Mansfield	2

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Chama atenção o fato de metade das escritoras serem brasileiras, sendo as obras de Clarice Lispector e Nísia Floresta as que mais figuram como objeto de pesquisa dos *corpora* analisados. Se os livros tradicionais de História da Literatura Brasileira sucumbiram a vasta e significativa produção literária de Clarice Lispector, em meio às lentes androcêntricas que construíram uma história da literatura no Brasil, vemos hoje uma extensa fortuna crítica acerca de sua obra, embora ainda haja pouca pesquisa sobre sua profissão como tradutora. Aspecto esse que ainda carece de investigação, pois, além das 46 obras identificadas com tradução de Clarice no Brasil, encontramos ainda suas próprias reflexões críticas sobre a tradução, como aponta Rosangela Eleutério (2018). Esse fato justamente coaduna com as reflexões acerca da atuação de mulheres na tradução e da estreita relação entre tradução e escrita exercida por mulheres no Brasil, conforme vimos no capítulo terceiro.

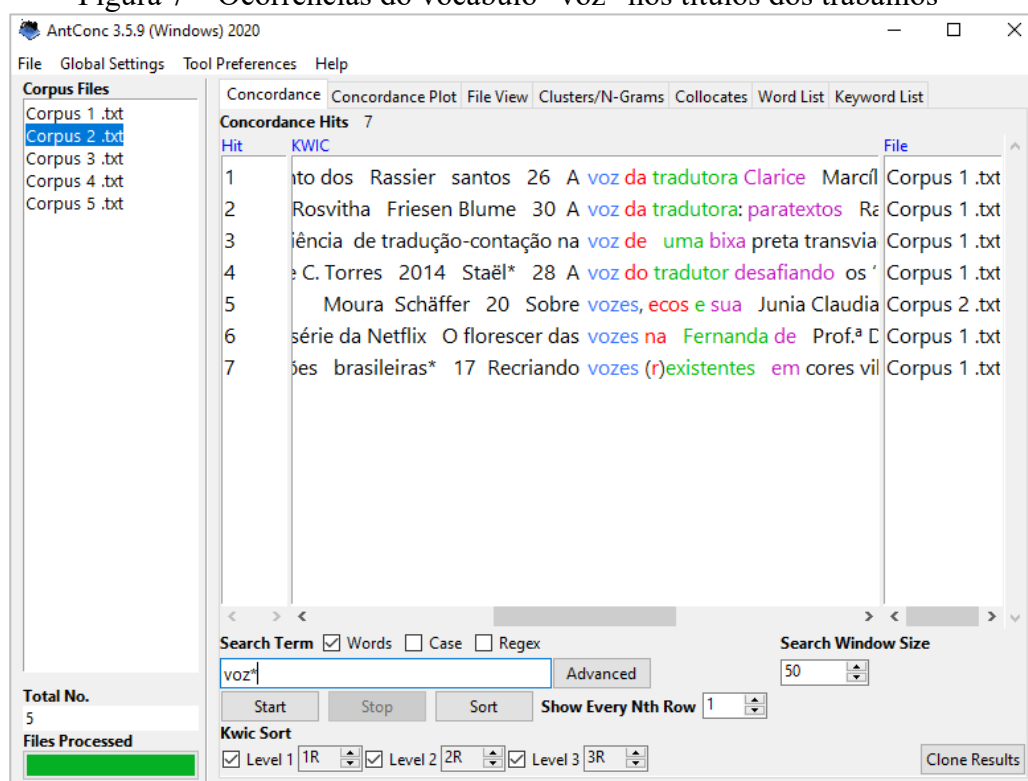
Ao lado de Clarice, identificamos o nome de Nísia Floresta, corroborando com os apontamentos de que, embora seu nome não figure em todos os *corpora*, abordar os Estudos Feministas da tradução no Brasil necessariamente passa pelo reconhecimento da sua obra e atuação, sem que caiamos, contudo, na irresistível tendência de canonizar certos nomes.

Igualmente ao interesse concernente à obra de Nísia e seu papel na consolidação do feminismo no Brasil, identificamos a figura de Virginia Woolf como importante representação de uma escritora que pautou os interesses de igualdade para as mulheres em sua atividade de escrita. Curioso o fato de, juntamente com Woolf, figurarem Clarice Lispector e Katherine Mansfield, três autoras cujas obras apresentam a similar característica do fluxo de consciência como recurso estilístico.

Chama atenção também o fato de aparecerem as autoras Clarice Lispector e Hilda Hilst como foco de trabalhos que, embora tenham composto os *corpora* selecionados pelos critérios de seleção, não apresentam vieses de gênero, a exemplo dos trabalhos “A voz da tradutora Clarice Lispector em livros infantojuvenis do gênero aventura” (*corpus* 1) e “The Obscene Madame D: uma análise da tradução da obra para o inglês sob a luz dos Estudos Descritivos da Tradução” (*corpus* 1).

Importante salientar que obras de autoras potencialmente pertinentes à discussão de gênero, como Clarice e Hilda, não estão e nem precisam estar restritas a esta perspectiva de análise. Do mesmo modo, embora os trabalhos citados não encampem a perspectiva de gênero, apresentando uma análise pautada em categorias do paradigma feminista, eles podem servir de fonte a novos trabalhos que vislumbrem abordar tais autoras desde esta perspectiva. Ademais, eles apresentam uma característica que vem a ser cara aos Estudos Feministas, a saber, a retomada de vozes emudecidas ao longo da história. O trabalho de resgate histórico se apresenta também pela tentativa de fazer audíveis vozes que o sistema patriarcal insistiu em silenciar. Não por acaso, “a voz de” é expressão recorrente nos títulos dos trabalhos dos *corpora*, como se pode notar na imagem a seguir, quando buscamos pela ocorrência do vocábulo “voz” no software *AntConc*:

Figura 7 – Ocorrências do vocábulo “voz” nos títulos dos trabalhos



Fonte: AntConc, 2021.

Também no *corpus* 6, identificamos o vocábulo “voz” na linha de pesquisa do primeiro grupo identificado “Discurso e Estudos da Tradução” (2000), como reivindicação do espaço enunciativo de gênero e etnia nas literaturas de língua inglesa.

No *Dicionário da Crítica Feminista*, organizado por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (2005), o verbete “voz” aparece como um conceito fundamental à crítica

feminista, cuja estratégia de “dar voz” ou “ter voz” busca opor-se ao “silenciamento patriarcal ou mutismo cultural das mulheres” (p. 194).

Essas estratégias, no entanto, têm sido revistas e reformuladas com o emergir de novos feminismos não hegemônicos, inicialmente atrelados à perspectiva pós-colonial, que vêm questionar essa autoridade de fala e o fato de que, mesmo em meio aos próprios discursos feministas, há emudecimento de determinadas vozes que seguem não tendo o direito à fala, ainda que o que se reivindique seja supostamente as suas vozes. Nesse sentido, é fundamental a formulação de Gayatri Spivak em “Can the subaltern speak?”, de 1976. Também o giro decolonial na América Latina tem favorecido importantes reflexões para análises feministas contra-hegemônicas.

4.3.3. Categorias analíticas, referências e correntes teóricas

A hegemonia de categorias analíticas e estratégias feministas vem ser questionada por Chandra Mohanty, em “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses” (1984), e apontada como resultante do feminismo ocidental, conforme explicado pela autora:

é possível estabelecer uma coerência de efeitos resultantes da suposição implícita de ‘ocidente’ (com todas as suas complexidades e contradições) como referente primário na teoria e na práxis. Assim, em vez de afirmar de maneira simplista que o ‘feminismo ocidental’ é um monólito, eu gostaria de chamar atenção para os efeitos marcadamente semelhantes das várias categorias analíticas e, até mesmo, de estratégias que codificam sua relação com o/a Outro/a em termos implicitamente hierárquicos. É nesse sentido que uso o termo ‘feminista ocidental’. (2017, p. 310)⁴⁹

Nesse sentido, os feminismos pós-coloniais e decoloniais têm desestabilizado hierarquias dos feminismos hegemônicos, pautando especificidades de diferentes contextos linguísticos e geopolíticos e questionado hierarquias construídas em meio ao próprio movimento, como vimos no tópico 3.1.

Se em meio à teoria feminista, vimos as resistências de mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos, nos Estudos Feministas da Tradução no Brasil podemos igualmente localizar resistências e proposições epistemológicas e metodológicas do ato tradutório como ativismo negro, bem como o desvio dos discursos cis hetero brancos que ainda são majoritários nos *Feminist Translation Studies*. Nesse sentido, podemos afirmar que a produção científica brasileira levanta importantes contribuições para os EFT em nível global,

⁴⁹ Tradução de Maria Isabel de Castro Lima.

ao apresentarem perspectivas geopoliticamente situadas e marcadas por disputas decoloniais que visam subverter as relações de poder construídas sob a categoria da colonialidade.

Na tabela acima, observamos que, na relação com a escrita de mulheres que reivindicam experiências negras, apresentam-se dois trabalhos com foco na obra da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e dois com foco na autora brasileira Conceição Evaristo, demonstrando como as revisões das categorias analíticas dos feminismos hegemônicos têm sido importantes para a seleção de obras afro-centradas a serem estudadas a partir da tradução. Os feminismos negros elaborados no contexto brasileiro têm fomentado importantes debates para (re)pensar os Estudos Feministas da Tradução.

A proposta de tradução feminista lésbica negra formulada na tese de Tatiana Nascimento dos Santos (PGET – 2014), por exemplo, aponta para um projeto de tradução feminista lésbica “negra como tráfico de epistemologias que reinauguram novas possibilidades ancestrais de existência, contato, fricção, gozo aut centrado e lesbiana-identificado” (p. 98).

Perspectivas afro-centradas podem auxiliar na ampliação de categorias analíticas feministas em sua relação com a tradução, desde sua concepção linguística ou cultural, desestabilizando discursos hegemônicos nos EFT no Brasil e transnacionalmente, incidindo na compreensão da divisão global do trabalho que continua a superexplorar sobretudo trabalhadoras não brancas, sustentando um modo de produção que foi viabilizado pela criação da América enquanto entidade geossocial. Americanidade, portanto, significou colonialidade, etnicidade e racismo para organização da exploração no sistema-mundo moderno (SEGATO, 2021). Rever as categorias que sustentam o sistema-mundo moderno colonial tem sido tarefa importante dos Estudos Decoloniais. No caso das feministas decoloniais, não somente a centralidade do conceito de raça, como também da importância do gênero no estabelecimento da colonialidade.

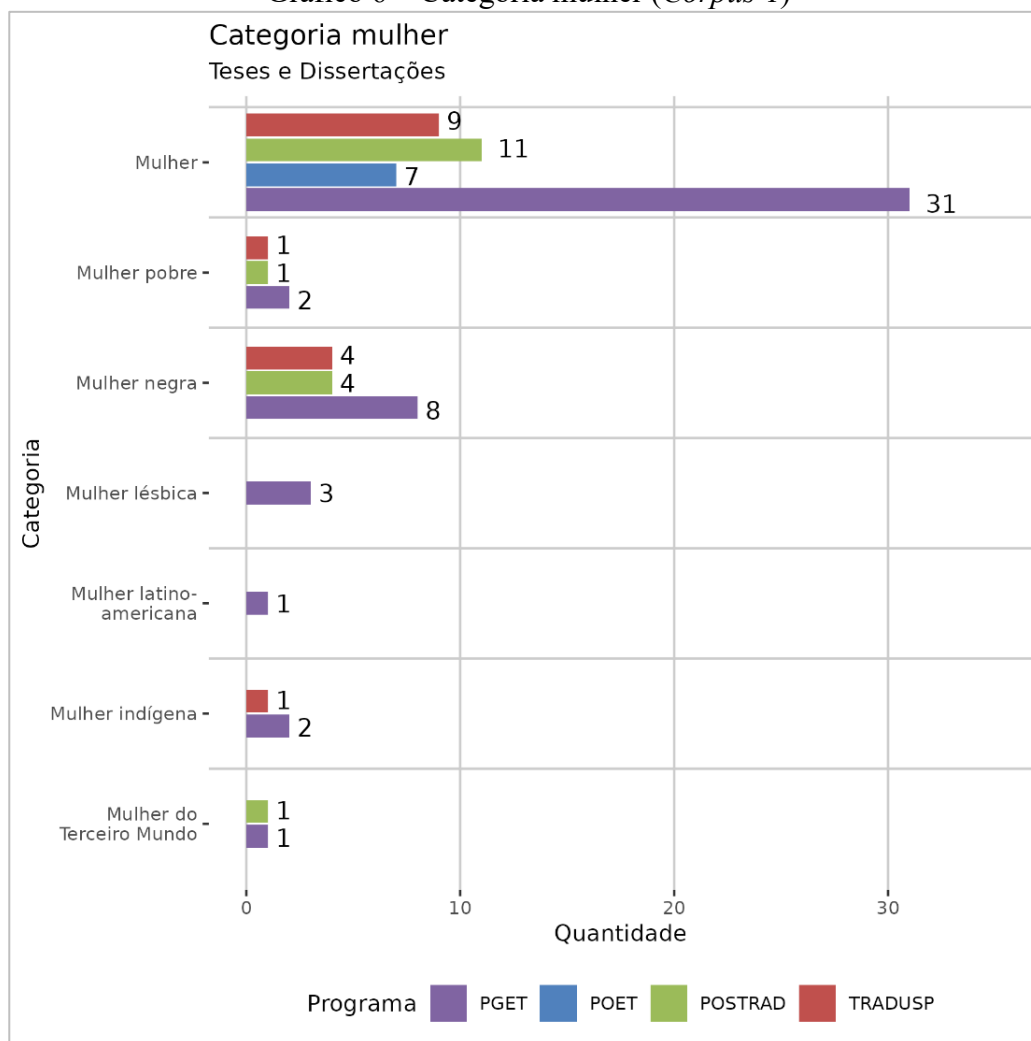
Maria Lugones, em “Colonialidade e gênero” (2020)⁵⁰, aponta para a indiferença sistemática das violências vivenciadas pelas mulheres de cor frente à colonialidade do poder e do gênero. A autora apresenta “mulheres de cor” como um termo cunhado nos Estados Unidos por mulheres vítimas de violências raciais no entrecruzamento com outros tipos de violência, mas que não se restringe a um marcador racial ou de reação à dominação racial, ao contrário, se apresenta como um movimento orgânico entre “mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, pueblos – toda a

⁵⁰ Tradução de Pê Moreira.

trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero” (p. 80) que se organizam como protagonistas de um feminismo decolonial.

Lugones amplia a compreensão de Quijano sobre o sistema-mundo moderno colonial a uma perspectiva de gênero e aponta que a interseccionalidade, tal qual introduzida por Kimberlé Crenshaw e defendida por mulheres de cor feministas, revela o que é ocultado quando se concebe categorias como gênero e raça individualmente. Nesse sentido, a autora amplia a reflexão de Quijano a fim de compreender como as relações de trabalho no capitalismo, além de marcadas pela categoria racial, sustentam-se na colonialidade do gênero, e para desestabilizar a lógica categorial que historicamente invisibiliza mulheres de cor. Se por um lado, a categoria “mulher” define um grupo dominante de mulheres burguesas brancas heterossexuais, por outro, a categoria “negro” seleciona homens heterossexuais negros.

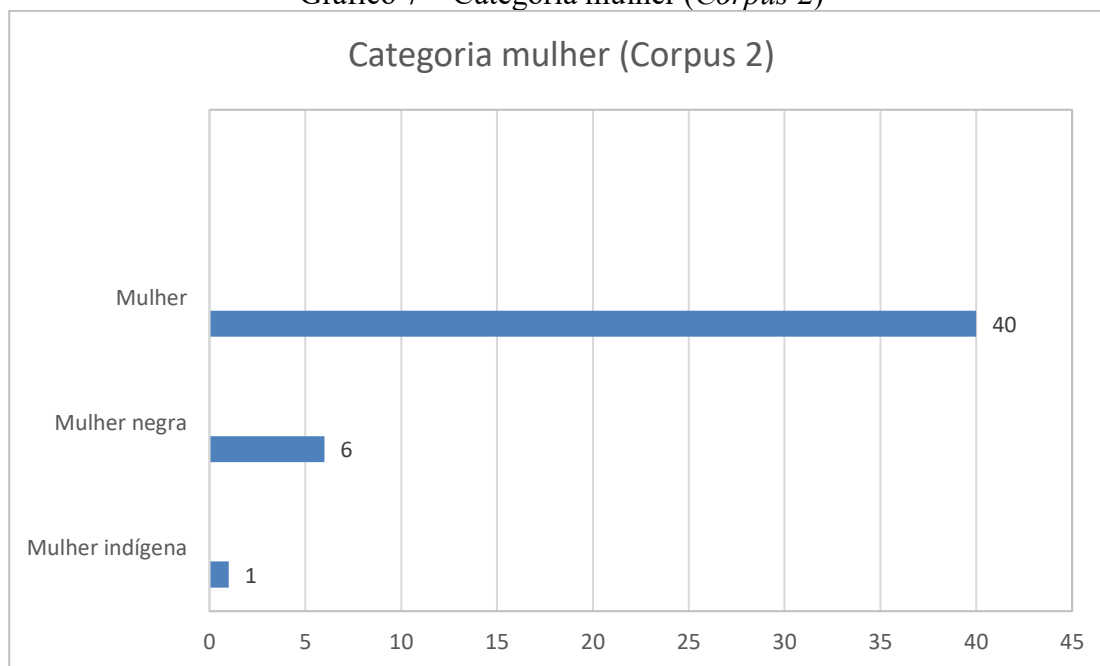
Desse modo, a produção de discursos nos ET pautados no pensamento categorial de que trata Lugones, que se polarizam entre “mulheres e tradução” e “tradução pós-colonial” com ênfase na categoria “negro” e, para ambos os casos, sexualidades heteronormativas, carecem de ampliação e reformulação crítica, sob o risco de seguirmos reproduzindo discursos hegemônicos em meio aos Estudos Feministas da Tradução. Como vimos, trabalhos que reivindicam “vozes de mulheres” não necessariamente se posicionam em meio às perspectivas feministas, como bem observamos no tópico acima. Igualmente, ao analisarmos a categoria mulher no conjunto dos *corpora*, notamos expressiva redução de subjetividades que permeiam tal categoria, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Categoria mulher (*Corpus 1*)

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

No campo étnico racial, se percebemos uma redução expressiva no número de trabalhos que incluem “mulheres negras”, temos um agravamento dessa realidade quando se trata de “mulheres indígenas”. No nosso mapeamento, constatamos que quase nenhuma atenção é dada a elas, como se confirma no gráfico a seguir. Do mesmo modo, a elaboração teórico feminista em tradução no Brasil ainda carece de categorias pensadas desde a cosmovisão indígena, bem como o interesse em pares de língua, no caso da tradução interlinguística, que envolvam as línguas indígenas brasileiras, como veremos adiante.

Gráfico 7 – Categoria mulher (Corpus 2)



Fonte: Elaboração da autora, 2021.

No que tange à interseccionalidade, identificamos que a categoria de raça nos *corpora* se apresenta sobretudo em sua relação com outras categorias como “gênero”, “classe”, “mulheres”, como se pode ver na tabela com as colocações mais recorrentes à esquerda e à direita do termo “raça”:

Tabela 4 – Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave “raça”

Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave "raça" (Corpus 1)				
Colocações à esquerda	Nº de Ocorrências	Termo-chave	Colocações à direita	Nº de Ocorrências
autor autor-tradutor	7	raça	do tradutor	24
da diferença	6		e classe	16
gênero e	5		e gênero	6
de mulheres	4		e mulher	6
autor organizador	3		de egoístas	2
língua kamaiurá	3		e a	2
memória da	3		e de	2
noções de	3		em minha	2
(-) essa	2		que reproduzem	2
angela mulheres	2		tendo como	2
categorias de	2		aos estudos	1
como gênero	2		apresentada por	1
entre a	2		aumentou nas	1
guarani mbya	2		chocou adichie	1
impostas por	2		com honestidade	1
material didático	2		como categoria	1
questões de	2		como parte	1
recorte de	2		cultura profissão	1

ver a	2		de animais	1
Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave "raça" (Corpus 2)				
Colocações à esquerda	Nº de Ocorrências	Termo-chave	Colocações à direita	Nº de Ocorrências
de mulheres	24	raça	e classe	45
a mulheres	6		e gênero	7
da diferença	3		e mulher	3
em mulheres	3		anglo-saxã do	1
livro mulheres	3		aos estudos	1
de classe	2		aumentou nas	1
suicídio da	1		como o	1
angela mulheres	1		como parte	1
as mulheres	1		e de	1
mulheres	1		e diferença'	1
borges mulher	1		na pesquisa	1
caldwell contesta	1		não são	1
categorias de	1		negra esses	1
com mulheres	1		ou etnia	1
discriminação de	1		paterna pura	1
discussão sobre	1		pura o	1
e da	1		que vemos	1
estrutural de	1		são conceitualizadas	1
estudo da	1			
estudos de	1			

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

A partir da tabela acima, observa-se também que há elaboração teórica acerca da intersecção entre mulheres, raça e classe mediada pela obra de Angela Davis “Mulheres, raça e classe”, traduzida e publicada no Brasil em 2016, sendo que há um trabalho no *corpus* 2 cujo foco é a referida obra, a saber, “Diáspora negra em contexto de tradução: discutindo a publicação de Mulheres, raça e classe, de Angela Davis, no Brasil”, de Luciana de Mesquita Silva.

Do mesmo modo, ao olharmos a tabela de colocações à esquerda e à direita do termo-chave gênero, encontramos seu entrecruzamento com a categoria raça.

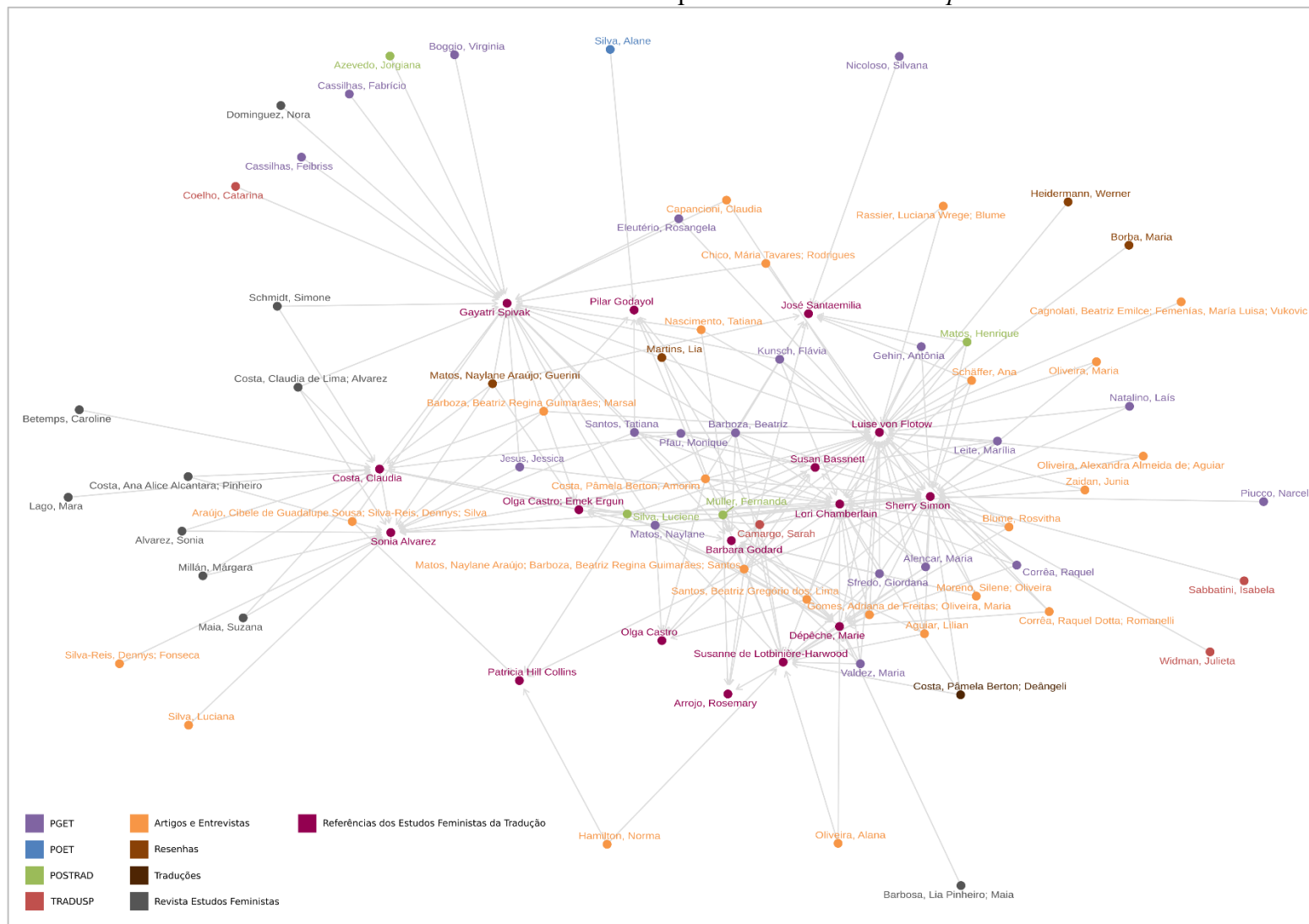
Tabela 5 – Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave “gênero”

Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave "gênero" (Corpus 1)				
Colocações à esquerda	Nº de Ocorrências	Termo-chave	Colocações à direita	Nº de Ocorrências
estudos de	122	gênero	textual não	31
questões de	69		do tradutor	25
identidade de	57		na interpretação	22
quanto ao	52		no brasil	22
marcas de	36		e a	21

que o	27		e sexualidade	18
identidades de	24		textual comentada	17
linguagem e	24		de arte	12
questão de	24		e identidade	11
papéis de	21		e de	10
conceito de	16		e linguagem	10
marcação de	15		e os	10
relações de	14		e um	10
de um	13		no contexto	9
desigualdade de	13		dentro da	7
sobre o	13		e raça	7
marca de	12		é uma	7
social de	12		no trabalho	7
com o	11		por meio	7
diferença de	11		conto de	6
Colocações mais comuns à esquerda e à direita do termo-chave "gênero" (Corpus 2)				
Colocações à esquerda	Nº de Ocorrências	Termo-chave	Colocações à direita	Nº de Ocorrências
tradução de	40	gênero	em psychology	26
estudos de	31		e tradução	24
temas e	26		e a	11
questões de	23		no contexto	11
com o	13		em tradução	10
inclusiva de	7		no dizer	8
chamberlain lori	4		e étnico-raciais	7
colonialidade do	4		no brasil	6
questão do	4		como um	4
respeito de	4		e de	4
a relação	3		e prática	4
compreensão de	3		para o	4
emprego do	3		como possibilidade	3
estabelecidas entre	3		como uma	3
marcas de	3		e da	3
o imbricamento	3		e raça	3
papéis de	3		masculino como	3
perspectiva de	3		na tradução	3
quer de	3		nas traduções	3
raça e	3		prende-se ao	3

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Além da imbricação com a categoria de raça, a tabela acima nos faz retomar outra imbricação evidente nos *corpora* – e já discutida a partir do gráfico 3 -, a de gênero e tradução, em que vemos, inclusive, a presença de um dos textos basilares para os EFT, de autoria de Lori Chamberlain, sendo este um dos textos mais presentes nas referências dos trabalhos dos *corpora*, como podemos ver no gráfico de rede abaixo:

Gráfico 8 – Influências teóricas para os trabalhos dos *corpora*

Fonte: Elaboração da autora, execução de Davi Alves Oliveira, 2022.

No gráfico acima, temos a indicação das principais referências teóricas para os EFT, tais quais referendadas a partir do conjunto dos *corpora*. Temos em evidência as referências a Luise von Flotow e a Sherry Simon, corroborando com a emergência da elaboração teórico-feminista em tradução no contexto canadense, no qual também se identifica referência a Barbara Godard e a Suzanne de Lotbinière-Harwood. Lori Chamberlain igualmente aparece como referência recorrente e, no contexto brasileiro, vemos os nomes de Rosemary Arrojo e Marie-France Dépêche. Arrojo se encontra no arcabouço teórico dos EFT em função da crítica que esta pesquisadora direciona à tradução feminista, como vimos no início deste capítulo. Vale salientar também, que a recorrência a seu nome nos *corpora* pode estar atrelada não somente à sua crítica à prática feminista em tradução, como à sua obra *Oficina de tradução: a teoria na prática* (2006) – visivelmente referendada em trabalhos dos ET no Brasil – e outros dos seus textos que abordam a perspectiva desconstrutivista nos ET.

O gráfico acima vai ao encontro da cronologia estabelecida na figura 5, onde também localizamos as reflexões sobre tradução desde a perspectiva pós-colonial de Gayatri Spivak. No gráfico, identificamos essa autora como referência para diversos trabalhos dos *corpora* que versam sobre tradução e ativismos negros, como os trabalhos de tatiana nascimento dos santos, Jessica Oliveira de Jesus, Feibriss/Fabício Cassilhas, Catarina Coelho.

A respeito do deslocamento das teorias feministas em tradução para o contexto europeu de produção dos FTS, identificamos referências a Castro, Castro e Ergun, Santaemilia, Godayol e Bassnett (e aqui devemos também salientar que não necessariamente Bassnett aparece referendada pelo seu texto “Writing in no man's land: questions of gender and translation”, mas pela obra *Estudos da Tradução*). Esse deslocamento teórico evidencia as viradas tradutórias dos feminismos, na qual a perspectiva da tradução cultural ganha ênfase. Na perspectiva da tradução cultural para as reflexões teórico-feministas, tornam-se importantes contribuições as elaborações de Patricia Hill Collins, Claudia de Lima Costa e Sonia Alvarez. As referências majoritárias dos trabalhos da REF à Claudia de Lima Costa e Sonia Alvarez também corroboram com os dados apresentados na tabela 2, acerca da perspectiva da tradução nas discussões teórico-feministas enquanto metáfora dos encontros entre culturas/fronteiras.

A partir do gráfico acima, temos um panorama geral das referências mais influentes nos EFT no Brasil. Entretanto, gostaria de chamar atenção para o fato de que as cartografias acerca das teorias feministas desde uma perspectiva espacial e cronológica, devem considerar

o domínio intelectual e geopolítico da produção do conhecimento nas relações assimétricas entre Norte-Sul Globais, como já discutimos.

Marsha Meskimmon (2017)⁵¹, ao cartografar uma cronologia da arte global feminista dos anos 1970, adverte sobre os perigos do enquadramento espacial e cronológico do ativismo feminista desde centros hegemônicos. O que significa dizer que, estabelecer uma cronologia e mapeamento de tendências feministas de forma acrítica pode endossar determinadas narrativas em detrimento de outras. Portanto, embora estabeleçamos uma cronologia para o desenvolvimento dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil a partir da sua relação com o desenvolvimento dos *Feminist Translation Studies*, almejo que nosso olhar para o gráfico acima considere criticamente as relações entre as produções teóricas em evidência nos EFT e os contextos geopolíticos onde se situam a produção acadêmico-feminista no Brasil.

Nesse sentido, se torna pertinente situarmos onde se localiza a produção acerca da tradução e gênero no Brasil, considerando que o contexto geográfico da produção brasileira pode indicar a ausência ou presença de determinados discursos e tendências teóricas que se relacionam entre si.

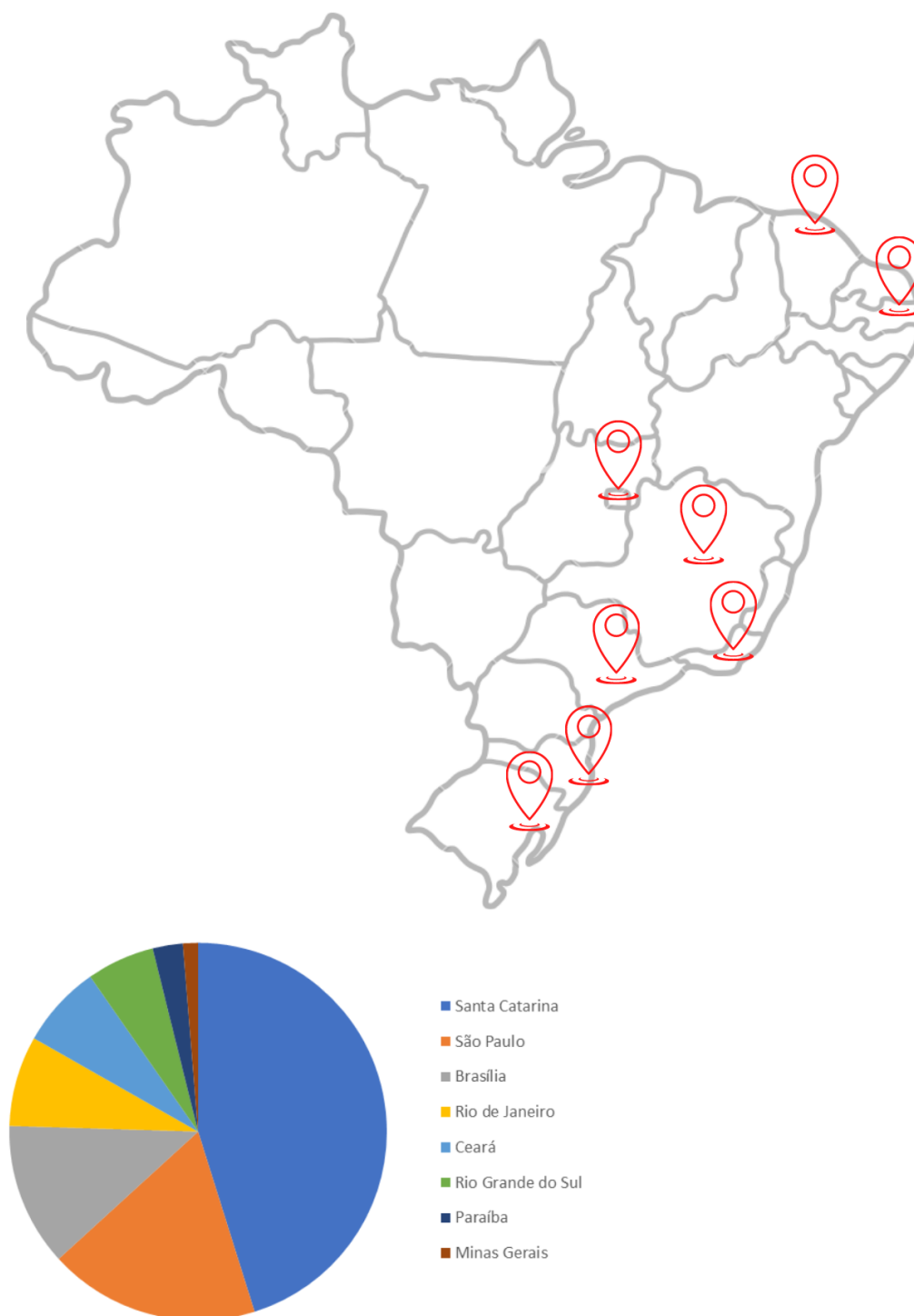
4.3.4. O contexto geográfico dos Estudos Feministas da Tradução no Brasil

No mapa abaixo, situamos em quais estados estão localizadas as produções científico-brasileiras acerca da tradução e gênero, considerando as universidades onde estão inseridos os programas de pós-graduação em Estudos da Tradução, as publicações e os grupos de pesquisa restritos aos *corpora* desta pesquisa. As universidades que abrigam os trabalhos dos *corpora* situam-se nos seguintes estados brasileiros:

⁵¹ Tradução de Márcia Oliveira e Maria Luísa Coelho.

Gráfico 9 – Mapa do contexto geográfico dos trabalhos sobre tradução e gênero no Brasil

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS TRABALHOS SOBRE TRADUÇÃO E GÊNERO NO BRASIL



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Além dos quatro estados onde se inserem os programas de pós-graduação em ET, vemos a presença de outros estados a partir das publicações em revistas científicas que se situam majoritariamente no eixo Sul-Sudeste, sendo Santa Catarina o principal polo de pesquisas na temática. Já discutimos vários dos elementos que contribuem para esse dado. Outra questão relevante é o fato de que, embora não tenhamos pós-graduações específicas em ET em mais de quatro estados brasileiros, a presença de periódicos científicos em ET e/ou grupos de pesquisa, a exemplo da UFRGS e UFPB, são de fundamental importância para o desenvolvimento de pesquisas e publicações nessa área de estudo.

Há de se considerar, todavia, que o gráfico acima nos fala mais sobre ausências do que sobre presenças. Há completa ausência de trabalhos produzidos no Norte e Centro-oeste do Brasil, com exceção de Brasília. Igualmente, o Nordeste é pouco presente no mapa. Esse aspecto deve ser considerado também em meio à distribuição de recursos econômicos que se destinam à educação entre as regiões brasileiras.

A ausência nos *corpora*, contudo, não deve ser compreendida como um indicativo de que essas regiões do Brasil não produzam pesquisa sobre os ET, mas que os aparatos institucionais é que legitimam publicações e visibilidades no campo científico. Aqui saliento o Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Estudos da Tradução na PGET em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA); o grupo de pesquisa “Grupo de Estudos da Tradução da Amazônia” (GETRA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), cuja líder, Prof.^a Dr.^a Andréa Moraes da Costa, tem desenvolvido pesquisas que versam sobre tradução e gênero; e o importante grupo “Traduzindo no Atlântico Negro”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Denise Carrascosa, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, embora não cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o levantamento dos *corpora* desta pesquisa, tem relevante papel na discussão sobre tradução, pós-colonialidade e feminismo negro.

De acordo com informações presentes no currículo Lattes da coordenadora, “Traduzindo no Atlântico Negro” é um projeto de pesquisa que:

se destina, em sua primeira etapa, à tradução de textos literários afro-americanos para o afro-português, através do estudo de teorias político-críticas e discussões contemporâneas do campo de estudos de tradução intercultural e do feminismo negro, bem como das teorias literárias afro-americana e negro-brasileira.⁵²

⁵² Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/2528044163984512>. Acesso em 13 jul. 2020.

Exemplos como este corroboram com o fato de que as cartografias feministas podem estar restritas pelos próprios aparatos de pesquisa, mas que, quando observadas as suas ausências em relação a outros contextos culturais e geopolíticos, podem justamente indicar as demandas por novas epistemologias que compreendam outras cosmovisões, bem como a pertinência de outros mapeamentos em EFT no Brasil. A ausência de pesquisas no Norte do Brasil relacionada à quase ausência de discussões sobre mulheres indígenas nos *corpora*, por exemplo, sinalizam para a urgente necessidade de categorias feministas formuladas a partir de cosmovisões indígenas. Do mesmo modo, veremos a seguir a quase inexistência de trabalhos focados em línguas indígenas ou literaturas produzidas por mulheres indígenas.

4.3.5. Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

Os trabalhos de mestrado da POET que compõem o *corpus* 1 (vide quadro 1) concentram-se no campo da literatura, são majoritariamente do par de línguas Português-Inglês e apresentam cinco trabalhos com foco em obras escritas por mulheres, sendo elas: Raquel de Queiroz, Emily Dickinson, Hilda Hilst, Anaïs Nin, Virginia Woolf. Nenhum dos trabalhos se respalda na teoria feminista, conforme pode ser observado na tabela de Terminologia (*corpus* 1). Entretanto, há de se considerar que, ao abordar obras escritas por mulheres a partir do viés da tradução, esses trabalhos, em alguma medida, possibilitam a inserção do trabalho de mulheres no campo teórico da tradução, contribuindo para visibilização de uma história atenuada pelo cânone androcêntrico.

Tal qual os trabalhos da POET, os trabalhos de mestrado da TRADUSP concentram-se na área da literatura, com foco em obras escritas por mulheres, das quais duas são de referências na produção literária negra, sendo a obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, abordada no trabalho de Raquel Alves dos Santos Nascimento (2016) e as obras *O olho mais azul* e *Amada*, de Toni Morrison, abordadas no trabalho de Flávia Perez Pregnotatto (2018).

Os trabalhos da TRADUSP (vide quadro 2) também são majoritariamente do par de línguas Português-Inglês. Há o trabalho de Helena Lúcia Silveira Barbosa (2020) (sendo este o único no conjunto dos *corpora*) sobre narrativas Tupi-Guarani, que menciona o trabalho de mulheres indígenas intérpretes. Em relação aos trabalhos da POET, observa-se a relação entre dois trabalhos sobre a obra *The obscene Madame D*, de Hilda Hilst, em que o trabalho da TRADUSP, de Laura Santos Fogueira (2017), aparece referendado no trabalho da POET, de Ana Luiza Menezes Moura Teodoro (2019). Especificamente sobre a teoria feminista,

encontramos nesse grupo de trabalho, a dissertação de Catarina Alves Coelho sobre *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Há ainda uma proposta de tradução feminista, de Sarah Valle Camargo (2019), de poemas da influente autora para a crítica feminista, Adrienne Rich.

Nos trabalhos de mestrado da POSTRAD (vide quadro 3), igualmente identificamos predominância do campo literário, com foco em obras escritas por mulheres, sendo apenas uma brasileira, Júlia Lopes de Almeida, abordada no trabalho de Sabrina Duque Villafañe Santos (2016). Neste grupo, apresentam-se trabalhos sobre Histórias em Quadrinhos, a saber, os trabalhos de Verônica Pereira Cordeiro (2018) e Ana Cláudia Vieira Braga (2013). Encontramos ênfase na colonialidade nos trabalhos de Gilda Maria Pinho Villa-Verde de Carvalho (2020), Luciene do Rêgo da Silva (2018) e Fernanda de Oliveira Müller (2017). Verifica-se também a recorrência do par linguístico Português-Inglês e a repetição de trabalho com foco na obra *Pride and Prejudice*, de Jane Austen, já encontrada no grupo de trabalhos da TRADUSP, sendo estes os trabalhos de Verônica Pereira Cordeiro (2018) e Isabela Sabbatini (2017), respectivamente, em que o primeiro faz referência ao segundo. Ainda neste grupo, identificamos o trabalho de Mariana Reis Mendes (2017) acerca das representações culturais no âmbito jornalístico em torno do impeachment de Dilma Rousseff, sendo este o único trabalho do *corpus* 1 diretamente relacionado ao contexto político parlamentar do Brasil.

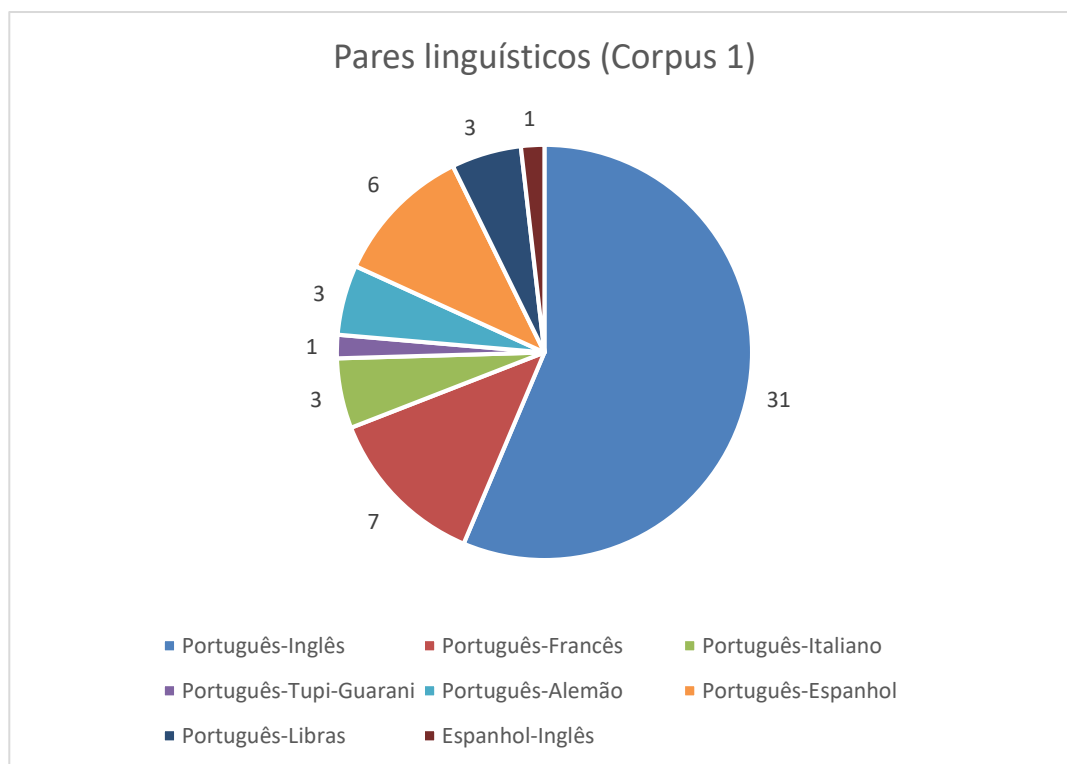
Nos trabalhos de mestrado e doutorado da PGET (vide quadro 4), também é recorrente o par linguístico Português-Inglês e o número de trabalhos com foco em obras literárias escritas por mulheres, sendo este o único grupo do *corpus* 1 que apresenta trabalhos com foco em obras de escritoras latino-americanas escritas em espanhol, são elas: Gioconda Belli, abordada no trabalho de Giordana Antônia Sfredo (2020) e Sor Juana Inés de la Cruz, abordada no trabalho de Mara Gonzalez Bezerra (2016). Também, apenas neste grupo, encontramos trabalhos que versam sobre gênero e Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), quais sejam, os trabalhos de Saionara Figueiredo Santos (2019) e os trabalhos de tese e dissertação de Silvana Nicoloso (2015; 2010), sendo a tese de Silvana Nicoloso a precursora sobre gênero e Libras em Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução no Brasil. Há também um trabalho na área de secretariado, de Laís Gonçalves Natalino (2019), e as primeiras teses de doutorado em Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução no Brasil que versam sobre tradução, gênero, sexualidade e epistemologias negras, sendo o precursor trabalho de Tatiana Nascimento dos Santos (2014) e o trabalho de Feibriss Henrique Meneghelli Cassilhas, cuja dissertação também pode ser encontrada neste grupo sob o nome de Fabrício Henrique, demonstrando como as questões identitárias no campo do gênero podem

ser identificadas no percurso formativo entre um mestrado e um doutorado. Do mesmo modo, demonstra como as subjetividades de sujeitos pesquisadores se materializam nos seus objetos de pesquisa, tornando difusas as barreiras politicamente construídas no âmbito do público e privado, tal qual vimos no capítulo primeiro.

Todos os grupos do *corpus* 1 apresentam trabalhos acerca de sexualidades desviantes e identidade de gênero, sendo tais temáticas salientes nos trabalhos de: Sebastião Jairo Lima Braga Junior (POET - 2020), Sarah Valle Camargo (TRADUSP - 2019), Henrique Augusto Barbosa de Matos (POSTRAD - 2014), Feibriss Henrique Meneghelli Cassilhas (PGET – 2019), Saionara Figueiredo Santos (PGET – 2019), Jessica Flavia Oliveira de Jesus (PGET – 2018), Marília Dantas Tenório Leite (PGET – 2017) e tatiana nascimento dos santos (PGET – 2014).

Grande parte dos trabalhos concentram-se no campo da literatura e do estudo comparativo entre obras escritas por mulheres e suas traduções. Dado este não isolado ao contexto brasileiro. O predomínio de trabalhos com ênfase em literatura nos *Feminist Translation Studies* é apontado por Castro e Ergun (2017) como um dos fatores que ainda limitam o campo analítico dos Estudos Feministas da Tradução, uma vez que o campo teórico-prático e político fica reduzido a tal área do conhecimento. Mas também é importante salientar que a prática feminista de tradução emerge no contexto canadense com a prática subversiva de tradução literária.

Acerca dos estudos comparativos nesse *corpus*, constata-se predominância do par linguístico Português-Inglês, embora apresentem-se trabalhos e propostas de traduções comentadas entre outras línguas, conforme verifica-se no gráfico a seguir:



De acordo com o gráfico acima, 56% dos trabalhos do *corpus* 1 apresentam o par linguístico Português-Inglês. Situamos a presença majoritária do inglês, nas diversas áreas do conhecimento difundidas mundialmente, atrelada às relações de poder estabelecidas entre Norte e Sul geopolíticos, em que há predomínio da tradição anglo-saxônica, especialmente a partir da segunda metade do século XX, como aponta Rita Segato (2021), no mercado mundial de ideias sobre a sociedade.

Nos interessa apontar esse predomínio a partir da relação da produção do conhecimento a serviço do projeto do capital, que forjou no Sul Global um modelo de construção do conhecimento pautado em categorias eurocentradas, no qual vimos onde se localizam questões raciais e de gênero. O giro decolonial latino-americano, encabeçado pelo sociólogo Aníbal Quijano, emerge como um contraponto à construção sociológica e narrativa da história sob as lentes da colonialidade, enfatizando as cosmovisões e o pensamento crítico na América Latina, reconfigurando o sistema mundial moderno.

Tal produção do conhecimento científico se respalda em políticas de citação e publicações regidas pelas pautas acadêmicas e editoriais do Norte (SEGATO, 2021). E, no caso da tradução, vem influenciar tanto no que se escolhe traduzir, implicando na circulação

de textos e autores do contexto anglo-saxônico, bem como na elaboração teórica referenciada por parâmetros comparativos do Norte global.

Quanto aos projetos comparatistas, nos quais inserem-se grande parte dos trabalhos mapeados no *corpus* 1, vale salientar que estes são motivados pelo desejo de construção de um novo conhecimento, logo, de natureza epistemológica, como defende R. Radhakrishnan (2017)⁵³, mas também de natureza política, no sentido de inserirem-se em estruturas de dominação que moldam tanto as identidades das obras traduzidas/estudadas quanto dos projetos comparatistas. Nesse sentido é que R. Radhakrishnan afirma que as comparações não são neutras nem desinteressadas, além de resultarem, por vezes, em construções assimétricas.

Entretanto, vale ressaltar que, como salienta Susan S. Friedman (2017)⁵⁴, as consequências epistemológicas e políticas do não comparatismo são mais danosas que a não comparação, uma vez que a comparação impulsiona a construção do conhecimento, viabilizando a formulação das teorias. Também, em termos políticos, a não comparação pode levar à uma romantização do conhecimento localizado. Políticas transculturais, por sua vez, podem resultar na desconstrução do falso universalismo ocidental e, no campo dos feminismos, alargar as possibilidades teórico conceituais.

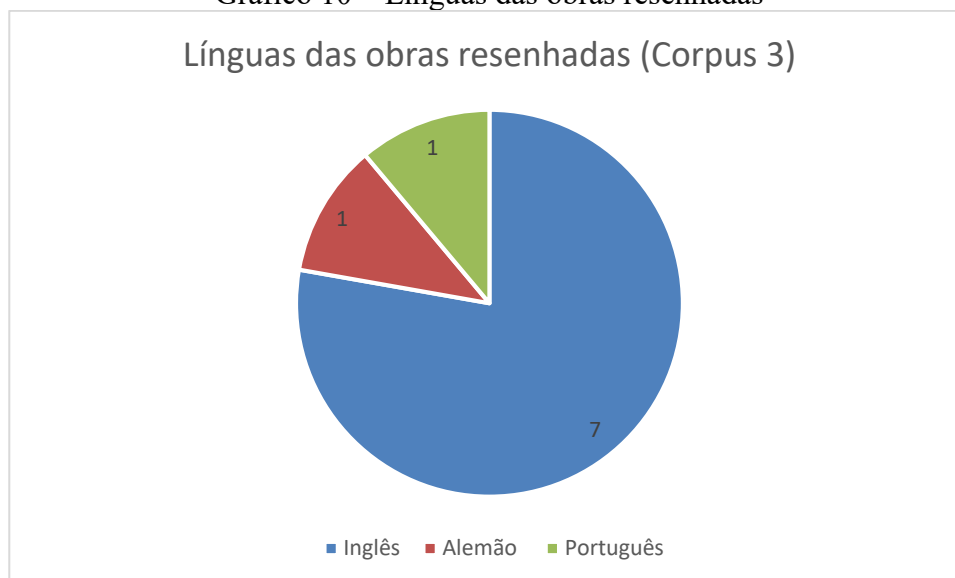
4.3.6. As obras sobre *Feminist Translation Studies* resenhadas no Brasil

No concerne às resenhas agrupadas no *corpus* 3, encontramos ainda a hegemonia de língua inglesa nas obras teóricas sobre os FTS, conforme observa-se no gráfico abaixo:

⁵³ Tradução de Ana Gabriela Macedo e Margarida Esteves Pereira.

⁵⁴ Tradução de Ana Gabriela Macedo e Ana Maria Chaves.

Gráfico 10 – Línguas das obras resenhadas



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

A maioria das resenhas, conforme observamos no quadro descritivo 9, é de obras publicadas em língua inglesa, do contexto europeu e anglo-americano.

Identifica-se resenhas das mesmas obras publicadas em revistas diferentes, sendo elas: resenha de *Feminist Translation Studies: local and transnacional perspectives* (2017), de Castro e Ergun (Orgs.), por Beatriz Regina Guimarães Barbosa, publicada na *Cadernos de Tradução* (UFSC) e outra por Naylane Araújo Matos e Andréia Guerini, publicada na *Revista de Letras* (UFC); e resenha de *Translation, ideology and gender* (2017), de Carmen Camus, Cristina Castro e Julina Camus (Orgs.), por Lia Martins, publicada na *Belas Infiéis* (UnB) e outra por Alane Melo da Silva, publicada na *Cadernos de Tradução* (UFSC). Chama atenção a filiação institucional das autoras dessas resenhas. As autoras da resenha da primeira obra citada estão no contexto da UFSC e as autoras da resenha da segunda no contexto da UFC, o que indica a possível socialização de leituras teóricas acerca da temática mediada por grupos de estudos, pesquisa e disciplinas no âmbito da pós-graduação. O que, por sua vez, incide na influência das obras que referendam as produções a partir do acesso viabilizado pelas discussões coletivas. Nesse sentido, ressalvo as socializações de leituras teóricas acerca de tradução e gênero no âmbito do Grupo de Estudos Feministas na Literatura e na Tradução, do qual Beatriz Barboza e eu fizemos parte desde que este era ainda um grupo organizado por iniciativa discente, bem como as trocas e mediações que têm viabilizado nossas produções acerca da temática em diálogo com pesquisadoras de outros contextos.

Beatriz Barboza também aparece como autore de duas outras resenhas, a saber, resenha de *Gender and translation: understanding agents in transnacional reception* (2018), de Isis

Herrero López, Cecilia Alvstad, Johanna Akujärvi e Synnøve Skarsbø Lindtner (Orgs.) e resenha de *Translating women: different voices and new horizons* (2011), de Luise von Flotow. Outra obra de Luise von Flotow anterior a essa, *Translation and gender: translating in the era of feminism* (1997), é apresentada na resenha de Maria Cristina Scheleder de Borba, sendo umas das primeiras publicações no Brasil acerca da tradução e gênero, em 1999.

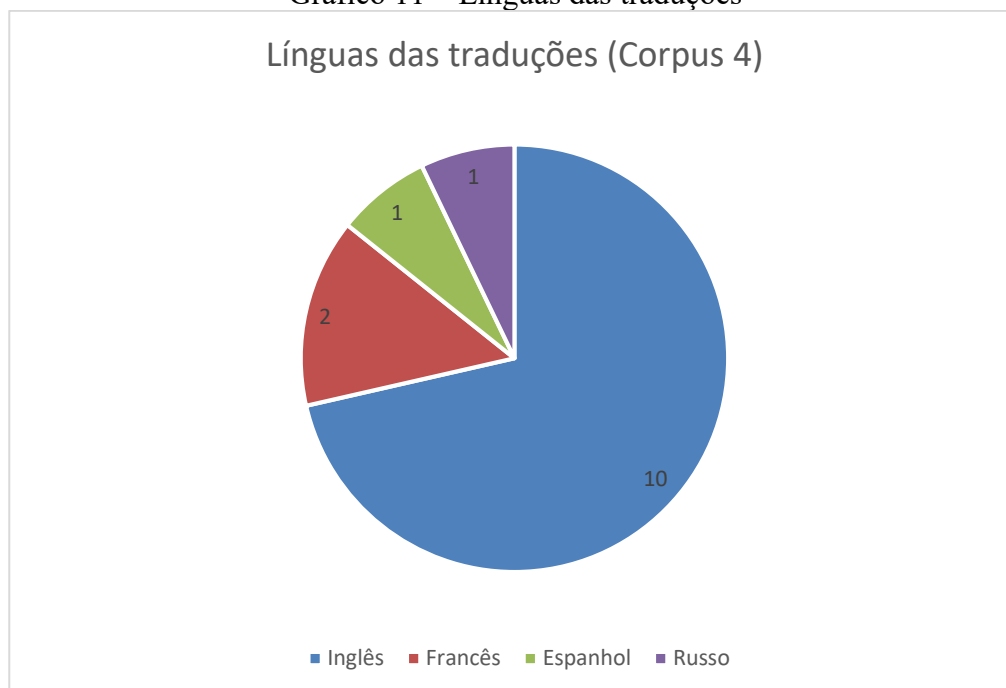
Em 2014, identificamos a resenha de Werner Heidermann da obra em alemão *Mittlerin zwischen den Kulturen – Mittlerin zwischen den Geschlechtern? – Studie zur Theorie und Praxis feministischer Übersetzung* (2000), de Sabine Messner e Michaela Wolf. E, por fim, em 2020, a resenha da única obra em português no *corpus* 3, por Rosangela Fernandes Eleutério, de *Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)* (2017), organizado por Izabel Brandão, Ildney Cavalcanti, Claudia de Lima Costa e Ana Cecília Lima, sendo que nesta obra a tradução claramente se apresenta em seu sentido metafórico e também pode ser considerada umas das antologias mais relevantes no contexto brasileiro por reunir textos teórico-feministas de diferentes contextos, traduzidos aos português brasileiro, além de ser a última publicação pela já referida Editora Mulheres.

4.3.7. Traduções

As traduções que compõem o *corpus* 4⁵⁵ classificam-se em: traduções de textos literários, traduções de textos reivindicativos pelos direitos das mulheres e/ou direitos dos povos negros e traduções de textos teóricos dos Estudos Feministas da Tradução. Apesar de se tratarem de textos de diferentes gêneros, ainda verifica-se predominância de textos em inglês, conforme gráfico a seguir:

⁵⁵ O texto “Poesía y traducción en el exilio: la obra de Alaíde Foppa”, de An Van Hecke, publicado na *Cadernos de Tradução* (UFSC) foi erroneamente agrupado no *corpus* 3 e processado na análise de *corpora* como pertencente a este grupo, contudo, não se trata de uma tradução, mas de um artigo.

Gráfico 11 – Línguas das traduções



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Nesse *corpus*, encontramos textos de revolucionárias feministas da “primeira onda” no contexto dos ideais iluministas emergentes na Europa, um do inglês e um do francês, de autoria de Mary Wollstonecraft e de autoria de Olympe de Gouges, sendo que Wollstonecraft é única mulher traduzida na edição especial “Ensaístas ingleses do século XVIII”, publicada em 2015 na *Cadernos de Tradução* (UFRGS). Encontramos também, direto do russo, tradução da revolucionária Alexandra Kollontai, por Graziela Schneider. Vale salientar que essa tradutora tem realizado um importante trabalho quanto à tradução de revolucionárias russas ao português brasileiro, tendo traduzido e organizado a obra *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*, publicada em 2017 pela editora Boitempo.

A respeito da teoria feminista da tradução, encontramos as traduções do inglês ao português brasileiro: “Escrevendo em terra de homem nenhum: questões de gênero e tradução”, de Susan Bassnett, por Naylane Matos (2020); “Escrever entre as línguas: tradução e gênero em Nancy Huston, de Jane Elisabeth Wilhelm, por Pâmela Berton Costa e Maria Angélica Deângeli (2017); “(Re)examinando horizontes nos Estudos Feministas da Tradução: uma direção a uma terceira onda?”, de Olga Castro, por Beatriz Regina Guimarães Barboza (2017) e “Eu gosto de mulheres: considerando afinidades femininas na tradução”, de Pilar Godayol, por tatiana nascimento dos santos (2013).

Também, localizamos traduções de textos afro-centrados, teóricos e literários: “The mask”, de Grada Kilomba, por Jessica Oliveira de Jesus (2016) – sendo este um capítulo do livro *Plantation Memories: episodes of everyday racism*, cuja tradução da mesma tradutora foi publicada pela editora Cobogó, em 2019; “Hard against the soul”, de Dionne Brand, por Tatiana Nascimento dos Santos e Priscila Francisco Pascoal (2016); “A woman is a child”, de Yvonne Vera, por Cibele de Guadalupe Sousa Araújo (2016) e “Miss Mcconkey of bridgewater close”, de Petina Gappah, pela mesma tradutora (2017); e “The woman”, de Alice Dunbar-Nelson, por Márcia Moura da Silva e Bruna Navarrina de Moura (2020).

Há ainda o texto literário “Catálogo dos preços do amor”, de Renée Dunan, traduzido do francês por Nícia Adan Bonatti (2009) e um número especial de traduções de textos literários de autoras latino-americanas organizado por Barbara Zocal e Wilson Alves Bezerra, publicado na *Cadernos de Literatura em Tradução* (2019). O número reúne traduções ao português brasileiro de literatura escrita por mulheres latino-americanas dos contextos do Uruguai, Argentina, Chile, Peru, México e Venezuela. Ainda assim, como vimos nos gráficos que sinalizam as línguas dos outros *corpora*, essa produção é limitada.

Esse *corpus* corrobora com os demais no que tange à hegemonia da língua inglesa na produção do conhecimento, demonstrando que, embora o giro decolonial tenha incidido sobre as categorias analíticas dos feminismos, ainda temos uma produção centrada em línguas e referências do Norte Global, bem como políticas de tradução que acabam por demonstrar assimetrias do imperialismo geopolítico. Imperialismo este que ultrapassa os limites político econômicos imperiais e massacra desde mais de 500 anos as línguas, culturas e costumes dos povos locais na América Latina.

Sabemos o quão importante foi a língua como ferramenta de dominação no processo colonial e, por isso, a importância de pautarmos a hegemonia de línguas europeias sob o prisma de colonialidade.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Franz Fanon (2020, p. 324)⁵⁶ aponta que:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação colonizadora, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole.

⁵⁶ Tradução de Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo.

Assim, o processo civilizatório implicou o abandono dos povos locais às suas línguas e culturas originárias, incorporando a língua e cultura colonizadoras. De modo que, ainda na contemporaneidade, nos deparamos com uma produção científica majoritariamente anglo-saxônica, tal qual as representações culturais massificadas inclusive por meio das literaturas canonizadas nos Estudos da Tradução.

Vemos, desse modo, a estreita relação entre as formas de dominação colonial e as línguas coloniais e suas literaturas. Pensar, portanto, a tradução como ferramenta feminista de subversão é situá-la no processo colonial que dizimou povos indígenas no Brasil, promovendo apagamento de suas línguas e expressões culturais. Razão pelo qual encontramos um único trabalho com foco em língua indígena no conjunto dos *corpora*, ao passo que identificamos a predominância de língua inglesa na produção científica nacional em Estudos Feministas da Tradução.

Repensar, portanto, padrões linguísticos hegemônicos na formulação teórico-feminista e antirracista, como nos alerta bell hooks (2017), é um importante passo na construção de espaços que concatenam diferentes vozes e subjetividades desestabilizadoras do imperialismo cultural. Embora organizações decoloniais por toda América Latina tenham ampliado os debates, desde a década de 1990, rumo à construção de novas formas de interações linguísticas e culturais que desafiem a lógica de poder que segue estruturando o imperialismo e sua política de dominação sobre o Sul Global, a análise dos *corpora* deste trabalho demonstra que ainda há um longo percurso na descolonização dos Estudos Feministas da Tradução em nível transnacional.

Entretanto, cabe também considerarmos questões emergentes em relação ao uso do inglês como contra discurso. Na dissertação de Fabrício Cassilhas que compõe o *corpus* 1, por exemplo, podemos localizar reflexões sobre o paradoxo do uso no inglês por escritores/as pós-coloniais e como esta língua pode ser utilizada como forma de resistência, de resgate histórico dos povos negros e para expor a violência colonial (CASSILHAS, 2016).

Nesse sentido, cabe recuperar a elaboração de bell hooks (2017) acerca do uso do inglês na descolonização do conhecimento e na construção de práxis pedagógicas subversivas. Ao retomar um poema de Adrienne Rich com a seguinte frase: “Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você” (p. 223)⁵⁷, hooks refere-se ao inglês padrão como língua do seu contexto educacional e reforça a importância de pautarmos formas não convencionais

⁵⁷ Tradução de Marcelo Brandão.

de compreender a língua para que possamos criar espaços para vozes outras e suas subjetividades que desestabilizem o imperialismo cultural.

A tradução feminista, como ferramenta metodológica pode, nesse sentido, auxiliar na construção de novos horizontes teórico-epistemológicos e prático-políticos, questionando o *status quo* da produção científica nacional em sua relação com a produção global do conhecimento e políticas linguísticas de ensino e tradução, além de favorecer as aproximações entre lutas feministas transnacionalmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: RUMO A UM PROJETO DE TRADUÇÃO FEMINISTA ANTICAPITALISTA E ANTICOLONIALISTA

Este trabalho de tese de doutorado foi construído no entrecruzamento das bases que dão sustentação teórico-filosófica para a minha área de investigação – Estudos Feministas da Tradução – e a minha prática política militante pela construção de uma sociedade igualitária, cujo feminismo em si não é um fim, mas um meio para a tão almejada revolução social.

Por um lado, a abertura à contestação e ressignificação de discursos universalizantes a partir da problemática de gênero como constitutivo das relações sociais, favorecida pela virada linguística e cultural advinda da pós-modernidade, fundamental para compreendermos onde se inserem os Estudos Feministas da Tradução. Por outro, a ausência e o esvaziamento dos debates pós-modernos acerca das “condições socioeconômicas que produzem e alimentam de maneira contínua as várias formas de opressão a que estamos sujeitas” (DAVIS, 2017⁵⁸, p. 24), inviabilizando, portanto, as possibilidades de transformações radicais da sociedade. Ou seja, de transformação da sociedade a partir da compreensão e atingimento da raiz das opressões sociais do modo de produção capitalista.

Portanto, para mim, a hercúlea tarefa de articular suficientemente os Estudos Feministas da Tradução – que redefinem a tradução e o papel de quem traduz a partir da plasticidade e dos pluralismos advindos dos discursos da pós-modernidade – a uma perspectiva feminista materialista histórica que desafie a lógica do modo de produção capitalista não se encerra nessas breves considerações.

Ao longo deste trabalho, vimos que não seria possível situar a discussão de gênero e/em tradução fora da virada linguística e cultural que possibilitou a reformulação das metanarrativas que, durante séculos, essencializaram os conceitos de tradução, qualidade estética, autore e tradutore, etc. Sherry Simon (1996) aponta a virada cultural como um dos episódios mais animadores para os Estudos da Tradução a partir da década de 1980, e a consequente discussão de gênero. Não poderíamos hoje discorrer sobre gênero e sua relação com a tradução não fosse a transformação epistemológica advinda da pós-modernidade, em que os significados social e culturalmente construídos, através do campo discursivo, ganharam ênfase.

Essa perspectiva marcou o contexto de trabalho das teóricas feministas hoje, sendo a discussão sobre a linguagem potencialmente útil à teoria feminista, uma vez que viabiliza a

⁵⁸ Tradução de Heci Regina Candiani.

análise de especificidades que geram hierarquias de poder e de como essas hierarquias se colocam no plano linguístico discursivo. No entanto, para que consigamos verdadeiramente romper com as opressões que acometem a todes, precisamos, de acordo com Fraser (2018, p. 236-237),

de estruturas que sejam sensíveis à especificidade, mas que ainda nos permitam alcançar objetos muito grandes de investigação, tais como a economia global. Também precisamos de abordagens que promovam nossa habilidade de pensar modo relacional e contextual, incluindo estruturas que possam conectar vários elementos da totalidade social, estabelecendo esses elementos não apenas como “diferentes” uns dos outros, mas como mutualmente interconectados. [...] Por fim, precisamos de estruturas teóricas que nos permitam projetar esperanças utópicas, imaginar alternativas emancipatórias e infundir todo o nosso trabalho com uma crítica normativa de dominação e da injustiça.

Nesse sentido, cientes da demanda que se coloca para nós no campo teórico da tradução feminista, para que consigamos efetivar estruturas teóricas que auxiliem na construção de um projeto de sociedade verdadeiramente emancipatório, é preciso reconhecer que estarmos atentas à especificidade do gênero e abordá-lo de modo relacional e contextual não será suficiente se não conseguirmos articulá-lo aos outros elementos da totalidade social.

Dito de outro modo, a reformulação dos discursos hegemônicos desarticulada das condições materiais que organizam a vida e que, como vimos, reforçam opressões de gênero no entrecruzamento com outras categorias, não será suficiente para alcançarmos uma sociedade justa. Reformas no sistema patriarcal capitalista, ainda que sob o disfarce de inclusão de gênero, não libertarão as mulheres das opressões vividas há séculos, especialmente nos contextos de países do Sul Global.

Na perspectiva encampada por este trabalho, não poderá haver uma luta feminista verdadeiramente emancipatória descolada da luta de classes e da luta antirracista. Igualmente, se consideramos que o capitalismo não é cego ao gênero, como argumenta Renata Gonçalves (2013), não poderá haver revolução social sem a participação das mulheres.

Enquanto lutamos para construção de possibilidades pela revolução social, a tradução feminista pode nos ajudar a: 1) reconhecer a divisão global do trabalho, incluindo a produção do conhecimento e da própria tradução, especialmente ao reposicionarmos a concepção de trabalho e sua divisão sexual socialmente construída; 2) intervir na estrutura da divisão colonial heteropatriarcal por meio da circulação de discursos subversivos entre fronteiras/culturas e; 3) encorajar mulheres no engajamento de diálogos críticos e mudanças epistemológicas (Emek ERGUN & Olga CASTRO, 2017).

Nessa perspectiva, o feminismo se apresenta como um paradigma e a tradução feminista como uma ferramenta metodológica que habilita para a luta pela transformação da realidade social. Logo, práticas no contexto específico da tradução devem ser compreendidas em sua articulação com um contexto muito mais amplo. As hierarquias que ainda buscamos desconstruir no campo da Tradução refletem outras hierarquias da esfera social e, portanto, devem ser consideradas em meio à análise que busca problematizar o caráter gendrado dos Estudos da Tradução no bojo da produção do conhecimento na sociedade patriarcal capitalista.

Se nos Estudos da Tradução demos como superada a ideia de inferioridade da tradução, pautada nos conceitos tradicionais de originalidade, qualidade, fidelidade, excelência estética (HERMANS, 2014), que reivindica direitos para tradutores, ainda é necessário formularmos a tradução em meio a um modo de produção que marca políticas de tradução e divisões do trabalho de tradução. Nesse sentido é que relacionamos a divisão sexual do trabalho socialmente construída à tradução. A divisão sexual do trabalho de tradução não apenas invisibilizou o trabalho de tradutoras ao longo da história como também suas elaborações acerca da tradução. Do mesmo modo, segue precarizando o trabalho de mulheres tradutoras, incluindo a nós, tradutoras feministas do Sul global, que desenvolvemos trabalhos de tradução não remunerados para fazer circular escritos feministas produzidos no Norte global.

A produção do conhecimento, tal qual demonstrada por meio da análise dos nossos *corpora*, ainda se pauta em línguas hegemônicas e suas cosmovisões. No campo dos feminismos, a sua institucionalização na academia brasileira demonstra as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista, diante de uma conjuntura de lutas feministas marcadas pela luta antiescravagista e em meio à luta de classes, como vimos.

Embora a segunda onda do feminismo tenha provocado uma revolução cultural significativa – especialmente frutífera aos Estudos Feministas da Tradução – a revolução cultural não efetivou mudanças estruturais e institucionais, devido as reorientações dadas pelo próprio modo de produção, como vimos a partir da análise de Fraser e Federici. Portanto, encampar uma luta feminista em tradução com vistas à transformação social, perpassa situar este campo de pesquisa em meio ao modo de produção capitalistas e as formas de luta travadas frente aos avanços neoliberais.

Também, considerar as organizações capitalistas em meio ao desenvolvimento dos Estudos Feministas nos leva a refletir sobre importantes elementos acerca dos aparatos materiais que veiculam a circulação das teorias feministas, como fator de impacto, mercantilização das publicações feministas, falta de recurso para custear traduções e tornar os

textos acessíveis para mulheres de línguas não hegemônicas, dentre outras questões já levantadas por Costa e Alvarez (2013).

É sempre necessário, pois, situarmos esses aparatos aos interesses do capital que afetam mesmo aquelas perspectivas teóricas que defendem emancipação social. E, nesse sentido, o projeto neoliberal que circunstancia a produção científica já deu todas as mostras de que não tolera nem tolerará a verdadeira emancipação para todas, todos e todes. Evidentemente, uma práxis anticapitalista não é regra entre as feministas acadêmicas, no entanto, contraditoriamente, parece consenso, no campo discursivo, a importância de lutar contra o capitalismo. Ousaria dizer que falta uma dose de atuação política articulada às demandas sociais por parte da atuação feminista na academia. Mas também ressalvo que o cenário ultra neoliberal vivenciado no Brasil molda as variantes que o feminismo adquire frente à transição capitalista de modo tão engenhoso que os interesses econômicos se difundem em meio a discursos progressistas.

O que começa como um movimento contracultural nas décadas de 1960 e 1970, com aspirações emancipatórias, acaba por se tornar um fenômeno social de massa, no qual o feminismo assume uma nova valência de variante progressista, focada na crítica da cultura, reivindicando sobretudo o reconhecimento da identidade e da diferença, justamente no momento em que as circunstâncias históricas demandavam atenção redobrada à crítica da economia política. Essa massificação do feminismo tem ressoado em diversos campos do conhecimento, incluindo o campo da tradução, configurando uma “faca de dois gumes”. Por um lado, o significativo aumento de produções na área, por outro, e esvaziamento do caráter político do feminismo enquanto movimento revolucionário.

Assinalo, desse modo, que reivindicar diferenças linguísticas e culturais não deve estar apartado da análise das condições materiais de existência. Pensar propostas decoloniais enfocadas em subjetividades que resultam do padrão da colonialidade, como vimos ao longo deste trabalho, não deveriam estar reduzidas ao culturalismo. Ao contrário, o projeto epistêmico/teórico/ético/estético/político que permeia o giro decolonial, na perspectiva de decolonialidade do poder apresentada por Aníbal Quijano, como salienta Rita Segato (2021), não deve ser descolado da análise conjuntural do sistema econômico capitalista.

Um projeto feminista em tradução deve compreender o engajamento com organizações comunitárias locais e suas formas de resistência, levando em conta sua relação com as línguas originárias; a reflexão e contestação das representações racializadas e de gênero veiculadas pela cultura dominante através da língua; a construção de novos saberes que desafiem a lógica

de poder colonial; a promoção de diálogos fronteiriços que fomentem o contato com outras formas de ler o mundo; e, sobretudo, a construção de um novo horizonte histórico que almeje a justiça social.

Pensar a produção teórico-feminista no Brasil, em termos dos Estudos Feministas da Tradução, é, pois, situá-la histórico e politicamente, levando em conta o contexto de colonização que permeia toda a América Latina. Para Costa e Alvarez (2013), projetos feministas de tradução tornam-se ainda mais prementes em contextos, como o latino-americano e de outras partes do Sul global, em que os movimentos de mulheres compartilham de lutas comuns diante dos conflitos com o capital global e seus Estados. Nesse sentido, é animador constatar o aumento de publicações feministas em tradução justamente no período de retrocessos sociais e políticos no Brasil, como vimos no gráfico 1.

Na América Latina, temos acompanhado a organização das mulheres na luta contra o neoliberalismo que se alastra e acentua as crises sociais em todo o continente. No Brasil, nas eleições de 2018, vimos um dos maiores atos organizados pelo movimento de mulheres brasileiras, com a campanha #elenão. Também, em diversos lugares do mundo, vivencia-se a retomada das raízes históricas por parte das grevistas no movimento transnacional do 8 de Março. Situar a tradução em meio aos contextos de luta por transformação social faz-se necessário para pensarmos estratégias feministas que dialoguem transnacionalmente.

Trago como exemplo as articulações feministas no contexto latino-americano, retomando a história da colonização branca cristã e misógina e o movimento das mulheres argentinas “*Ni una menos*”, a partir do poema de minha autoria:

Levante latino-feminista

invadiram nossos corpos
 invadiram nossas terras
 sem pedir licença
 com violência
 em nome de Deus
 controlaram nossos corpos
 controlaram nossas terras
 sem ouvir o não
 o nosso
 o da selva
 violentaram nossos corpos
 violentaram toda a américa
 em meio a gritos
 sangue e dor
 invadiram nossos corpos

controlaram nossos úteros-terras
 violentaram nosso direito
 de sermos livres
 nos quiseram amélias
 definiram nossos corpos
 nos quiseram morrendo
 mas num levante latino-feminista
 gritamos
 “*ni una menos*”

O poema elenca três importantes elementos na discussão feminista em tradução na América Latina: 1) a colonização e sua dominação patriarcal; 2) a solidariedade na luta transnacional de mulheres e; 3) a própria tradução. Não poderia escrever sobre feminismos no contexto brasileiro sem levar em conta a história de colonização que gerou fissuras profundas de desigualdades na nossa sociedade, especialmente para as mulheres negras e indígenas em todo o continente latino-americano. Esse é o meu lugar de enunciação. No poema, faço uma analogia entre a terra e o corpo das mulheres, ambos explorados e violentados pelo homem branco colonizador. Exploração e violência que seguem com o imperialismo estadunidense no nosso continente. Aludo à luta das mulheres argentinas pela legalização do aborto e apresento o movimento de resistência contra feminicídio, retomando o grito combativo “*Ni una menos*”.

A luta de mulheres precisa cada vez mais transpor os limites entre as fronteiras e isso se dá com solidariedade feminista pela via da tradução. A solidariedade pelas *hermanas* argentinas unifica a nossa luta, assim como temos visto mulheres de outros países que se uniram a nós brasileiras na luta contra o governo opressor, bem como o apoio às mulheres chilenas na reprodução da performance “Un violador en tu camino”, de 2019, que ganhou traduções para diversas línguas⁵⁹. O então citado manifesto *Feminismo para os 99%* pode também ser compreendido em termos de tradução, tanto enquanto ato enunciativo, ou seja, de tradução cultural, uma vez que sintetiza as propostas emergentes no bojo da Greve Internacional de Mulheres nos Estados Unidos, quanto como tradução interlinguística, tendo sido simultaneamente publicado em diversos países em suas diferentes línguas, incluindo o Brasil.

⁵⁹ A performance foi realizada no Chile, em 25 de novembro de 2019, no Dia Internacional de Combate à Violência contra Mulher, pelo coletivo feminista chileno *Las tesis*, em meio aos protestos iniciados em outubro de 2019 contra a crise social e política que o país enfrenta. O vídeo viralizou na internet e foi reproduzido com performances traduzidas em diversos países, incluindo o Brasil. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aB7r6hdo3W4>. Acesso em 09 dez. 2019.

Do mesmo modo, o poema que trago acima pode ser visto em termos de tradução cultural e em termos de tradução intersemiótica, ou seja, de um signo para outro (JAKOBSON, 2007). O escrevi a partir de uma fotografia do referido movimento das argentinas enquanto participava de uma oficina de escrita criativa para mulheres em Florianópolis. Muitos meses depois, assistindo a uma palestra com a professora Luciana Carvalho Fonseca, sobre mulheres e tradução na América Latina, chego a um texto de Cecília Palmeiro (2020), cuja definição de política de tradução – como um fluxo coletivo de diferentes linguagens, gêneros e discursos situados geopoliticamente –, alude ao movimento argentino “*Ni una menos*”.

Para a autora, essa ideia de tradução pode ser apreendida através das redes ativistas que se constroem a partir de um contexto localizado e logo ganham novas proporções enquanto movimento social. “*Ni una menos*”, explica Palmeiro, deriva de uma frase de uma poeta mexicana, torna-se uma *hashtag* e logo um movimento massificado que engaja mulheres de outros contextos na luta contra o feminicídio. Eu poderia dizer que foi uma feliz coincidência encontrar a definição de política de tradução apresentada por Palmeiro justamente a partir do movimento “*Ni una menos*”, e poderia achar ainda mais coincidência ter retornado “*Ni una menos*” para sua linguagem poética, não fosse o fato de eu bem entender que nossas práticas e lutas feministas estão todas permeadas por políticas de tradução que se entrelaçam, comungam e se assemelham quando no encontro das diferenças, porque, afinal, nem todes estamos no mesmo barco, mas, quando estamos, confluímos na luta para não termos *ni una* de nós a menos em nossas fileiras. Venceremos!

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. *Outra travessia: revista de literatura*, Florianópolis, n. 5, 2005.
- ALENCAR, Maria Eduarda dos Santos; BLUME, Rosvitha Friesen. Mulheres traduzindo literatura no Brasil nos séculos XIX e XX. *Revista Ciência & Trópico*, Recife, v. 39, n. 1, 2015.
- ALENCAR, Maria Eduarda dos Santos. *Tradutoras Brasileiras dos Séculos XIX e XX*. 191f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- ALVAREZ, Sonia; COSTA, Claudia de Lima; FELIU, Verónica; HESTER, Rebecca; THAYER, Millie. *Translocalities/Translocalidades: feminist politics of translation in the Latin/a Américas*. USA: Duke University Press, 2014.
- ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- ALVES, Daniel Antonio de Sousa; VASCONCELLOS, Maria Lucia Barbosa. Metodologias de pesquisa em Estudos da Tradução: uma análise bibliométrica de teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2006-2010. *DELTA*, v. 32, n. 2, 2016.
- ARRAES, Jarid. *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.
- ARROJO, Rosemary. Fidelity and the Gendered Translation. *TTR*, n. 7, v. 2, 1994.
- ARROJO, Rosemary. Feminist 'Orgasmic' Theories of Translation and their contradictions. *TradTerm*, v. 2, 1995.
- ARROJO, Rosemary. Os Estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. *Cadernos de Tradução*, n. 1, 1996.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ASSIS, Odete; TRISTÁN, Jennifer. Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil. In: PARKS, Letícia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (Orgs.). *Mulheres negras e marxismo*. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.
- BASSNETT, Susan. Escrevendo em terra de homem nenhum: questões de gênero e tradução. Tradução de Naylane Matos. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 40, n. 1, 2020.
- BASSNETT, Susan. *Estudos da Tradução*. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BASSNETT, Susan. Writing in no man's land: questions of gender and translation. *Ilha do Desterro*, v. 28, 1992.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BHABHA, Homi K. Como o novo entra no mundo: O espaço pós-moderno, os tempos pós-coloniais e as provocações da tradução cultural. In: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesb, 2017.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesb, 2017.

BLUME, Rosvitha Friesen. Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero. *Fragmentos*. Florianópolis, n. 39, 2010.

BLUME, Rosvitha Friesen. Marcas pós-estruturalistas no discurso teórico sobre tradução. *Interdisciplinar*. São Cristóvão, v, 30, 2018.

BLUME, Rosvitha Friesen; PETERLE, Patrícia (Orgs.). *Tradução e relações de poder*. Tubarão: Ed. Copiart, 2013.

BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

BRASIL. As messageiras: primeiras escritoras do Brasil. Brasília: *Série Histórias não contadas*, v. 6, 2018.

BRASIL. Censo Demográfico. IBGE. 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 20 de jan. 2021.

CAMPOS, Haroldo de. *Transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

CASSILHAS, Fabrício Henrique Meneghelli. A interculturalidade em *Half of a yellow sun*, de Chimamanda Ngozi Adichie: uma análise comparativa das traduções portuguesa e brasileira. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CASTRO, Mary Garcia. O novo feminismo que desceu da favela. Disponível em: <https://ctb.org.br/sem-categoria/o-novo-feminismo-que-desceu-da-favela/>. Acesso em 15 dez. 2019.

CASTRO, Olga. (Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza. *TradTerm*. São Paulo, v. 29, 2017.

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (Orgs.). *Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives*. New York and London: Routledge. 2017.

CASTRO, Olga; SPOTURNO, María Laura. Feminismos y traducción: apuntes conceptuales y metodológicos para una tradutología feminista transnacional. *Mutatis Mutandis: Revista latinoamericana de traducción*, v. 13, n. 1, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Anísio Garcez Homem. Ilha de Santa Catarina: Estúdio Letras Contemporâneas, 2010.

CHAMBERLAIN, Lori. Gender and the Metaphorics of Translation. In: *Signs*, n. 13, v. 3, 1989.

CHAMBERLAIN, Lori. Gênero e a metafórica da tradução. Tradução de Norma Viscardi. In: OTTONI, Paulo (Org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas, SP: FAPESP/UNICAMP, 1998.

CIXOUS, Hélène. O riso da Medusa. Tradução de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Preface: On translation and intellectual activism. In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (Orgs.). *Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives*. New York and London: Routledge. 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos traduzidos e a tradução como prática feminista: entrevista a Beatriz Regina Guimarães Barboza. In: MATOS, Naylane; MANZATO, Elena; GUERINI, Andréia (Orgs.). *Escrituras de mulheres: literatura e tradução*. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2019.

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia. A circulação das teorias feministas e o desafio da tradução. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, n. 2, 2013.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005.

COSTA, Claudia. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexos do campo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

COSTA, Patrícia Rodrigues; GUERINI, Andréia. A formação de tradutores em periódicos acadêmicos brasileiros online sobre Estudos da Tradução (1996-2016): mapeamento e descritores. *Tradução em Revista*, n. 28, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÉPÊCHE, Marie-France. A tradução feminista: teorias e práticas subversivas: Nísia Floresta e a Escola de Tradução Canadense. *Textos de História*. Brasília, v. 8, n. 1, 2000.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação? In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação? *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG*, Belo Horizonte, v. 7, 2001.

ELEUTÉRIO, Rosângela. Análise das traduções dos contos “Os desastres de Sofia”, “Tentação” e “A legião estrangeira” de Clarice Lispector para o espanhol. 204f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ERGUN, Emek; CASTRO, Olga. Pedagogies of feminist translation. Rethinking difference and commonality across borders. In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (Orgs.). *Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives*. New York and London: Routledge. 2017.

FALEIROS, Álvaro. Apontamentos para uma poética xamânica do traduzir. *Eutomia: Revista de literatura e linguística*, Recife, v. 10, n. 1, 2012a.

FALEIROS, Álvaro. Emplumando a grande castanheira. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 76, 2012b.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Volume 1. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Eleonora; LEONARDI, Vanessa. *Bridging the gap between theory and practice in translation and gender studies*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

FERNANDES, Alinne. Prefácio a *Escrituras de mulheres: literatura e tradução*. In: MATOS, Naylane; MANZATO, Elena; GUERINI, Andréia (Orgs.). *Escrituras de mulheres: literatura e tradução*. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2019.

FLOTOW, Luise von. Tradução feminista: contextos, práticas e teorias. Tradução de Ofir Bergemann de Aguiar e Lilian Virginia Porto. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 41, n. 2, 2021.

FLOTOW, Luise von. Traduzindo mulheres: de histórias e retraduições recentes à tradução “queerizante” e outros novos desenvolvimentos significativos. Tradução de Tatiana dos Santos. In: BLUME, Rosvitha Friesen; PETERLE, Patrícia (Orgs.). *Tradução e relações de poder*. Tubarão: Ed. Copiart, 2013.

FLOTOW, Luise von. Feminist translation: contexts, practices and theories. *TTR: traduction, terminologie, rédaction*. v. 4, n. 2, 1991.

FLOTOW, Luise von; KAMAL, Hala. *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*. London and New York: Routledge, 2020.

FLOTOW, Luise von; FARAHZAD, Farzaneh. *Translating women: different voices and new horizons*. London and New York: Routledge, 2017.

FONSECA, Luciana Carvalho; SILVA, Liliam Ramos da; SILVA-REIS, Denys. Apontamentos basilares para os estudos da tradução feminista na América Latina. *Mutatis Mutandis: Revista Latinoamericana de Traducción*, v. 13, n. 2, 2020.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. Tradução de Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FRASER, Nancy. Pragmatismo, feminismo e a virada linguística. In: BENHABIB, Seyla et al. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FREITAS, Angélica. *Um útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FRIEDMAN, Susan S. Porquê não comparar. Tradução de Ana Gabriela Macedo e Ana Maria Chaves. In: MACEDO, Ana Gabriela (Org.). *Estudos Comparatistas e Cosmopolitismo: Pós-colonialidade, Tradução, Arte e Género*. Minho: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho; Edições Húmus, 2017.

GENTZLER, Edwin. *Teorias contemporâneas da tradução*. Tradução de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009.

GIBBELS, Elisabeth. The Wollstonecraft meme: translations, appropriations, and receptions of Mary Wollstonecraft's feminism. In: FLOTOW, Luise von; KAMAL, Hala. *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*. London and New York: Routledge, 2020.

GILMAN, Charlotte Perkins. *O papel de parede amarelo*. Tradução de Diogo Henriques. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.

GODARD, Barbara. Theorizing feminist discourse/translation. In: *Tessera*, v. 6, 1989.

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidades*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª ed. 2013.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil – 1975-1995. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Feminista, eu?: literatura, cinema novo e MPB*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cippola. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOLLONTAI, Alexandra. Os fundamentos sociais da questão feminina. Tradução de Maria Luíza Oliveira. *Arquivo marxista na internet*, 2016. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>. Acesso em 09 dez. 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). *A revolução das mulheres*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

LOTBINIÈRE-HARWOOD, Suzanne. *Re-Belle et infidèle / The body bilingual*. Montreal: Women's Press, 1991.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução de Pê Moreira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUTZ, Bertha. Em que consiste o feminismo? In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luisa. Voz. In: MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luisa (Orgs.). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MARÇAL, Maria- Mercè. *Desglaç/ Degelo*. Tradução de Meritxell Hernando Marsal e Beatriz Regina Guimarães Barboza. Bragança Paulista: Urutau, 2019.

MATTHEWS, Charlotte. *Gender, race, and patriotism in the works of Nísia Floresta*. Woodbridge: Tamesis Books, 2012.

MESKIMMON, Marsha. Cartografando a cronologia: um mapeamento global da arte feminista dos anos 70. Tradução de Márcia Oliveira e Maria Luísa Coelho. In: MACEDO, Ana Gabriela (Org.). *Estudos Comparatistas e Cosmopolitismo: Pós-colonialidade, Tradução, Arte e Género*. Minho: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho; Edições Húmus, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOHANTY, Chandra. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. Tradução de Maria Isabel de Castro Lima. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio a *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Travessura Revolucionária: uma teia de erros em torno na feminista Nísia Floresta, nascida há 210 anos. *Piauí*. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/travessura-revolucionaria/>. Acesso em 03 de nov. 2020

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “Pela liberdade das mulheres”. *Mais!* Folha de São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/10/mais!/3.html>. Acesso em 01 de nov. 2020.

PALMEIRO, Cecilia. Ni una menos and the politics of translation. *Spheres: Journal for Digital Cultures*, 2020. Disponível em: <https://spheres-journal.org/contribution/ni-una-menos-and-the-politics-of-translation/>. Acesso em 06 de nov. 2020.

PETRONE, Talíria. Prefácio a *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRATT, Mary. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Tradução não identificada. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Bueno Aires: CLACSO, 2005.

RADHAKRISHNAN, R. Porquê comparar? Tradução de Ana Gabriela Macedo e Margarida Esteves Pereira. In: MACEDO, Ana Gabriela (Org.). *Estudos Comparatistas e Cosmopolitismo: Pós-colonialidade, Tradução, Arte e Género*. Minho: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho; Edições Húmus, 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Pós-modernidade e tradução como subversão*. 1998. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/19980911.htm>. Acesso em 02 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. A questão das mulheres negras precisa ser central. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidades*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª ed. 2013.

SANTOS, Ana Pessotto dos. Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva. *Revista Ártemis*, v. 28, n. 1, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Esquerdas do mundo, uni-vos*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, tatiana nascimento dos. *Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos*. 185f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SCHMIDT, Simone Pereira. Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais. In: KAMITA, Rosana Cássia; FONTES, Luísa Cristina dos Santos (Orgs.). *Mulher e literatura: vozes consequentes*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução de Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEIXAS, Fabiano. Estudos da Tradução: periódicos especializados e números temáticos. *Fabiano Sei: literatura e tradução*. Disponível em: <https://fabianosei.com/estudos-da-traducao/>. Acesso em 28 de ago. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA-REIS, Dennys; FONSECA, Luciana Carvalho. Nineteenth century women translators in Brazil: from the novel to historiographical narrative. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 34, 2018.

SIMON, Sherry. *Gender in translation: cultural identity and the politics of transmission*. London and New York: Routledge, 1996.

SPIVAK, Gayatri. The politics of translation. In: *Outside in the teaching machine*. London and New York: Routledge, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

STEINER, George. *After Babel: aspects of language and translation*. London: Oxford University Press, 3º ed. 2005.

TARONNA, Annarita. En-gendering translation as a political project: the subversive power of Joyce Lussu's activist translation(s). In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (Orgs.). *Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives*. New York and London: Routledge. 2017.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TISSOT, Damien. Transnational feminist solidarities and the ethics of translation. In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (Orgs.). *Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives*. New York and London: Routledge. 2017.

TRISTAN, Flora. *União dos operários*. Tradução de Rosa Alice Monsimann. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Migração e escolarização: Realidade de jovens estudantes e trabalhadores*. Pesquisa CNPq, 2016.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. *A leitora incomum*. Tradução de Emanuela Siqueira. Curitiba: Editora Arte e Letra, 2017.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZILBERMAN, Regina. O leitor moderno no Brasil. In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia (Org.). *Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa: Vieira e Lent, 2004.

Periódicos online especializados em Estudos da Tradução

Belas Infiéis

Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis>

Cadernos de Literatura em Tradução

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/clt/issue/archive>

Cadernos de Tradução (UFRGS)

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdetraducao>

Cadernos de Tradução (UFSC)

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/index>

In-Traduções

Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/intraducoes>

Non plus

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonplus>

Ronái – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios

Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai>

Scientia Traductionis

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia>

TradTerm

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm>

Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores

Disponível em: <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/traducom>

Tradução em Revista

Disponível em:

https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_trad.php?strSecao=sobre&fas=&menufas=1

Traduzires

Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/Traduzires>

Translatio

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio>

Transversal

Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/Transversal>

Números temáticos em Estudos da Tradução

Tradução, desconstrução e pós-modernidade. In: *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP), v. 44, 2000.

Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/301>

Tradução e Feminismos negros. In: *Ártemis* (UEPB), v. 27, n. 1, 2019.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/issue/view/2337>

Literatura, História e Tradução. In: *Fragmentos* (UFSC), v. 21, n. 2, 2010.

Disponível em:

<https://doi.org/10.5007/29638>

Tradução e suas vicissitudes: entre o ofício e a arte. In: *Gragoatá* (UFF), v. 29, n. 49, 2019.

Disponível em:

<https://doi.org/10.22409/gragoata.v24i49.38412>

Dossiê Cultura e Tradução: abordagens e perspectivas teórico-críticas. In: *Graphos* (UFPB), v. 11, n. 2, 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/issue/view/512>

O Brasil e seus tradutores. In: *Ipotesi* (UFJF), v. 13, n. 1, 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/issue/view/824>

A Tradução e suas linguagens. In: *Letras Raras* (UFCG), v. 7, n. 2, 2018.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v7i2>

Dossiê Tradução em Ensaio. In: *Remate dos Males* (UNICAMP), v. 38, n. 2, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/issue/view/1518>

Número especial de Tradução. In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* (UFMG), v. 2, n. 2, 2002.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1984-639820020002&lng=en&nrm=iso

Múltiplos horizontes da tradução na América Latina. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada* (UNICAMP), v. 57, n. 1, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/issue/view/1511>

Estudos da Tradução. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada* (ABRALIC), v. 20, n. 34, 2018.

Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/issue/view/34>